



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

CAMPUS RESTINGA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO EM LETRAS: PORTUGUÊS E ESPANHOL
- LICENCIATURA**

Porto Alegre

Junho/2024

Composição Gestora da Instituição – Reitoria/*Campus*

Reitor

Júlio Xandro Heck

Pró-Reitor de Ensino - PROEN

Fábio Azambuja Marçal

Pró-Reitora de Administração – PROAD

Tatiana Weber

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional - PRODI

Lucas Coradini

Pró-Reitora de Extensão - PROEX

Marlova Benedetti

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPi

Flávia Twardowski

Diretor Geral do *Campus* Restinga

Rudinei Müller

Diretor de Ensino do *Campus* Restinga

Mário Augusto Correia San Segundo

Diretora de Administração e Planejamento do *Campus* Restinga

Thaís Teixeira da Silva

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional do *Campus* Restinga

Denise Elisabete da Silva Gorski

Coordenador de Extensão do *Campus* Restinga

Jovani Zalamena

Coordenador de Pesquisa do *Campus* Restinga

Tadeu Luis Tiecher

Nominata da Comissão de Elaboração/Revisão do PPC

Daniela Nicoletti Fávero - Coordenadora do Curso, Presidente do NDE

Charlies Uilian de Campos Silva - Substituto eventual da Coordenação do Curso, membro do NDE

Dania Pinto Gonçalves - Membro do NDE

Maíra da Silva Gomes - Membro do NDE

Mário Augusto Correia San Segundo - Membro do NDE

Anderson Hakenhoar de Matos - Colegiado do curso - Letras

Bruna Milano Schepers - Docente EBTT Substituta - Letras

Cassiana Grigoletto - Colegiado do curso - Letras

Diego Monte Blanco - Colegiado do curso - Ciências Humanas

Freddy Enrique Cuzco Chumbe - Docente EBTT Substituto - Letras

Jessie Ortiz Marimon - Colegiado do curso - Libras

Juliana Battisti - Colegiado do curso - Letras

Margareth Kayser Pereira - Colegiado do curso - Pedagogia

Melissa Osterlund Ferreira - Colegiado do curso - Letras

Michele Savaris - Docente *Campus* Bento Gonçalves - Letras

Miguel Salvador Lemos Baladan - Docente EBTT Substituto - Letras

Nathália Luísa Giraud Gasparini - Colegiado do curso - Letras

Renie Robim - Colegiado do curso - Letras

Sérgio Portella - Colegiado do curso - Ciências Humanas

Tiago Pedruzzi - Docente *Campus* Bento Gonçalves - Letras

Caren Rejane de Freitas Fontella - Técnica em Assuntos Educacionais - Gestão de Extensão

Elenisse Camacho Mederos Torres - Assistente em Administração - Gestão de Desenvolvimento Institucional

Janice Ribeiro de Souza - Assistente em Administração - Gestão de Ensino

Márcia Regina Ribeiro dos Santos - Assistente em administração - Gestão de Pesquisa

Magali Terezinha Elesbão Piraine - Colegiado do curso - Discente

Mariana Luísa Schaefer Brilhante - Colegiado do curso - Discente

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	6
2 APRESENTAÇÃO	7
3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO IFRS - CAMPUS RESTINGA	8
4 PERFIL DO CURSO	14
5 JUSTIFICATIVA	15
6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	22
6.1 Objetivo geral	22
6.2 Objetivos específicos	22
6.3 Perfil do Egresso	24
6.4 Diretrizes e Atos Oficiais	26
6.5 Formas de acesso ao Curso	27
6.6 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	28
6.7 Representação gráfica do perfil de formação	31
6.8 Orientação para a construção da organização curricular do Curso	31
6.8.1 Temas Transversais	31
6.8.2 Outras legislações norteadoras	34
6.8.1 Matriz Curricular	35
6.8.2 Prática Profissional	39
6.9 Programa por Componentes Curriculares:	44
6.10 Curricularização da Extensão	105
6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	108
6.12 Estágio Curricular	111
6.12.1 Obrigatório:	111
6.12.2 Não obrigatório	113
6.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem:	113
6.13.1 Da Recuperação Paralela	116
6.14 Metodologias de Ensino:	118
6.15 Acompanhamento pedagógico	120
6.15.1 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas	123
6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	124
6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem	126
6.18 Educação a Distância	128
6.18.1 Atividades de Tutoria	129
6.18.2 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	130
6.18.3 Material Didático	131
6.18.4 Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem	132

6.18.5 Equipe Multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância (NEaD)	133
6.18.6 Experiência docente e de tutoria na EaD	134
6.18.7 Interação entre coordenação de curso, docentes e tutores (presenciais e a distância)	136
6.18.8 Infraestrutura	136
6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)	137
6.20 Núcleo de Educação a Distância (NEaD)	138
6.21 Integração/parcerias com as redes públicas de ensino	140
6.22 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	141
6.22.1 Autoavaliação	141
6.22.2 Avaliação externa	142
6.22.3 ENADE	142
6.23 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos	143
6.23.1 Aproveitamento de Estudos	143
6.23.2 Certificação de Conhecimentos	143
6.24 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)	143
7 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	144
8 QUADRO DE PESSOAL	145
9 INFRAESTRUTURA	148
9.1 Estrutura Geral	148
9.2 Biblioteca	148
9.2.1 Acervo	149
9.2.2 Relação de livros por área do conhecimento:	150
9.2.3 Serviços oferecidos	150
9.2.4 Portal de Periódicos da CAPES	150
9.3 Equipamentos e Laboratórios	151
10 CASOS OMISSOS	153
11 REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	159
ANEXO A - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	160
ANEXO B - Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado	177
ANEXO C - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	197
ANEXO D - Regulamento do Colegiado de Curso	201
ANEXO E - Regulamento do Laboratório de Idiomas	205
ANEXO F - Regulamento do Laboratório de Informática	208

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso: Letras: Português e Espanhol - licenciatura

Modalidade: Presencial

Grau: Licenciado(a)

Título conferido ao(à) concluinte: Licenciado(a) em Letras: Português e Espanhol e Respectivas Literaturas

Local de oferta: IFRS – *Campus Restinga*

Número de vagas: 32

Turno de funcionamento: Noite

Periodicidade da oferta: Anual

Carga horária total: 3.231 horas relógio

Duração da hora aula: 50 minutos

Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Tempo de integralização: 4 anos (8 semestres)

Tempo máximo de integralização: 8 anos (16 semestres)

Ato de reconhecimento: Portaria Seres/MEC 944/2022

Direção de Ensino: Mário Augusto Correia San Segundo

direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br – (51) 3247- 8406

Coordenação do Curso: Daniela Nicoletti Fávero

coord.letras@restinga.ifrs.edu.br – (51) 3247-8406

2 APRESENTAÇÃO

O curso de Licenciatura em Letras, habilitação português, espanhol e respectivas literaturas é proposto após estudos e levantamentos que apontam a necessidade de profissionais habilitados para a educação básica. Essa demanda surge devido à falta de docentes e à necessidade premente de aproximação cultural com os países vizinhos e de continuação das ações implementadoras do MERCOSUL.

Dessa forma, a licenciatura em Letras configura-se como uma possibilidade paradoxal: por um lado, reflete (sobre) a identidade latino-americana, baseada na intersecção linguística, histórica, política e cultural entre o Brasil e os demais países situados na América Latina; por outro, consiste na aproximação de literaturas e identidades lusófonas, compreendendo o Brasil como um país distinto no contexto latino-americano, o que implica um diálogo entre as diferentes configurações sociais, culturais e linguísticas com os demais países falantes da língua portuguesa. A habilitação em espanhol, por sua vez, pressupõe também uma inter-relação entre os países *hispanohablantes* e suas culturas, sobretudo na/pela língua.

Contudo, há um terceiro elemento que permeia e constrói essa relação: as identidades brasileiras, enfaticamente plurais. Tanto a literatura quanto a língua brasileira são elementos únicos, idiossincráticos e indissociáveis da complexa amálgama que compõe a sociedade brasileira. Dessa forma, a licenciatura em Letras estabelece relações com a) o cenário latino-americano, b) o contexto lusófono e *hispanohablante* e c) a sociedade brasileira, sobretudo por meio de suas necessidades educacionais.

Essa tríade conceitual dialoga com a realidade dos institutos federais, como parte de um projeto de desenvolvimento científico, tecnológico e social, assim como sua inserção no contexto do bairro Restinga, marcadamente um espaço de tensão, reflexão e luta por direitos. Com isso, percebemos a oferta de um curso de licenciatura em letras como um encontro com a vocação cultural deste bairro, estabelecendo um agente prático/propulsor para o desenvolvimento cultural, social, educacional da

comunidade e da região. Além disso, a licenciatura em letras consiste também em uma possibilidade profissionalizante que implica a inserção de profissionais habilitados(as) e qualificados(as) no mundo do trabalho, impulsionando também o desenvolvimento econômico.

Por ser fundamentalmente um curso de licenciatura, torna-se indispensável a preparação para a prática pedagógica. O contexto de ensino e aprendizagem de línguas deverá ser elemento constante e fundamental para a construção dos conhecimentos de estudantes do curso. Destaca-se, por isso, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma que o(a) egresso(a) seja um(a) docente qualificado(a) e apto(a) a encarar os desafios da sala de aula, um(a) pesquisador(a) e investigador(a) crítico(a) da linguagem e de suas vicissitudes e complexidades, assim como um(a) profissional capaz de planejar, organizar e executar atividades de extensão.

Dessa forma, o curso de letras pretende desenvolver a) uma percepção prática e teórica de língua e literatura na dinâmica de sala de aula; b) aptidão para pesquisa em língua e literatura; c) adequação do uso da língua portuguesa às diferentes situações discursivas e seus contextos de interlocução; d) atuação em projetos de pesquisa e de extensão, de forma articulada ao ensino; e) uma reflexão crítica sobre as relações entre língua, ensino e cultura, situadas política e historicamente; e f) a formação de profissionais qualificados(a) e prontos(a) para atuar no mundo do trabalho.

3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO IFRS - CAMPUS RESTINGA

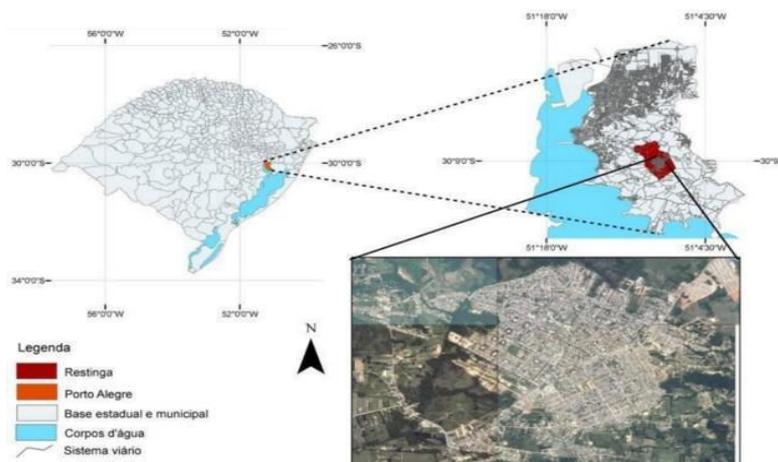
Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) constitui-se como uma instituição pública e multicampi, com reitoria localizada na cidade de Bento Gonçalves, que se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão. A instituição conta com aproximadamente 1.389 (mil trezentos e oitenta e nove)

docentes e 985 (novecentos e oitenta e cinco) técnico-administrativos em educação. Isso a situa entre os dez maiores Institutos Federais do Brasil em número de discentes e servidores(as), entre os quais aproximadamente 80% possuem título de doutores, conforme dados do Portal Integra IFRS. O IFRS oferece cursos gratuitos em 16 (dezesseis) municípios gaúchos. Possui, atualmente, 17 (dezessete) *campi*, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Com a proposta de verticalização de ensino, a fim de melhorar a formação dos(as) estudantes, elevar a escolarização e diversificar a oferta de cursos, o IFRS conta com aproximadamente 27.000 (vinte e sete mil) alunos e 200 (duzentas) opções de cursos distribuídas em diversas modalidades de ensino: cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores e de pós-graduação. Além dos cursos regulares, o IFRS oferta cursos de curta duração a distância (EaD). São aproximadamente 150 cursos EaD gratuitos, com cargas horárias entre 20h e 90h, que podem ser feitos por qualquer interessado(a). Dessa forma, a instituição dispõe de uma ampla oferta de cursos de extensão e de atividades de pesquisa, destacando-se no cenário acadêmico pela qualidade e pela inovação.

Já o *Campus* Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está localizado no sul do município de Porto Alegre, no bairro Restinga.

Mapa 1: Localização do bairro Restinga



Mapa 1: Localização do Bairro Restinga.

Fonte: Nola Patrícia Gamalho.

O bairro Restinga convive com um grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. No final da década de 1960, o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo país e implantado em Porto Alegre promoveu a remoção de significativos contingentes populacionais da região central da cidade. Os grupos que não possuíam condições de adquirir terra naquela região foram deslocados para a região da Restinga, distante, aproximadamente, 25 km do centro da cidade.

A situação dos(as) primeiros(as) moradores(as) era de extrema precariedade. Embora o projeto inicial fosse de implantação de conjuntos habitacionais na Restinga, o intenso deslocamento populacional, aliado ao contexto de processos migratórios, levou ao surgimento de ocupações espontâneas autoconstruídas. Assim, a parte planejada pelo poder público veio a ser conhecida popularmente como Restinga Nova, em face à Restinga Velha, com maiores concentrações de subnormais e favelas. A Vila Restinga, como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Foi a partir da mobilização dos(as) moradores(as) que, gradualmente, a população passou a usufruir de alguns benefícios. Uma característica marcante da comunidade é a contínua reivindicação de seus direitos a favor do desenvolvimento da região. Os dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Censo Demográfico do IBGE de 2010, revelam que o bairro Restinga possui 60.729 habitantes (valor fortemente refutado pela comunidade), representando 4,31% da população do município, com área de 38,56 km², o que abrange 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários mínimos (ObservaPOA).

De acordo com as análises do ObservaPOA, o abandono escolar de 2010 a 2017 no ensino fundamental na Restinga melhorou 88,98%, variando de 1,27% para 0,14%. Em relação ao ensino médio, o indicador não teve uma melhora tão significativa e foi de 36,32%, variando de 9,22% para 5,87%. Diante desses dados, verifica-se, comparando com as demais regiões do município, que o bairro Restinga, embora tenha tido uma taxa mais elevada de abandono escolar em 2014, está entre as regiões com os melhores índices. Nesse sentido, o *Campus Restinga* soma-se às demais instituições de ensino como um dos importantes agentes de transformação da realidade escolar do bairro.

Além disso, a Restinga é caracterizada por apresentar um amplo e diversificado mosaico cultural, com diversos(as) artistas locais atuantes, sobretudo, na música, nas artes visuais e nas artes cênicas. Existem também diferentes associações e entidades civis organizadas com uma forte vocação cultural, o que possibilita considerar o bairro como um importante polo cultural.

Ressalta-se, ainda, a articulação social de diferentes grupos com vistas à melhoria das condições de vida e da igualdade de direitos. Nesse cenário, destacam-se pautas como a igualdade étnico-racial, assim como a emancipação feminina e os direitos da mulher. Dessa forma, nota-se que a Restinga se constitui como um espaço de desconstrução e de questionamentos, que serve como um contraponto ao *status quo* e à naturalização da discriminação e do preconceito.

A história do *Campus* remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, iniciada em 08 de maio de 2006, com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais com militantes da educação, da economia solidária e de Organizações Não Governamentais (ONGs).

A mobilização da comunidade pela construção da escola coincidiu com um contexto nacional de valorização da formação profissional e, também, com investimentos expressivos do Governo Federal. Desde 2005, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, passou por profunda transformação que abrangeu não somente a reestruturação física — com investimentos em obras, laboratórios, equipamentos e reformas —, mas também, a ampliação e criação de novas vagas para servidores(as) técnico-administrativos e docentes.

O *Campus* Restinga foi contemplado pela chamada Pública nº 01/2007 SETEC-MEC, que inaugurou o Plano de Expansão da Rede Federal Fase II, responsável por implantar 150 novas unidades em todo o país até o final de 2010. Essa conquista constituiu uma grande vitória para o município e para a Restinga, garantindo o fortalecimento de políticas públicas para a educação e para a inclusão social.

Em abril de 2008, o então CEFET-BG assumiu a coordenação da implantação do que seria mais uma de suas Unidades de Ensino Descentralizadas. A valorização da articulação com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação. Parte desse diálogo resultou na realização do Seminário e, posteriormente, na Audiência Pública para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição. O resultado da Audiência apontou para o desenvolvimento de 07 (sete) eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer, Infraestrutura, Gestão e Negócios, Recursos Naturais (FIC) e Produção Cultural (FIC).

No ano de seu centenário, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por um processo de reorganização. Com a aprovação da Lei nº 11.892/08, foram criados 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que

estão presentes em todos os estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias e licenciaturas. Com o objetivo de fortalecer sua inserção nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade, os Institutos Federais devem oferecer metade das vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio deverá ser desenvolvida, preferencialmente, na forma integrada, e integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) também podem ser ofertados no *Campus* Restinga. Como prevê a legislação dos institutos, serão ofertados, em médio prazo, cursos de nível superior, como licenciaturas (20%) e cursos superiores de tecnologia, além de cursos de pós-graduação.

Especificamente no *Campus* Restinga são ofertados cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, cursos superiores de tecnologia e de licenciatura. Atualmente, o *Campus* possui 1675 estudantes com matrícula ativa e vem desenvolvendo diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a comunidade externa (Fonte: Indicadores dos Registros Escolares - 2024).

O curso de letras, nesse cenário, é uma possibilidade tanto de ampliação quanto de diversificação do ensino, pois expande as perspectivas institucionais. Além disso, a vocação cultural e o engajamento social do bairro comungam com o perfil do(a) egresso(a) de uma Licenciatura em Letras, visto que o(a) professor(a) é um(a) agente social que pode e deve se articular com os diferentes arranjos comunitários, buscando solucionar tensões, conflitos, desejos e perspectivas da comunidade interna e externa.

4 PERFIL DO CURSO

Letras: português e espanhol - licenciatura é um curso de oferta anual do IFRS *Campus Restinga*, organizado 8 (oito) semestres nos quais são ofertados componentes curriculares do núcleo específico das Letras: português e espanhol e do núcleo pedagógico, com destacada ênfase à reflexão sobre o fazer docente a partir de uma perspectiva humanística, socialmente referenciada e que leve ao exercício pleno da cidadania e da transformação dos espaços e do mundo do trabalho.

O currículo é organizado, desde o início do itinerário formativo, para aliar a teoria à prática em relação ao fazer pedagógico docente. Em relação à prática, por sua vez, a mesma não se restringe aos Estágios Supervisionados Obrigatórios, esses ofertados a partir do 5º semestre do curso, mas sim à oportunidade de tempos e espaços, desde o 2º semestre, para atividades acadêmicas de extensão que desafiam o(a) discente a analisar, refletir e aplicar as melhores práticas didático-pedagógicas que vai aprendendo ao longo do curso, conforme dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 04/2024).

Com carga horária anual média de aproximadamente 807 horas (oitocentas e sete), sua matriz curricular foi pensada para atender às especificidades de um público-alvo característico do *Campus Restinga*: o(a) trabalhador(a)-estudante. Por tal denominação, entende-se o(a) estudante que está em busca de qualificação para atuar no campo da docência de ensino básico, mas que desenvolve esta qualificação concomitantemente a outras demandas impostas a partir de sua condição de trabalhador(a). Levando em consideração esse traço, a oferta do curso no turno da noite pretende oportunizar a este público específico a possibilidade de obtenção do título de licenciado(a) em Letras em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, buscando, desta forma, romper com as barreiras impostas historicamente por outras instituições, cuja oferta de cursos se dá nos turnos diurnos ou ainda, quando há oferta noturna, a mesma restringe-se a instituições privadas.

O percurso formativo, que pode ser integralizado em, no máximo, 16 semestres (8 anos), implica a matrícula em 45 (quarenta e cinco) componentes curriculares, a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso e a realização de 6 (quatro) estágios curriculares obrigatórios, a serem efetivados a partir do 3º semestre, a fim

de oportunizar a experiência docente nos componentes curriculares de língua portuguesa e língua espanhola, tanto no ensino fundamental quanto no médio.

O curso de Letras: português e espanhol - licenciatura do *Campus Restinga* objetiva formar profissionais que sejam capazes de lidar criticamente com a educação e com as linguagens, especialmente a verbal, em diversos contextos orais e escritos, com sólido domínio teórico-metodológico das línguas portuguesa e espanhola, e das literaturas correspondentes. As atividades do curso oportunizam ao(à) egresso(a) o domínio do uso das línguas portuguesa e espanhola, considerando os seus funcionamentos e suas manifestações culturais através, em especial, dos estudos literários. Essas características permitem que o(a) profissional licenciado(a) seja capaz de refletir criticamente sobre a linguagem, fazendo uso de novas tecnologias para empreender e compreender a profissão docente como um processo dinâmico e contínuo, no qual se articulam os eixos da pesquisa e da extensão. A partir do estudo das línguas e de sua expressão artística, através das respectivas literaturas, é possível compreender as relações sociais em um processo sócio-histórico, considerando a linguagem como força motriz para o desenvolvimento humano.

5 JUSTIFICATIVA

A proposta de reformulação do curso Letras: português e espanhol - licenciatura, discutido no Plano de Desenvolvimento do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus Restinga*, objetiva suprir as demandas identificadas na região em relação à falta de profissionais com formação na área de Espanhol, tanto para atuação no âmbito dos negócios quanto no setor educacional, bem como reforçar a defesa pela manutenção do ensino de língua espanhola na educação básica.

O espanhol é língua oficial de 21 países: Espanha, México, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Cuba, República Dominicana, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai,

Guiné Equatorial e Porto Rico. Além disso, é a segunda língua mais falada nos Estados Unidos, foi a língua oficial nas Filipinas, de 1566 até a promulgação da constituição, em 1973, e é uma das línguas oficiais do MERCOSUL, junto ao português e ao guarani. Na União Europeia, o espanhol é uma das cinco línguas mais usadas oficialmente e a quinta mais falada por número de falantes nativos(as) (cerca de 9% dos cidadãos europeus). Como cerca de 30 milhões de europeus falam espanhol fora da Espanha, é para os europeus uma língua de grande utilidade, ficando atrás do inglês, francês e alemão. Portanto, a língua de Cervantes é a segunda língua do mundo por número de usuários(as), e o segundo idioma de comunicação internacional. Assim, o espanhol apresenta-se como importante ferramenta de acesso à cultura, negócios e política, ocupando uma posição determinante no cenário mundial e, por isso, vem despertando o interesse de quem deseja aprender uma segunda língua.

Não é novidade que o domínio de línguas estrangeiras é fundamental no mundo globalizado. Nesse contexto, o espanhol se apresenta como uma escolha relevante para brasileiros(as), tanto do ponto de vista profissional e acadêmico como cultural, histórico e social. Além disso, vale ressaltar que um dos principais motivos de valorização da língua espanhola no país se deve à ampliação das relações político-comerciais, facilitadas por acordos econômicos como o MERCOSUL. Se a integração comercial e profissional com nossos países vizinhos já é motivo suficiente para despertar o interesse pela aprendizagem do espanhol, a importância acadêmica e cultural dessa língua reforça a imprescindibilidade de incluí-la no currículo. Nas áreas de Direito, Economia, Engenharia e Medicina, por exemplo, os cursos de pós-graduação têm extensas bibliografias nesse idioma.

Contudo, é preciso salientar que é necessário pensar para além de argumentos de territorialidade (Brasil faz fronteira com sete países hispanohablantes) e de argumentos econômicos (instituição do MERCOSUL), também é preciso compreender que ofertar um curso de formação de professores de espanhol é assumir um posicionamento político, histórico e ideológico, já que muitas vezes a aula de língua espanhola é, em grande medida, o único espaço possível para o aprofundamento de questões sociais que envolvem a América Latina e os países brutalmente colonizados do continente americano. Espaço em que muitos(as)

educandos(as), pela primeira vez, entendem-se como e identificam-se socialmente e culturalmente como latinoamericanos(as), pois entram em contato com a comparação da constituição histórica e social, de violência, de exploração e de negligência que compartilhamos. Para além disso, formar professores(as) para trabalhar com a língua espanhola permite projetar a consciência crítica, política, histórica e cultural que necessitamos para compreender nosso presente e transformar em luta política por direitos e autonomia dos nossos povos enquanto aprendemos essa língua, a qual apresenta, sim, grande potencial para as trocas econômicas e culturais referentes à territorialidade, mas, sobretudo, para a formação das e dos cidadãs(ãos) latinoamericanos(as) críticos(as) e conscientes.

Com a instituição do MERCOSUL e a assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção, pactuou-se o desenvolvimento cultural e social entre os países envolvidos. Uma das formas de se cumprir esse objetivo foi por meio da educação, de modo que as instituições brasileiras oferecessem o ensino da língua espanhola, e as instituições hispano-falantes, o ensino da língua portuguesa. No Brasil, na época de implantação do curso, a Lei nº 11.161/2005 regulamentava a oferta dessa língua estrangeira, tornando-a obrigatória no ensino médio. Infelizmente, essa lei foi revogada em 16 de fevereiro de 2017, pela Lei nº 13.415, que altera a LDB e não prevê mais a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola. Contudo, o movimento #FicaEspanhol, iniciado por professores(as) das instituições federais responsáveis pela formação em Espanhol do Rio Grande do Sul, que se tornou exemplo para outros estados brasileiros, foi bem sucedido em reverter a situação aqui no Estado. Em decorrência dessa mobilização, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 270/2018 garantiu a permanência do espanhol como componente curricular obrigatória nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e Médio do Rio Grande do Sul, mas optativa para o(a) estudante.

Entre as justificativas apresentadas para a aprovação da PEC pela parlamentar Juliana Brizola (PDT), estão questões envolvendo economia e cultura:

o mercado produtor gaúcho em 2017 teve quatro países de língua espanhola (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) entre os 10 principais destinos de exportação, o Brasil faz fronteira com sete países que têm o espanhol como língua oficial, 27 cidades do Rio

Grande do Sul fazem fronteira com o Uruguai e com a Argentina, o espanhol é a língua oficial em 21 países e as línguas oficiais acordadas entre Brasil e os países membros do Mercosul são o português, o espanhol e o guarani.

— Nunca é demais lembrar que garantir a oferta de ensino de línguas estrangeiras revela conhecimento da realidade linguística plural e, ainda, propicia vantagem sociocultural para aqueles aos quais a aprendizagem de tais línguas é garantida. O mundo do trabalho, associado às facilidades de comunicação e locomoção internacionais vai sempre beneficiar aqueles alunos com melhor acesso ao ensino qualificado, o que certamente inclui o conhecimento da maior diversidade possível de línguas — argumentou a parlamentar na justificativa do projeto. (Custódio, 2018)

Nesse sentido, os sistemas de ensino do Rio Grande do Sul continuarão a ofertar o espanhol como opção de aquisição de uma segunda língua e, pela identificação cultural e proximidade fronteiriça, é provável a existência de muitos(as) estudantes interessados. Dessa forma, a demanda apontada pelo PPC que gestacionou o curso não irá deixar de existir, pois, além da falta de profissionais nessa área ser enorme, principalmente para o setor educacional, os laços geopolíticos, culturais e econômicos com nossos(as) vizinhos(as) continuam existindo. Ademais, é preciso lembrar que se trata de uma licenciatura de dupla habilitação, que forma profissionais para atuarem tanto com a língua espanhola, como com a língua materna e suas respectivas literaturas. Portanto, a nova legislação não restringe o campo de atuação dos(as) profissionais formados(as) nesta licenciatura.

Ressalta-se, também, que a demanda do espanhol, nas muitas instituições públicas e particulares de ensino básico, bem como em cursos livres de línguas estrangeiras, não está sendo atendida por um número suficiente de profissionais habilitados. O mesmo acontece com as licenciaturas de um modo geral. Segundo dados estatísticos do Censo Escolar do INEP para o ano de 2023, analisados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o estado totalizava 2.272.051 matrículas em estabelecimentos de ensino entre o setor público (federal, estadual e municipal) e privado, com perceptível tendência de crescimento no período entre 2016 e 2023. Contudo, destaca-se que, apesar deste crescimento, a participação da rede pública registra tendência de queda a cada ano, contabilizando 78% (setenta e oito por cento) em 2023, conforme é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1: Número de matrículas, RS, 2016 a 2023 (DIEESE, 2024, p. 3).

Ano	Rede Pública	Rede Privada	Total	Variação rede pública (%)	Variação rede privada (%)	Participação da rede pública (%)
2016	1.938.631	415.590	2.354.221			82,3
2017	1.930.091	412.894	2.342.985	-0,4%	-0,6%	82,4
2018	1.910.317	412.894	2.323.211	-1,0%	0,0%	82,2
2019	1.854.096	440.229	2.294.325	-2,9%	6,6%	80,8
2020	1.817.036	425.511	2.242.547	-2,0%	-3,3%	81,0
2021	1.775.383	426.128	2.201.511	-2,3%	0,1%	80,6
2022	1.806.702	459.792	2.266.494	1,8%	7,9%	79,7
2023	1.771.585	500.466	2.272.051	-1,9%	8,8%	78,0

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.

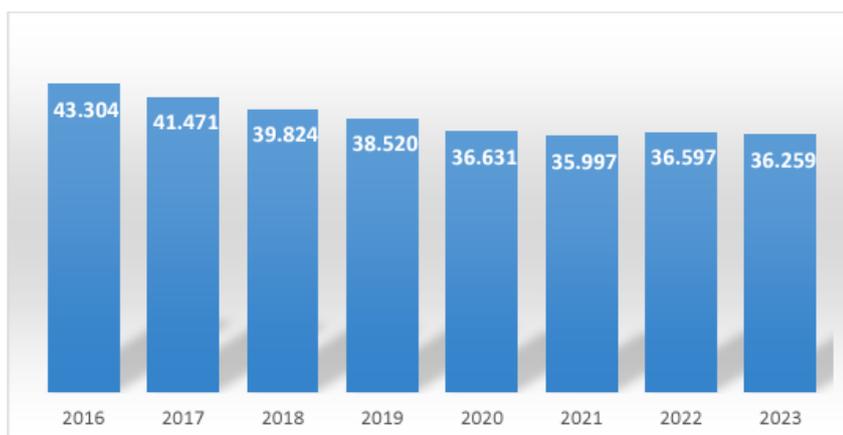
4 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes

Exclusivas.

5 - Rede pública inclui estadual, municipal e federal

Elaboração: DIEESE

O relatório do Censo Escolar da Rede Estadual do Rio Grande do Sul - Ano Base 2023 sistematizado pelo DIEESE, por sua vez, alerta para a redução do número de docentes no período entre 2016 e 2023, conforme é possível constatar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de Docentes da Educação Básica, rede estadual RS, de 2016 a 2023 (DIEESE, 2024, p. 6).

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - Não inclui turmas de Atividade Complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2 - Inclui todas as turmas de Ensino Regular e/ou EJA.

3 - O número de turmas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as turmas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Elaboração: DIEESE

Em relação a esta tendência de queda, o relatório detalha os seguintes dados:

Em 2022 totalizava 38.452 professores na rede estadual em sala de aula, em 2023, esse contingente passou para 37.660, portanto uma queda de 2,1% (-792 professores) (Gráfico 4). Desde 2016 o estado registra sistematicamente queda no número de docentes – o que ocasionou desde então uma redução de 22,4% no quadro, ou 10.859 docentes a menos em regência de classe. Nesse período a maior redução ocorreu no ano de 2019 com uma queda de 8,2% em relação ao ano imediatamente anterior. (DIEESE, 2024, p. 6)

Dados como este, mais do que nunca, reafirmam a importância da oferta de vagas em cursos como Letras: português e espanhol – licenciatura do IFRS *Campus* Restinga, uma vez que se tornam cada vez mais frequentes as análises que confirmam a queda no número de docentes e a preocupante perspectiva de falta de profissionais habilitados(as) em um futuro próximo.

A formação de professores(as) está definida no Capítulo V, Título VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, que trata especificamente dos(as) profissionais da educação. Nesse documento, define-se que a formação de professores(as) deve se dar em universidades e institutos superiores de educação. O IFRS enquadra-se em tal caracterização, uma vez que é uma Instituição Federal de Ensino que tem diversos(as) docentes qualificados(as) para lecionar no nível superior, visto serem possuidores(as) de títulos de mestrado e/ou doutorado.

Dessa forma, e de acordo com o Artigo 8º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabelece um percentual para a rede de pelo menos 20% dos cursos em licenciaturas, observa-se a possibilidade da implantação do Curso Letras: português e espanhol - licenciatura a fim de contribuir com a formação docente na região da Grande Porto Alegre, gratuitamente e com qualidade, objetivando suprir a necessidade de profissionais habilitados(as) e capacitados(as) para o mundo do trabalho.

A oferta do curso em Letras: português e espanhol - licenciatura também segue uma lógica de resistência frente às constantes investidas do mercado neoliberal de

ensino de línguas no Brasil. Cruz (2020) explica que podemos compreender a dinâmica de como funciona essa investida a partir do conceito de descapitalização simbólica das instituições de ensino superior, o qual consiste na consolidação de um processo de deslegitimação da cultura e conhecimento acadêmico gerados pelas universidades e institutos de ensino superior. Pode-se compreender esse processo a partir da tentativa de implementação do projeto OYE - Espanhol para professores - no estado de São Paulo, o qual foi proposto pela Secretaria do estado de São Paulo (SEE), em parceria com instituições Espanholas (IEs) o Banco Santander, Instituto Cervantes e Portal Universia. Esse projeto se constituiu como um curso de formação de professores de 600 horas completamente online e foi proposto para teoricamente atender a Lei Federal 11.161/05, aprovada pelo Congresso Nacional, a qual estabeleceu a obrigatoriedade da oferta do ensino de espanhol no Ensino Médio a partir de 2010 em todo território nacional. Com o argumento de que as universidades e institutos de ensino superior não poderiam cumprir com a alta demanda de formação de professores, o que se demonstrou uma justificativa vazia e falaciosa, o Instituto Cervantes, financiado pelo Banco Santander, instituições que historicamente realizam a cooptação das políticas linguísticas brasileiras em um evidente processo de privatização, mercantilização e neocolonialismo cultural (Del Valle, 2007), colocou-se como a única alternativa para dar conta da tarefa de formar professores brasileiros de espanhol em um período curto de tempo, relegando às universidades estaduais o papel de realizar a emissão de certificados e a seleção dos monitores. Tal processo também acarreta na desprofissionalização da profissão docente e na desqualificação desses profissionais, pois “o modelo formativo das práticas universitárias, caracterizadas, entre outras coisas, pela vinculação entre ensino, pesquisa e extensão” (Cruz, p.11, 2020) é totalmente afastado das propostas advindas desse tipo de iniciativa associada a empresas privadas.

Compreende-se que consolidar um curso de Licenciatura em um instituto federal em um *campus* periférico é lutar contra a descapitalização simbólica das universidades e institutos de ensino superior e, também, contra o suposto discurso de que esses últimos não dão conta das demandas reais da sociedade.

6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1 Objetivo geral

O Curso Superior em Letras: português e espanhol - licenciatura visa a formar docentes para atuar na educação básica — anos finais do Ensino Fundamental e nos cursos de Ensino Médio — em componentes de língua portuguesa, língua espanhola e respectivas literaturas, bem como profissionais para atuar em múltiplos espaços educacionais, com abordagem crítica dos conhecimentos científicos, comprometidos(as) com a integração latinoamericana e superação das desigualdades na busca de uma sociedade mais justa.

6.2 Objetivos específicos

- Habilitar o(a) discente para lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos orais e escritos;
- Oportunizar o estudo de diferentes métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- Conscientizar o(a) discente acerca de sua inserção na sociedade e do papel sociopolítico do(a) docente de língua(s) e de literatura(s);
- Incentivar práticas pedagógicas que contribuam para percepção das desigualdades sociais em vista a superação dessas;
- Desenvolver uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- Possibilitar ao(à) discente o domínio estrutural e funcional das línguas estudadas, nas suas manifestações orais e escrita, em termos de recepção e produção de textos para a reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno social, educacional, psicológico, histórico, cultural, político e ideológico;
- Tornar o(a) discente ciente sobre as variedades linguísticas e culturais de ambos os idiomas;

- Provocar a consciência sobre a inter-relação entre os fatos histórico-sociais, socioculturais e as manifestações literárias, enfatizando-as, também, como meio de ampliar a visão de mundo;
- Fomentar a percepção de diferentes contextos interculturais para a promoção da integração latinoamericana;
- Estimular a reflexão teórica sobre as diferentes concepções de linguagem e os seus usos, bem como sobre a literatura enquanto forma de expressão cultural, artística e ideológica;
- Propiciar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a qualificação da prática pedagógica;
- Fazer com que o(a) discente assuma sua formação acadêmico-profissional como processo contínuo, autônomo e permanente;
- Possibilitar ao(à) discente a participação em espaços que articulem ensino, pesquisa e extensão;
- Proporcionar ao(à) discente espaços de discussão referentes à educação inclusiva e temas transversais;
- Estimular a participação ativa dos egressos na avaliação crítica da implementação das políticas públicas educacionais e sua construção.

6.3 Perfil do Egresso

Em relação ao perfil do(a) egresso(a) do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do *Campus* Restinga, considera-se a formação de professores(as) em um contexto mais amplo de processos políticos, sociais e educativos, conforme defende Francisco Imbernón (2022). Nas palavras desse pesquisador, o desenvolvimento profissional pode ser entendido como “um conjunto de fatores que possibilitam ou impedem que o professor progrida na sua vida profissional”, o que envolve questões como carreira, estrutura, participação em decisões, entre outros (Imbernón, 2022, p. 44). Desta forma, considera-se que os saberes do(a) educador(a) contribuem para a reflexão crítica do cotidiano e da sociedade, exercitando a análise sobre as relações sociais em suas múltiplas

singularidades, e levando o(a) docente a perceber a articulação de conhecimentos que envolvam o fazer, o aprender, o refletir e o transformar a educação.

Kenneth Zeichner (2008, p. 546), por sua vez, afirma que “se, por um lado, as ações educativas dos professores, nas escolas, não podem resolver os problemas da sociedade por elas mesmas, por outro, elas podem contribuir para a construção de sociedades mais justas e mais decentes”. Por isso, defende-se que os saberes profissionais nas licenciaturas precisam compreender não somente os conhecimentos técnico-científicos específicos de uma área de formação, mas especialmente as condições do trabalho que os(as) licenciandos(as) encontrarão na escola, “condições que vão além das competências operativas e técnicas associadas ao seu trabalho no ensino, tornando-se uma integração de modos de agir e pensar, implicando um saber que inclui a mobilização não só de conhecimentos e métodos de trabalho, como também de intenções, valores individuais e grupais, da cultura da escola; inclui confrontar ideias, crenças, práticas, rotinas, objetivos e papéis, no contexto do agir cotidiano, com as crianças e jovens, com os colegas, com os gestores, na busca de melhor formar os alunos, e a si mesmos. Aprendizagens iniciais, básicas, para a concretização dessa configuração deveriam ser propiciadas pelas licenciaturas, em sua graduação” (Gatti, 2014, p.43).

Neste sentido, a proposta desta licenciatura visa a formação de educadores e educadoras comprometidos(as) com a democracia e com a justiça social, conscientes a respeito das profundas desigualdades reproduzidas em nossa sociedade e dispostos(as) a buscar alternativas, através de práticas pedagógicas democráticas e inclusivas em respeito à diversidade e rejeição de qualquer forma de discriminação, pois "a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Freire, 2014, p.37).

Ademais, o(a) egresso(a) de uma licenciatura em Letras habilitado(a) ao ensino da língua espanhola deve entender seu papel relevante na integração regional enfocada na América Latina, buscando, a partir das suas práticas não apenas o ensino da língua, mas uma reflexão mais ampla sobre as culturas, a história daqueles(as) que a utilizam e as relações estabelecidas entre o Brasil e os demais países para a construção de uma identidade latinoamericana.

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, constantes nos Pareceres CNE/CES nº 492/2001 e nº 1.363/2001 e na Resolução CNE/CES nº 18/2002, o(a) profissional em Letras deve ser capaz de compreender e analisar as teorias sobre a linguagem, saber utilizar novas tecnologias e ter em mente que a formação profissional é um processo contínuo e permanente. Nesse panorama, o(a) licenciado(a) em Letras deverá ser capaz de analisar, descrever e refletir sobre os mecanismos de funcionamento das línguas portuguesa e espanhola, compreender os fatos dessas, ser pesquisador(a) e promover/oportunizar o conhecimento a outras pessoas, despertando leitores(as) e intérpretes, bem como ser capaz de trabalhar a produção textual de gêneros diversos.

Como profissional do ensino, deve estar preparado(a) para orientar e mediar a aprendizagem dos(as) estudantes, elaborar e executar projetos para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares, avaliar materiais didáticos e produzi-los de acordo com sua área de formação. Além disso, esse(a) profissional poderá estar apto(a) a atuar em revisões linguísticas de texto e de traduções. Por fim, deve ter um compromisso ético e responsável com o sucesso da aprendizagem dos(as) estudantes e com as demais consequências de sua atuação na educação.

O(A) licenciado(a) em Letras estará habilitado(a) a exercer, fundamentalmente, a função de docente de língua portuguesa, língua espanhola e respectivas literaturas para o ensino básico e tecnológico. Considerando-se as alternativas que o mundo do trabalho oferece aos(às) portadores(as) do título de Licenciado(a) em Letras, os(as) egressos(as) podem atuar não apenas como docentes, mas também como técnicos(as) na área da educação, como revisores(as) e em outras atividades correlatas.

6.4 Diretrizes e Atos Oficiais

O Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura observa as determinações legais presentes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução do CNE/CP nº 01/2004);
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre estágio de estudantes;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução do CNE/CP nº 01/2012);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução do CNE/CP nº 02/2012);
- Projeto Pedagógico Institucional do IFRS;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Resolução CNE/CP nº 7, de 18/12/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- Portaria MEC nº 2.117, de 6/12/2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (INEP, 2015);
- Organização Didática do IFRS (Aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 001, de 23/01/2024);
- Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras (Resolução CNE/CES nº 18/2002);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura,

cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), (Resolução CNE/CP nº 4/2024);

- Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Instrução Normativa Proen nº 02, de 26 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre as normas para oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino de Graduação, no âmbito do IFRS.

6.5 Formas de acesso ao Curso

O ingresso de novos(as) estudantes no curso Letras: português e espanhol - licenciatura é anual, sendo oferecidas 32 (trinta e duas) vagas. As formas de acesso ao curso atenderão o disposto no artigo 71 (setenta e um) da Organização Didática do IFRS, levando em consideração a legislação vigente; a Resolução do CONSUP do IFRS, que regulamenta as normas para o Processo de Ingresso Discente; e a Política de Ingresso Discente do IFRS.

Todos os processos de preenchimento das vagas terão ampla divulgação de editais a partir de datas previstas no calendário acadêmico.

A matrícula garante ao(à) estudante sua vinculação formal com a instituição, por um único período letivo. No primeiro semestre letivo do curso, o(a) estudante necessita, obrigatoriamente, matricular-se em todos os componentes curriculares ofertados. Os processos de efetivação, renovação, trancamento, cancelamento da matrícula e reingresso estão regulamentados na Organização Didática do IFRS. Poderão ingressar no curso de Letras: português e espanhol - licenciatura estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, independente de formação específica.

6.6 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

A palavra *currículo*, etimologicamente, pressupõe o (per)curso pelo qual algo segue; dessa forma, problematizar princípios filosóficos e pedagógicos (que não apenas iniciem, mas que, efetivamente, conduzam) significa compreender a jornada pela qual o(a) estudante, sujeito da própria educação que constrói, passará ao longo de seu processo de ensino e aprendizagem. Tal processo estrutura-se por meio de um axioma dialético, de forma que a dinâmica complexa, única e irrepetível do percurso pedagógico ocorra por meio da proposição e da contraposição de saberes e práticas.

Paulo Freire (1997) elaborou um princípio filosófico e pedagógico ao afirmar que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”: a relação de ensino e aprendizagem é dialógica e, portanto, o “eu” de minha constituição pressupõe um “tu” ao qual me dirijo inexoravelmente (Voloshinov/Bakhtin, 1988). Assim, as categorias de causa e consequência, bem como início e fim são binômios que não se aplicam à dinâmica dialógica do processo de ensino e aprendizagem, pois não começamos episodicamente nem jamais encerramos a trajetória de aprendizagem, que é um processo criativo e inteligente, integrado ao mundo e agente modificador da realidade. Da mesma forma, as categorias de causa e consequência pressupõem uma linearidade que escapa a qualquer processo pedagógico, pois, na verdade, não há um elemento causativo pré-determinado, nem uma consequência delimitada e previsível.

Assim, compreendemos o processo de ensino e aprendizagem como uma amálgama de fatores inter-relacionados e organizados no seio social, de forma que a tessitura pedagógica seja uma rede (Foucault, 2012) produtiva, complexa e dinâmica na qual haja inversibilidade entre os(as) atores(atrizes) e os papéis sociais. As posições, os sujeitos e os espaços pedagógicos, portanto, não se efetivam como estratificações *a priori* de um modelo idealizado e hegemônico. A descentralização e a democratização dos espaços consistem em posturas coerentes com as realidades sociais contemporâneas, pois compõem perspectivas diversificadas e amplas da constituição humana e da organização social.

A educação necessita, nesse contexto, compreender de forma crítica inúmeros fenômenos sociais, oriundos, sobretudo, das desigualdades socioeconômicas e simbólicas nas quais os sujeitos se “integram” numa teia contínua de injustiças e de negação de direitos, e ser agente transformador da realidade. Deve-se realocar a noção de sociedade, para que sua compreensão signifique não apenas um coletivo, mas, sim, um espaço contínuo de construção e transformação de saberes e práticas que reflitam e refratem as especificidades de seus indivíduos.

Albert Camus (1965, p. 99i) afirma que “julgar se a vida vale ou não a pena ser vivida significa responder à questão fundamental da filosofia”. Nessa perspectiva, a educação é uma tarefa para a vida: compreendê-la, questioná-la, senti-la e transformá-la são habilidades necessárias para que possamos, de fato, ocupar o papel de protagonismo de nossas existências. Um modelo pedagógico deslocado da urgência da vida, noção sempre contemporânea, corrompe sua matriz primária, pois o início de toda educação, mesmo a curiosidade pueril, é compreender a existência, atribuindo-lhe sentido e construindo uma trajetória particular e única.

Nessa perspectiva, a questão fundamental — por isso primeira — que envolve todo e qualquer processo educativo é a problematização da existência de si, do eu e do(a) outro(a), do(a) estudante e do(a) educador(a). Busca-se, assim, a construção de sentidos, de significados e de mútuo reconhecimento: reconhecimento do valor ontológico das diferenças e da possibilidade de múltiplas trajetórias e de múltiplos projetos de vida constituintes de teias de reciprocidade e de interdependência.

Ao longo de nossos percursos de vida, desde a primeira infância, acumulamos uma pluralidade de afetos, saberes, experiências, modos de julgar, agir, perceber, de sentir, de se relacionar, socializados em contextos e espaços de convivência social diversos, como a família, a escola, os(a) amigos(a), vizinhos(as) e colegas de trabalho (Lahire, 2004). A incorporação destes modos de ser e agir é inerente à condição dos sujeitos que se desenvolvem nas relações de interdependência. Entretanto, o movimento exógeno de constituição dos sujeitos não é nem unilateral (pois é plural), nem único. O movimento criativo e propositivo de mudanças significativas nas condições de existência também são parte de um processo endógeno oriundo da capacidade reflexiva e propositiva dos sujeitos para alterar os cenários de sua

existência.

Nesses termos, um pressuposto político-pedagógico de todo e qualquer processo educativo, principalmente em ambientes que se habilitem a instituí-los no cotidiano dos sujeitos, é possibilitar a compreensão de suas configurações históricas individuais e coletivas e incentivar o processo criativo e propositivo a partir de projetos de percursos de vida autônomos e interdependentes a serem desenvolvidos de modo crítico-reflexivo. Dessa forma, lembramos uma das lições do pensamento de Rubem Alves (1980), pois uma questão crucial na educação (e para a educação) é justamente como se educam os(as) próprios(as) educadores(as). Um curso de licenciatura tem o compromisso educacional e social de trabalhar para a construção de saberes e habilidades que colaborem na formação pedagógica de profissionais engajados(as) na busca pela excelência de seu fazer docente.

O curso Letras: português e espanhol - licenciatura está inserido neste contexto complexo e multifacetado de trajetórias, saberes e competências. E, dessa forma, reitera-se o pressuposto de que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (Benveniste, 2006, p. 222).

6.7 Representação gráfica do perfil de formação

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Fundamentos de Linguística	Leitura Crítica da Gramática	Fonética e Fonologia	Discurso, Enunciação e Ensino	Língua Espanhola V: Morfologia	Linguística Aplicada ao Espanhol	Língua Espanhola VII: Produções Oraís e Escritas em Espanhol no Âmbito Acadêmico	Língua Espanhola VIII: conversação
Língua Espanhola I	Língua Espanhola II	Língua Espanhola III*	Língua Espanhola IV	Literaturas de Língua Portuguesa: Representações Identitárias*	Língua Espanhola VI: Sintaxe	Literaturas de Língua Espanhola: Romance*	Componente Curricular Optativo II (eixo específico)
Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual I	Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual II	Teoria da Literatura	Literaturas da Língua Portuguesa: Estudo da Narrativa	Cultura Hispano-Americana e Espanhola*	Literaturas de Língua Espanhola: contos e novela*	Metodologia de pesquisa e TCC I	Literaturas de Língua Espanhola: Lírica e Drama*
Introdução aos Estudos Literários	Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa	Literaturas de Língua Portuguesa: Lírica e Drama*	Fundamentos e Práticas Pedagógicas em LIBRAS*	Prática de Ensino em Literatura*	Texto, Semântica e Pragmática	Sociologia da Educação	Revisão textual: Teoria e Prática*
Multiletramentos	Desenvolvimento e Aprendizagem	Didática: Teorias e Práticas*	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa*	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Espanhola*	Componente Curricular Optativo I (eixo pedagógico)	Teoria e Prática de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva*	Metodologia de pesquisa e TCC II
História da Educação	Filosofia da Educação: Aspectos Teóricos e Implicações Pedagógicas	História e Cultura Afro-Indígena no Continente Americano	Introdução ao Estágio em Língua Espanhola	Políticas Públicas da Educação	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II	Componente Curricular Optativo III (eixo pedagógico)
		Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa		Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I			Ética
							Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II

6.8 Orientação para a construção da organização curricular do Curso

6.8.1 Temas Transversais

Os temas transversais expressam a dimensão holística histórica social de todo conhecimento, acentuando que a verdade da parte é o todo, superando e negando a concepção analítica do conhecimento, que pressupõe que a verdade da parte está na parte. Essa concepção epistemológica também acentua os conceitos e valores básicos da democracia, comprometida com a cidadania e propõe as questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

A abordagem desses temas visa contribuir com a formação integral, profissional e humanística dos(as) estudantes, para que possam se constituir como sujeitos emancipados, conscientes da sua capacidade de interagir e intervir na realidade em que vivem.

É constitutivo da concepção histórico crítica da educação trabalhar com temas transversais para facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando superar a forma fragmentada e abstrata dos conhecimentos, para que a educação possa se constituir como meio de promoção da vida digna e feliz, provocando as necessárias transformações sociais.

Desta forma, os temas transversais a seguir deverão ser abordados de forma integrada em todos os componentes curriculares, mas aparecendo de forma específica em determinadas áreas do conhecimento.

6.8.1.1 Educação em Direitos Humanos

A educação em direitos humanos é indissociável da própria educação. Educar é educar para que os sujeitos da educação saibam e lutem pelos direitos humanos. Por isso, esse é um tema transversal fundamental, que deve perpassar todas as

componentes curriculares do curso, conforme é indicado pela Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012 e pela Resolução CNE/CP nº 02/2012.

6.8.1.2 Educação para a Inclusão, Diversidade Cultural e Inovação

Em consonância com a legislação vigente, relacionadas ao ensino em perspectiva inclusiva, cabe às instituições assegurar aos(às) estudantes com necessidades específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, igualdade de condições para a aprendizagem através de adaptações curriculares, a fim de favorecer o desenvolvimento do(a) educando(a) de forma que suas necessidades possam ser atendidas.

A inclusão no âmbito da diversidade cultural, deve ser contemplada nas atividades pedagógicas, artísticas e culturais, sob olhar focado na diversidade cultural do povo brasileiro. Nesse sentido, compreendemos que as linguagens, os métodos organizadores das práticas pedagógicas devem ser sensíveis a essa temática e buscar a afirmação dos sujeitos da educação na sua integralidade, desde o seu contexto histórico, cultural e social. Para isso devemos organizar as práticas pedagógicas desde o contexto regional da comunidade do *campus*, buscando sua inserção profissional e social.

6.8.1.3 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Visando atender a lei nº 11.645/08, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tais temáticas serão trabalhadas de forma transversal aos componentes curriculares do curso. De forma específica, essa temática deverá ser atendida no componente curricular de História e cultura afro-indígena no continente americano, previsto no 3º semestre do

curso.

Além destes, visando qualificar esse atendimento, o *Campus Restinga* conta com núcleos de ações afirmativas, que engloba os atendimentos às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), os Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e os Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS).

Através desses núcleos serão desenvolvidos fóruns de debates no decorrer do curso com vistas a integrar estas ações transversais ao currículo e atividades voltadas para a cultura de paz e comunicação não violenta, viabilizando a inserção dessas concepções de inclusão e aceitação do outro como legítimo em sua diferença na prática profissional e estabelecendo a interdisciplinaridade como diretriz pedagógica das ações institucionais.

6.8.2 Outras legislações norteadoras

- BRASIL. Instrumento de avaliação de cursos de graduação (INEP);
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012 que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Portaria Normativa MEC nº 741, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão

decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa MEC nº 742, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura);
- Resolução IFRS nº 53/2022. Regulamentação da Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

6.8.1 Matriz Curricular

	Componente Curricular	Carga horária (hora-relógio)				Carga horária (hora-aula)	Períodos semanais	Pré-requisitos
		Total	Presencial		EaD	Total		
			Ensino	Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)				
1º	Fundamentos de Linguística	66	66	0	0	80	4	-
	Língua Espanhola I	66	66	0	0	80	4	-
	Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual I	66	50	0	16	80	4	-
	Introdução aos Estudos Literários	66	66	0	0	80	4	-
	História da Educação	66	33	0	33	80	4	-
	Multiletramentos	50	33	0	17	60	3	-

	Total do Semestre	380	314	0	66	460	23	-
2º	Leitura Crítica da Gramática	66	66	0	0	80	4	(Fundamentos de Linguística)
	Língua Espanhola II	66	66	0	0	80	4	(Língua Espanhola I)
	Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual II	33	33	0	0	40	2	(Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual I)
	Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa	66	33	0	33	80	4	(Introdução aos Estudos Literários)
	Desenvolvimento e Aprendizagem	66	33	0	33	80	4	-
	Filosofia da Educação: Aspectos Teóricos e Implicações Pedagógicas	50	33	0	17	60	3	-
	Total do Semestre	347	264	0	83	420	21	-
3º	Fonética e Fonologia	33	33	0	0	40	2	(Fundamentos de Linguística)
	Língua Espanhola III	83	66	17	0	100	5	(Língua Espanhola II)
	Literaturas de Língua Portuguesa: Lírica e Drama	66	33	17	16	80	4	(Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa)
	Didática: Teorias e Práticas	100	66	17	17	120	6	(Desenvolvimento e Aprendizagem)
	Teoria da Literatura	66	66	0	0	80	4	(Introdução aos estudos literários)
	História e Cultura Afro-Indígena no Continente Americano	50	33	0	17	60	3	-
	Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa	10	0	0	0	12	-	(Multiletramentos) (Desenvolvimento e aprendizagem)
	Total do Semestre	408	297	51	50	492	24	
4º	Discurso, Enunciação e Ensino	66	33	0	33	80	4	(Fundamentos de Linguística)
	Língua Espanhola IV	66	66	0	0	80	4	(Língua Espanhola III)
	Fundamentos e Práticas Pedagógicas em LIBRAS	100	66	34	0	120	6	-
	Literaturas de Língua Portuguesa: Estudo da Narrativa	66	33	0	33	80	4	(Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa)
	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa	83	66	17	0	100	5	(Didáticas: Teorias e Práticas)
	Introdução ao Estágio em Língua Espanhola	10	0	0	0	12	0	(Multiletramentos) (Desenvolvimento e aprendizagem)
	Total do Semestre	391	264	51	66	472	23	-
5º	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I ¹	95	95	0	0	114	0	(Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa) (Introdução ao

¹ Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa 1 e 2 e Língua Espanhola 1 e 2 serão cadastrados, no SIGAA, no formato misto, sendo previstas 33 horas para encontros coletivos presenciais de discussão de referenciais teóricos para embasar os planejamentos que serão aplicados ao longo do estágio. As demais horas previstas (62 horas) serão registradas como atividades, devendo ser desenvolvidas pelo estudante na escola campo, com acompanhamento periódico de orientador(a).

								Estágio em Língua Portuguesa)
	Práticas de Ensino em Literatura	50	33	17	0	60	3	(Teoria da Literatura)
	Língua Espanhola V: Morfologia	66	66	0	0	80	4	(Língua Espanhola IV)
	Cultura Hispano-Americana e Espanhola	66	33	33	0	80	4	(Língua Espanhola IV)
	Políticas Públicas da Educação	66	33	0	33	80	4	-
	Literaturas de Língua Portuguesa: Representações Identitárias	66	33	17	16	80	4	(Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa)
	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Espanhola	50	33	17	0	60	3	(Didáticas: Teorias e Práticas) (Língua Espanhola IV)
	Total do Semestre	459	326	84	49	554	22	-
6º	Língua Espanhola VI: sintaxe	66	66	0	0	80	4	(Língua Espanhola V: Morfologia)
	Linguística Aplicada ao Espanhol	33	33	0	0	40	2	(Língua Espanhola IV)
	Texto, Semântica e Pragmática	50	33	0	17	60	3	(Fundamentos de Linguística)
	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I ¹	95	95	0	0	114	0	(Metodologia e Práticas de Ensino em Língua Espanhola) (Introdução ao Estágio em Língua Espanhola)
	Componente Curricular Optativo I (eixo pedagógico)	33	33	0	33	40	2	-
	Literaturas de Língua Espanhola: Contos e Novela	83	66	17	0	100	5	(Língua Espanhola V: Morfologia)
	Total do Semestre	360	326	17	50	434	16	-
7º	Língua Espanhola VII: Produções Oraís e Escritas em Espanhol no Âmbito Acadêmico	66	66	0	0	80	4	(Língua Espanhola VI: Sintaxe)
	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II ¹	95	95	0	0	114	0	(Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I)
	Metodologia de pesquisa e TCC I ²	66	66	0	0	80	2	(Língua Espanhola VI: Sintaxe) (Texto, Semântica e Pragmática)
	Sociologia da Educação	50	33	0	17	60	3	-
	Teoria e Prática de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva	83	33	50	0	100	5	(Desenvolvimento e Aprendizagem)
	Literaturas de Língua Espanhola: Romance	83	66	17	0	100	5	(Língua Espanhola V: Morfologia)
	Total do Semestre	443	359	67	17	534	19	-
8º	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II ¹	95	95	0	0	114	0	(Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I)

² Metodologia de pesquisa e TCC I será cadastrado no SIGAA no formato misto, tendo em vista a distribuição de sua carga horária em 33 horas de atividades presenciais de ensino e 33 horas de atividades e orientação.

Ética	50	33	0	17	60	3	-
Metodologia de pesquisa e TCC II ³	33	33	0	0	40	0	(Metodologia de pesquisa e TCC I)
Língua Espanhola VIII: Conversação	33	33	0	0	40	2	(Língua Espanhola VII: Produções Oraís e Escritas em Espanhol no Âmbito Acadêmico)
Componente Curricular Optativo II (eixo específico)	33	33	0	33	40	2	-
Literaturas de Língua Espanhola: Lírica e Drama	83	66	17	0	100	5	(Língua Espanhola VI: Sintaxe)
Revisão Textual: Teoria e Prática	83	33	50	0	100	5	-
Componente Curricular Optativo III (eixo pedagógico)	33	33	0	33	40	2	-
Total do Semestre	443	359	67	83	534	19	-
Carga horária total do Curso	3231**	2509	337	464	3900	167	
Percentual (%)	100%	77,65%	10,4%	14,3%	100%	100%	

* A duração da hora-aula é de 50 minutos.

** CH total considerando a soma das horas de Estágio Supervisionado, atividades teóricas e atividades referentes a Atividades Pedagógicas de Extensão.

*** ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, componente curricular obrigatório para a conclusão do curso, instituído pela Lei nº 10.861 de 14/04/2004.

Componentes Curriculares Optativos

Componentes Curriculares Optativos	Carga horária (hora-relógio)	Carga horária (hora-aula)	Períodos semanais
Estudos de Tradução	33	40	2
Ensino de Espanhol para fins específicos	33	40	2
Políticas Linguísticas e Educacionais	33	40	2
Literatura negro-brasileira	33	40	2
Clássicos da literatura	33	40	2
Literatura comparada	33	40	2
Ensino de Literaturas infantil e juvenil	33	40	2
Estudos dirigidos em Letras I	33	40	2
Estudos dirigidos em Letras II	33	40	2
Estudos pedagógicos dirigidos	33	40	2
Tecnologia e Sociedade	33	40	2
Manifestações da cultura popular	33	40	2
Educação popular	33	40	2

³ Metodologia de pesquisa e TCC II será cadastrado no SIGAA como atividade, tendo em vista a sua natureza de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Quadro síntese da matriz curricular

QUADRO SÍNTESE DA MATRIZ	
Atividades	Carga horário total (hora-relógio)
Trabalho de Conclusão de Curso	99h
Estágio Curricular Obrigatório	400h
Atividades Curriculares Complementares	N/A
Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	337h (10,4%)
EaD	464h (14,3%)
Demais componentes Obrigatórios	1983h (61,4%)
Componentes Optativos	99h

6.8.2 Prática Profissional

Conforme estabelece a Organização Didática do IFRS (Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 2024) em seu Artigo nº 211, a prática profissional deve se constituir como um procedimento didático-pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais com aqueles do mundo do trabalho, com o intuito de promover o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos(as) estudantes e, especialmente, contribuir com a sua formação crítica para a cidadania (IFRS, 2024, p. 54).

Nesse sentido, a prática profissional pensada para o curso em Letras: português e espanhol - licenciatura encontra-se distribuída em diferentes componentes curriculares ao longo do currículo, buscando assim a efetiva oportunização de espaços para a prática das teorias discutidas em aula e, conseqüentemente, a reflexão sobre a realidade do fazer docente. Não é raro ouvir de estudantes de licenciatura, ainda no processo de estágio, que a realidade é completamente diferente da teoria (Pimenta, 2012). Soma-se a essa tendência a seguinte observação proposta por Maurice Tardif, que afirma que

Os alunos passam através da formação inicial do magistério sem modificar substancialmente suas crenças anteriores a respeito do

ensino. E tão logo começam a trabalhar como professores, sobretudo no contexto de urgência e de adaptação intensa que vivem quando começam a ensinar, são essas mesmas crenças e maneiras de fazer que reativam para solucionar seus problemas profissionais, tendências que são muitas e muitas vezes reforçadas pelos próprios professores de profissão. (2014, p. 68-69)

Colocações como estas justificam, de algum modo, corroboram para que todos os componentes curriculares do itinerário formativo tenham algum tipo de relação com situações integradas à prática profissional, como discussões, estudos de caso, resolução de problemas, análise de materiais didáticos, entre outras, mesmo aqueles que não têm horas práticas. Ainda, recoloca o problema das horas de observação como horas práticas: elas devem servir para construir e integrar novos saberes profissionais à luz dos conteúdos dos componentes curriculares; se não, não trabalham no sentido de modificar as crenças conforme coloca Tardif.

Por um lado, é necessário não aderir a um modelo acadêmico aplicacionista, ou decalcado do modelo das licenciaturas “postas como adendo dos bacharelados” (Gatti, 2014, p. 39), uma vez que, nesse modelo, o conhecer e o fazer são dissociados em unidades de formação distintas: o fazer é subordinado ao conhecer e são desconsiderando os filtros sociais, cognitivos e afetivos implicados na relação com os saberes (Tardif, 2000). Por outro lado, o desafio consiste também em não aderir a um modelo neoliberal de formação de capital humano (Frigotto, 2021), o que, por sua vez, nos coloca a tarefa de não “permitir que a formação de professores seja redefinida por modelos praticistas que defendem o regresso a uma mera formação prática, no terreno, no chão da escola” (Nóvoa, 2019, p. 13). Para isso, é necessário um esforço consciente e um forte compromisso com pedagogias progressistas, conforme propõe hooks (2017). Isso inclui priorizar que os(as) estudantes vivenciem, durante a graduação, métodos de ensino diferentes de aulas expositivas. Desse modo, a reflexão sobre o trabalho no âmbito da formação inicial deve “ajudar a desenvolver formas de compreender as racionalidades subjacentes ao uso de diferentes estratégias de ensino para auxiliar a tomada de decisões que vão ao encontro das necessidades dos estudantes” (Zeichner, 2008, p. 538).

A teoria nesse sentido precisa ser uma “experiência vivida de pensamento crítico, de reflexão e de análise” (hooks, 2017, p. 85). Conforme afirma a autora, “temos que reivindicar continuamente a teoria como uma prática necessária dentro de uma estrutura holística de ativismo libertador” (hooks, 2017, p. 96). Nesse sentido, a teoria ajudaria a ir além da própria vivência escolar; no caso específico deste curso de licenciatura, por exemplo, abrindo possibilidades de questionar certezas arraigadas em suas concepções sobre os modos de ensinar e aprender a língua portuguesa, a língua espanhola e a literatura. Essa concepção de teoria é particularmente relevante para organizar aprendizagens em que os saberes dos(as) professores(as) em formação inicial sejam “construídos e utilizados em função de seu potencial de transferência e de generalização” (Tardif, 2000, p. 13). É relevante sobretudo para que, dentro dessa estrutura holística, a prática profissional não se torne um muro contra o qual se chocam os saberes universitários nos primeiros anos de inserção no mundo do trabalho.

De acordo com Tardif (2014), esse é um período de adaptação em que, não raro, os(as) professores(as) vivenciam intensos conflitos entre os saberes advindos da experiência escolar, da experiência acadêmica e de seus pares na escola. Zeichner (2008) pontua que é nesse período também que a busca por construção de estratégias efetivas para o ensino levando em consideração a complexidade das interações na sala de aula pode se constituir como um sentimento de que os problemas reais, aqueles não tratados durante a graduação, são enfrentados apenas por aquele indivíduo, se tornando (mais um) fator de esgotamento docente. Isso justifica, por sua vez, a premissa de que as horas práticas e os estágios supervisionados sejam acompanhados de modo rigoroso por orientadores(as), que devem se fazer presentes durante o planejamento e a avaliação das atividades e realizar visitas que possibilitem conhecer o contexto e ajudar o(a) aluno(a) estagiário(a) a desenvolver respostas a perguntas e conflitos inerentes à prática profissional.

Essas respostas, não raro, são extremamente contextuais; por exemplo, as formas possíveis de lidar com diferenças de aprendizagem e elaborar estratégias inclusivas. Para cumprir com essas premissas elencadas, defende-se um processo de avaliação que possa acolher uma reflexão crítica da atuação docente desse futuro educador. Para tanto, faz-se uso do portfólio reflexivo como instrumento avaliativo formativo (Luckesi, 2002) com o fim de proporcionar à e ao estudante em formação

ferramentas que facilitam a análise de sua prática, já que reúne informações que podem conduzir à autoavaliação do seu processo de aprendizagem profissional (González, 2017). O portfólio é entendido, então, como um documento de trabalho de formação com direcionalidade pedagógica, e está estruturado por pontos que relacionam a realidade escolar à prática/teoria do e da docente em formação. Para exemplificar, alguns pontos do portfólio são introdução da prática referenciada por pressupostos teóricos basilares dos componentes curriculares de estágio supervisionado e metodologia; projeto de docência com as justificativas de cada escolha (por qual razão foi escolhido este tema social para guiar o projeto didático?), análise de uma aula própria gravada, análise de uma tarefa proposta aos educandos e às educandas (apresentando pontos para melhoria depois da aula lecionada). Todos esses tópicos devem ser ancorados pelas discussões sobre práticas pedagógicas realizadas ao decorrer de todo o curso.

Nesse sentido, Zeichner (2008) estabelece uma relação entre os saberes profissionais e a reflexão, o que envolve saberes disciplinares, pedagógicos e políticos. Essa relação se articula em torno de uma concepção da função social da escola que tem a ver com nosso *campus*:

Os professores precisam saber o conteúdo acadêmico que são responsáveis por ensinar e como transformá-lo, a fim de conectá-lo com aquilo que os estudantes já sabem para o desenvolvimento de uma compreensão mais elaborada. Precisam saber como aprender sobre seus estudantes – o que eles sabem e podem fazer, e os recursos culturais que eles trazem para a sala de aula. [...] precisam saber como explicar conceitos complexos, conduzir discussões, como avaliar a aprendizagem discente, conduzir uma sala de aula e muitas outras coisas. A ligação da reflexão docente com a luta por justiça social significa que, além de certificar-se que os professores têm o conhecimento de conteúdo e o conhecimento pedagógico que eles precisam para ensinar, de uma maneira que desenvolva a compreensão dos estudantes (rejeitando um modelo transmissivo de ensino que meramente promove a memorização), precisamos nos certificar que os professores sabem como tomar decisões, no dia-a-dia, que não limitem as chances de vida de seus alunos; que eles tomem decisões com uma consciência maior das possíveis consequências políticas que as diferentes escolhas podem ter. (Zeichner, 2008, p. 546)

Os sentidos que o autor coloca para a reflexão dialogam, por sua vez, com a perspectiva da práxis freireana. Para esse educador, a práxis significa a “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 21). De modo dialético, ação e reflexão interagem, se tornando “fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 1987, p. 52). É, portanto, uma ferramenta de resistência à alienação do trabalho e à educação unilateral, uma vez que, como aponta Pio (2015) ao analisar a categoria da práxis na obra do educador e pensador brasileiro, a práxis pedagógica pressupõe “um sujeito consciente de si mesmo, da matéria, do meio de sua atividade e do fim que se deseja alcançar” (Pio, 2015, p. 47).

A prática profissional, por sua vez, configura-se como um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que visa oportunizar a interação transformadora entre as instituições de ensino e outros setores da sociedade, de maneira a incentivar a análise crítica, reflexiva e transformadora do mundo acadêmico e do mundo do trabalho. Para tanto, o currículo busca efetivar, a partir das atividades acadêmicas de extensão, preconizadas como Núcleo 3 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura) (Resolução CNE/CP nº 04/2024), a gradual exposição do(a) discente às experiências práticas do universo docente, aliando a mesma aos componentes curriculares com carga horária prevista de prática profissional, por meio da observação, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Defende-se a manutenção da prática profissional como exercício da curricularização da extensão, entendendo que a última define-se como a prática acadêmica integrada à formação do(a) estudante a partir de vivências em ações que envolvam diretamente a comunidade externa, principalmente outras instituições de ensino. Sendo assim, as atividades de extensão/prática profissional poderão ser realizadas por meio de projetos integradores, pesquisas acadêmico-científicas e/ou tecnológicas, atividades de ensino, práticas extensionistas, e demais atividades que envolvam aplicação de conhecimentos, priorizando o compromisso social e a interação dialógica com a sociedade, buscando a superação das desigualdades sociais.

Além disso, a prática profissional desta licenciatura implica os 4 (quatro) Estágios Curriculares Supervisionados previstos na matriz curricular, totalizando 400 horas de atividades de observação, planejamento e execução de práticas docentes. No Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, reconhece-se o estágio como etapa formativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente; sobretudo, para proporcionar aos(as) estudantes diferentes oportunidades de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem em diferentes níveis de ensino, o ambiente escolar e suas relações e implicações pedagógico-administrativas.

Em relação à prática profissional, destaca-se ainda a relevância de programas institucionais de iniciação à docência, oportunizando a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica para discentes, desde o primeiro semestre dos cursos de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua formação docente em nível superior. O Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do *Campus* Restinga orgulha-se em participar do PIBID desde 2018 e avalia que programas como estes são essenciais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do fazer docente, com significativos impactos na formação dos(as) licenciandos(as).

Finalmente, é importante destacar a figura de orientação ao longo de todas as práticas, inclusive os estágios curriculares, por docentes com formação acadêmica e experiência compatível com a área de desenvolvimento da prática profissional a ser realizada pelo(a) estudante.

6.9 Programa por Componentes Curriculares:

SEMESTRE I

Componente Curricular: Fundamentos de Linguística	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária de extensão: 0	

Pré-requisitos: -
<p>Objetivo geral do componente curricular Apresentar a Linguística enquanto componente curricular científica, de forma a inserir a/o estudante no contexto dos estudos linguísticos, refletindo sobre os principais conceitos de língua e ensino de língua.</p>
<p>Ementa: Paradigmas científicos. O papel da Linguística no escopo das ciências humanas e sociais. Descrição linguística. Teoria e análise linguística. Língua, línguas e linguagem. Signo linguístico: significante, significado e significação. Norma e valor. Sintagma, paradigma, linearidade, arbitrariedade, motivação, mutabilidade, imutabilidade, língua e fala. Língua enquanto sistema abstrato de signos. Língua e sociedade. Língua e realidade psíquica. Articulação social e cognitiva dos fenômenos linguísticos. Tempo e espaço. Variação, diversidade e mudança linguística.</p>
<p>Referências: Básica BAGNO, M.; RANGEL, E. O. <i>Tarefas da educação linguística no Brasil</i>. <i>Revista Brasileira de Linguística Aplicada</i>, v. 5, n. 1, 2005. RODRIGUES, A. <i>Tarefas da Linguística no Brasil</i>. Estudos Linguísticos. <i>Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada</i>, vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1966. SAUSSURE, F. <i>Curso de linguística geral</i>. São Paulo: Cultrix, 2006. Complementar BARTHES, R. <i>Elementos de semiologia I</i>. São Paulo: Cultrix, 2006. FARACO, C. A. <i>Norma culta brasileira: desatando alguns nós</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. LYONS, J. <i>Linguagem e linguística: uma introdução</i>. Rio de Janeiro: LTC, 2011. MARTELOTTA, M. E. (Org.). <i>Manual de linguística</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2008. NORMAND, C. <i>Convite à linguística</i>. In: FLORES, V. N.; BARBISAN, L. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.</p>

Componente Curricular: Língua Espanhola I	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
<p>Objetivo geral do componente curricular - Focar na língua espanhola a partir de práticas de linguagem, repertórios de textos e materiais que desenvolvam a identidade docente a partir das culturas latino-americanas e caribenhas. Interpretar e produzir diversos gêneros discursivos orais e escritos com o fim de desenvolver o letramento acadêmico e aproximar a pessoa em formação da prática docente em língua espanhola.</p>	
<p>Ementa: <i>Módulo I: Oportunidades de atuação em língua espanhola</i></p>	

Gênero escrito: Ficha de inscrição/formulário de inscrição relacionados às vagas docentes e à participação em eventos e cursos em países da América Latina e Caribe.

Gênero oral: Apresentação oral de quadro sinóptico das vagas encontradas a partir da produção do mesmo gênero de forma escrita em suporte digital, como canva ou google template.

Elementos linguísticos: dados pessoais, pronomes pessoais, verbos tener, ser, estar, cursar, saber no presente do indicativo (foco na primeira pessoa do singular), números, dias da semana e horas.

Módulo II: Pesquisas sobre metodologias de estudo em contexto latinoamericano e caribenho

Gênero escrito: textos de divulgação científica, realizados no território latinoamericano e caribenho, sobre metodologias de estudo. (Responder a pergunta: como aprendo?).

Gênero oral: apresentação oral do resumo do texto a partir de suporte digital de powerpoint.

Elementos linguísticos: artigos definidos e indefinidos, contrações; relacionado às percepções físicas e estados mentais, aprendizagem e ensino, linguagem de sala de aula (ejercicio, lección, repasar un ejercicio, tener un duda, tomar notas, plantear una duda).

Referências:

Básica

DI TULLIO, A. MALCUORI, M. *Gramática del Español para maestros y profesores del Uruguay*. Montevideo: PROLEE, 2012.

HERMOSO, A. G; DUEÑAS, R.C. *Fonética, Entonación y Ortografía* - libro con cds audio. Madrid: Edelsa, 2005.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. Tomos I y II. M, Madrid: Edelsa, 2011.

Complementar

ARAGONÉS, I; PALENCIA, R. *Gramática de uso del español: teoría y práctica*. A1 - B2, Madrid: Ediciones SM,

ARIZA, M. *Sobre fonética histórica del español*. Madrid: Arco Libros, 1999.

FANJUL, A. *Gramática de español paso a paso*. São Paulo: Moderna/Santillana, 2014.

FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M (org.). *Espanhol, português e brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2014

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de la Lengua Española* –Tomos I y II, Madrid: Espasa Calpe, 2011.

Componente Curricular: Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual I	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 50h	Carga horária a distância (hora-relógio): 16h
Carga horária prática pedagógica e extensão 0	
Pré-requisitos: -	

Objetivo geral do componente curricular

Desenvolver habilidades teóricas e práticas de leitura e produção de textos de diferentes gêneros acadêmicos, estabelecendo relações entre recursos discursivos e linguísticos de cada gênero do discurso trabalhado aos seus diferentes efeitos de sentido, promovendo, assim, a reflexão crítica sobre a adequação comunicativa em diferentes contextos de comunicação. Proporcionar momentos de reflexão crítica sobre o ensino de leitura e escrita.

Ementa:

Gêneros do discurso da esfera acadêmico-científica: artigo acadêmico, resumo, resenha, artigo de divulgação científica, relatório. Recursos discursivos e linguísticos. Análise e produção de gêneros do discurso da esfera escolar. Comunicação oral. A leitura e a produção de texto em sala de aula. Análise e elaboração de tarefas para sala de aula. Desenvolvimento de projetos de leitura e letramento para comunidade externa.

Referências:**Básica**

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. *Produção de texto: interlocução e gêneros*. São Paulo: Moderna, 2007.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Oficina de texto*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006

Complementar

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 11ª edição, 2006.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 17ª edição, 2008.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Lições de texto: leitura e redação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GARCEZ, L. H. C. *Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

Componente Curricular: Introdução aos Estudos Literários	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular	
Discutir o conceito de literatura e suas especificidades, bem como os fundamentos teóricos dos estudos literários a partir da definição dos gêneros literários clássicos, problematizando o debate sobre sua evolução e fronteiras na produção contemporânea.	
Ementa:	

Conceitos relevantes para o estudo da literatura: arte e literatura; literatura e referencialidade; autor, narrador e personagem; a questão do cânone. Os gêneros literários, suas especificidades linguísticas e composicionais: lírico, narrativo e dramático. Leitura e discussão das obras, clássicas e contemporâneas, representativas desses conceitos e gêneros literários, estabelecendo relações de intertextualidade.

Referências:

Básica

CORTAZAR, Julio. *Valise de cronópio*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KIRCHOF, Edgar Roberto et. al. *Fundamentos do texto literário*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 2007.

Complementar

CANDIDO, Antonio et. al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons e ritmos*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

POUND, E. *O ABC da Literatura*. Tradução de A. Campos e J. Paulo. São Paulo: Cultrix, 1989.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2004.

ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Componente Curricular: História da Educação	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular	
Compreender criticamente o desenvolvimento histórico da educação no Brasil e no mundo, em suas relações com o desenvolvimento das sociedades e suas lutas por justiça social.	
Ementa:	
Trabalho e educação em suas relações histórico-ontológicas; Tópicos sobre a educação na antiguidade e mundo feudal na Ásia ocidental, Europa e continente africano; Educação nas américas pré-colonização européia; Educação na América espanhola e no Brasil durante o período colonial e começo da escolarização; Impacto das revoluções burguesas na educação, independência dos países da América espanhola e a reforma Pombalina no Brasil; História da educação no Brasil independente; Tópicos sobre educação na América Latina contemporânea; Educação no Brasil republicano; Educação e as ditaduras civis-militares de segurança-nacional na América do Sul; Educação e neoliberalismo no final do século XX; Educação brasileira no século XXI, permanências e perspectivas; Lutas pela superação da dualidade estrutural da	

educação brasileira e os embates contra os projetos de “modernização conservadora” na educação.

Referências:

Básica

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2019.

Complementar

APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando (orgs.). *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARANHA, Maria L. de A. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna, 2006.

GADOTTI, M. *Histórias das ideias pedagógicas: Moacir Gadotti*. 8.ed. São Paulo, SP: Ática, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

ROMANELLI, Otaiza de O. *História da educação no Brasil: (1930/1973)*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Componente Curricular: Multiletramentos	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular	
Compreender e analisar conceitos básicos dos estudos dos letramentos e dos multiletramentos com foco em práticas de ensino em contextos de produção multissemióticos e em ambientes virtuais de aprendizagem e uso de TICs para fins acadêmicos.	
Ementa:	
Introdução aos conceitos: práticas de linguagem, letramentos, multiletramentos e letramentos digitais. Relação entre esses conceitos e os objetivos do ensino de línguas no contexto educacional contemporâneo (que embasará a prática de estágio obrigatório), considerando os campos de atuação da Base Nacional Curricular Comum e o ensino EaD. Características multimodais e multissemióticas de textos produzidos em ambientes digitais midiáticos e virtuais de aprendizagem, relacionando com diferentes práticas sociais e seus contextos sócio-histórico-ideológicos. Ambientação e utilização de	

Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Autonomia na aprendizagem. Ética na EaD. Introdução a tópicos de observação de aula.

Referências:**Básica**

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In:* KLEIMAN, A. B. (Org.) *Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995, p. 15-64.

ROJO, R. H. R. *Gêneros discursivos do círculo de Bakhtin e multiletramentos*. *In:* ROJO, R. H. R (Org.) *Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICS*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. P. 13-36.

BEHAR, P. A.; SILVA, K. K. A. da. Mapeamento de competências: um foco no aluno da Educação a Distância. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2012.

Complementar

STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014.

HACK, Josias Ricardo. *Introdução à educação a distância*. Florianópolis:

LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em:

<https://antigo.uab.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livro-introdução-a-EAD.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

KLEIMAN, A. B. (Org.) *Os significados de letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SEMESTRE II

Componente Curricular: Leitura Crítica da Gramática	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos de Linguística	
<p>Objetivo geral do componente curricular: Ler criticamente os fundamentos morfossintáticos de gramáticas de diferentes orientações, em especial a normativa. Compreender os objetivos e o uso de diferentes gramáticas. Apresentar conceitos e pressupostos de diferentes modelos de análise no âmbito da Morfologia. Refletir sobre um conjunto de fenômenos sintáticos, tanto do português atual como do português histórico, analisando-os e descrevendo-os, com base em instrumentos teóricos e empíricos. Investigar os fundamentos e processos da estrutura e construções morfossintáticas da língua portuguesa, de modo a levar o(a) estudante à reflexão sobre a prática do ensino.</p>	
<p>Ementa: Conceitos de gramática, morfologia e sintaxe. Morfologia Flexional e Morfologia Derivacional. A “palavra” e seus processos de formação. Modelos e métodos de análise morfológica. Análise sintática do período simples e do período composto. Padrão frasal e pontuação. As relações gramaticais: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complementos oblíquos, adjuntos e advérbios. Tipos de predicado e transitividade verbal. Verbos de ligação. Predicado verbo-nominal. Fenômenos gramaticais em variação e mudança no português brasileiro. Orações coordenadas e subordinadas. Concordância, regência e crase.</p>	
<p>Referências: Bibliografia Básica: CUNHA, C. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>. 6ed. São Paulo: Lexikon, 2013. MIOTO, C.; SILVA, M. C.; LOPES, . <i>Novo manual de sintaxe</i>. São Paulo: Contexto, 2013. CÂMARA JUNIOR, J. M. <i>Estrutura da língua portuguesa</i>. 44 ed. Petrópolis: Vozes, 2011 Bibliografia Complementar: ABAURRE, Maria Bernadete M. e RODRIGUES, Ângela C. S. (Orgs.) <i>Gramática do Português Falado</i>, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, 2002. BAGNO, M. <i>Gramática Pedagógica do Português Brasileiro</i>. São Paulo: Parábola, 2011. BECHARA, E. <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>. São Paulo: Nova Fronteira, 2009. BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. <i>Introdução à linguística</i>. Vol. 01. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. CASTILHO, A. T. <i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i>. São Paulo: Contexto, 2010.</p>	

Componente Curricular: Teoria e prática de leitura e produção textual II	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Teoria e Prática de Leitura e Produção Textual I	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar ao(à) estudante o desenvolvimento de competências em leitura e produção escrita, a partir do estudo de aspectos contextuais, estruturais, temáticos e estilísticos de diferentes gêneros do discurso.	
Ementa: Leitura, análise e produção de diferentes gêneros do discurso. Relações entre texto, contexto e efeito de sentido. Temática,, construção composicional e estilo dos gêneros. Estrutura do parágrafo. Períodos simples e compostos, frases siamesas e fragmentadas, coesão e coerência. Planejamento do texto. Recursos textuais e discursivos: referência, sequenciação, organização textual, progressão temática e estratégias argumentativas. Redação acadêmico-científica.	
Referências: Básica ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. <i>Produção de texto: interlocução e gêneros</i> . São Paulo: Moderna, 2007. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Oficina de texto</i> . Petrópolis: Vozes, 2003. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. <i>Gêneros orais e escritos na escola</i> . Campinas: Mercado das Letras, 2004. Complementar FÁVERO, L. L. <i>Coesão e coerência textuais</i> . São Paulo: Ática, 11ª edição, 2006. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . São Paulo: Ática, 17ª edição, 2008. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <i>Lições de texto: leitura e redação</i> . 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e escrever: estratégias de produção textual</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender os sentidos do texto</i> . São Paulo: Contexto, 2006.	

Componente Curricular: Língua Espanhola II	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola I	
Objetivo geral do componente curricular	

Avançar no trabalho de interpretar o funcionamento da língua espanhola e de produzir gêneros orais e escritos em âmbito acadêmico e profissional com o objetivo principal de superar a visão da língua como um estoque de palavras, de sons e de frases. Interpretar e produzir diversos gêneros discursivos orais e escritos com o fim de desenvolver o letramento acadêmico e aproximar a pessoa em formação da prática docente em língua espanhola. Compreender as manifestações culturais e literárias como representações dos povos latino-americanos e caribenhos e de suas identidades por meio do aprofundamento de suas produções materiais, literárias, artísticas, sociais, ideológicas, comportamentais e institucionais.

Ementa:*Módulo I: Cultura e educação de língua espanhola*

Gênero escrito: Fichamento de leitura de textos relacionados à história, literatura e cultura da língua espanhola em contexto latinoamericano e caribenho.

Gênero oral: Apresentação oral de pelo menos dois fichamentos a partir do uso de um suporte digital, como canva, genially ou google template.

Elementos linguísticos: Verbos de dizer no presente do indicativo: o artigo/texto/obra apresenta, mostra, explora, desenvolve (foco na terceira pessoa do singular e do plural (os autores exploram, o autor explora), pronomes demonstrativos e possessivos e preposições; artigo neutro lo; recursos linguísticos para expressar posicionamento (creo que, pienso que, (no) me gusta), léxico relacionado à educação, moradia, saúde e alimentação.

Módulo II: Literatura e cultura afro-latino-americana

Gênero escrito: roteiro de podcast sobre um livro e uma autora latino-americana (afro-latino-americana, indígenas) Gênero oral: produção de um episódio de podcast literário expressando a importância da cultura e da literatura afro-latina para a compreensão da identidade por meio da obra escolhida.

Elementos linguísticos: expressões para narrar e contar uma história (verbos no tempo passado: perfeito e imperfeito), expressões para marcar a continuidade de uma situação iniciada no passado (pretérito perfeito composto). Expressões impessoais para descrever uma situação ou plano de fundo de uma história (ocurrir, pasar, suceder). Adjetivos e advérbios para descrever: 1. A dimensão física, perceptiva, anímica e familiar de personagens e pelo que passam na história; 2. Caracterizar as situações vivenciadas por eles na história. Posicionamentos críticos: Acordar, discordar, argumentar e justificar.

Referências:**Básica**

GALEANO, E. *Las venas abiertas de América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

O'GORMAN, E. *La invención de América*. Investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1958. Disponível em <filosofiamexicanaunam.files.wordpress.com/2019/02/la-invencion-de-america-texto-completo_edmundo-ogorman.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

DI TULLIO, A. MALCUORI, M. *Gramática del Español para maestros y profesores del Uruguay*. Montevideo: PROLEE, 2012.

Complementar:

BERND, Z. *Americanidade e Americanização*. FIGUEIREDO, E. (org). Conceitos de Literatura e Cultura. Editora da UFF, 2005. Disponível em:

<partnership.wordpress.com/2008/02/americanidade-e-americanizacao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FANJUL, A. *Gramática de español paso a paso*. São Paulo: Moderna/Santillana, 2014.

FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M (org.). *Espanhol, português e brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2014.

FERNÁNDEZ, R. *Prácticas de fonética española para hablantes de portugués*. Nivel Inicial-Intermedio. Madrid: Arco/ Libros, S. L, 1999.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de la Lengua Española –Tomos I y II*, Madrid: Espasa Calpe, 2011.

Componente Curricular: Filosofia da Educação: Aspectos Teóricos e Implicações Pedagógicas	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Compreender as bases e principais teorias filosóficas e suas implicações pedagógicas por meio de práticas de ensino.	
Ementa: O conceito de educação e filosofia. Filosofia da Educação e pressupostos. Análise de métodos e pressupostos da Educação a partir de pensadores clássicos da Educação. Educação e conhecimento. Educação e ética.	

Referências:**Básica**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. SÃO PAULO: Moderna, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PAVIANI, J. *Problemas de filosofia da educação: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino*. 7. ed. Caxias do Sul, RS: Ed. da UCS, 2005.

Complementar

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BATTESTIN, Cláudia (Org). *Filosofia e educação: um diálogo necessário*. 2 ed. Rio de Janeiro, Simmer e Amorim Edições e comunicação Ltda, 2012.

FLICKINGER, H-G. *A caminho de uma pedagogia hermenêutica*. Campinas, SP: Autores associados, 2010.

FLICKINGER, H-G. *Gadamer e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

Componente Curricular: Desenvolvimento e Aprendizagem	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Reconhecer o desenvolvimento humano como um processo que começa antes de nascer e continua durante toda a vida, relacionando as diferentes concepções e teorias de aprendizagem à prática pedagógica.	
Ementa: Conceitos de Aprendizagem e Desenvolvimento. As principais teorias do processo de aprendizagem: Empirismo, Apriorismo e Interacionismo. O Desenvolvimento Humano: perspectivas das diferentes fases da vida. A relação da concepção de aprendizagem do professor com a sua prática pedagógica. A aprendizagem e o desenvolvimento a partir da prática de estágio obrigatório. Introdução a tópicos de observação de aula.	
Referências: Básica BECKER, F. <i>Educação e construção do conhecimento</i> . 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. MIZUKAMI, M. G. N. <i>Ensino: as abordagens do processo</i> . São Paulo: SP: E.P.U., c1986. VIGOTSKY, L. S.; COLE, Michael et al. (org.). <i>A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i> . 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. Complementar	

- BECKER, Fernando. *A epistemologia do professor: o cotidiano da escola*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013
- FERNANDEZ, A. *Inteligência Aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança*. Artmed, 1991.
- LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- LEFRANÇOIS, Guy R. *Teorias da aprendizagem: o que o professor disse*. 2. ed. São Paulo, SP: 2017.
- LIMA, E. S. *Desenvolvimento e aprendizagem na escola*. São Paulo: Sobradinho, 2002.

Componente Curricular: Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	
Objetivo geral do componente curricular Estudar o contexto histórico-social e as obras representativas das literaturas portuguesa e brasileira, privilegiando uma perspectiva historiográfica.	
Ementa: Estudo de textos historiográficos das literaturas de língua portuguesa; a formação da tradição literária portuguesa e brasileira. Estudo das características, contexto histórico-social e temáticas das literaturas portuguesa e brasileira desde suas primeiras manifestações; reflexões críticas sobre as possíveis ressonâncias artísticas e literárias em textos contemporâneos.	
Referências: Básica BOSI, Alfredo. <i>História concisa da literatura brasileira</i> . 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. MOISES, Massaud. <i>A literatura portuguesa</i> . 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. SARAIVA, Antonio José; LOPES, Óscar. <i>História da literatura portuguesa</i> . 17. ed. Porto: Editora Porto, 2005. Complementar BOSI, A. <i>Dialética da Colonização</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1996. COUTINHO, Afrânio. <i>Conceito de Literatura Brasileira</i> . São Paulo: Vozes, 2008. MOISES, Massaud. <i>A literatura portuguesa através dos textos</i> . 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2019. ROMERO, Silvio. <i>A Litteratura Brasileira e a crítica moderna: Ensaio de generalização</i> . Rio de Janeiro, RJ: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880. 206 p., [1] f., 18 cm. VERÍSSIMO, José. <i>História da literatura brasileira</i> . [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional.	

SEMESTRE III

Componente Curricular: Língua Espanhola III	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Língua Espanhola II	
<p>Objetivo geral do componente curricular Desenvolver a competência comunicativa de nível intermediário, compreender e produzir discursos simples e coerentes, aproximar o estudante da prática docente em língua espanhola, e promover a integração entre ensino e comunidade por meio de ações de extensão.</p>	
<p>Ementa: <i>Módulo I: Usos Coloquiais da Língua Espanhola</i> Gênero escrito: Textos curtos sobre ditos populares, frases feitas e expressões idiomáticas em diferentes contextos. Gênero oral: Diálogos simulando situações cotidianas que utilizam expressões idiomáticas e ditos populares. Elementos linguísticos: Expressões idiomáticas, ditos populares, verbos no presente e imperfeito do indicativo. <i>Módulo II: Planejando uma Viagem</i> Gênero escrito: Roteiros de viagem, listas de atividades e planos de viagem detalhados. Gênero oral: Apresentações orais de roteiros de viagem utilizando suporte digital como PowerPoint ou Canva. Elementos linguísticos: Verbos no futuro do indicativo, expressões de tempo e lugar, vocabulário relacionado a viagens e turismo. <i>Módulo III: Expressando Desejos e Hipóteses</i> Gênero escrito: Cartas ou e-mails expressando desejos e hipóteses sobre situações futuras. Gênero oral: Discussões em grupo sobre hipóteses e desejos relacionados a temas variados. Elementos linguísticos: Verbos no condicional e subjuntivo, expressões de desejo e hipótese. <i>Módulo IV: Expressando Finalidades</i> Gênero escrito: Textos argumentativos que expressam finalidades e objetivos em contextos acadêmicos e profissionais. Gênero oral: Debates e apresentações orais sobre objetivos e finalidades em diferentes cenários. Elementos linguísticos: Conjunções de finalidade, verbos no subjuntivo e infinitivo, estruturas complexas de oração.</p>	
Referências:	
Básica:	

CHOZAS, D.; DORNELES, F. *Dificultades del español para brasileños*. Madrid: SM, 2003.
 DUEÑAS, C.R; GONZÁLEZ HERMOSO, A. *Gramática del español lengua extranjera*.
 Madrid: Edelsa, 2011.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. Tomos I y II. M, Madrid: Edelsa, 2011.

Complementar:

BÉCQUER, G. A. *La corza blanca*. São Paulo, SP: Santillana Español, 2012.

BUITRAGO, J. A. *De viaje*. São Paulo, SP: Santillana Español, 2011.

GONZÁLEZ HERMOSO, A. *Conjugar verbos de España y de América*. Madrid: Edelsa,
 PAREDES, F. *Guía práctica del español correcto*. Madrid. ESPASA Libros, 2009.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

Componente Curricular: Fonética e Fonologia	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos de Linguística	
Objetivo geral do componente curricular Apresentar conceitos de fonética articulatória e uma introdução à análise fonológica para embasar análises de problemas fonéticos e realizar transcrições fonéticas acuradas.	
Ementa: Conceitos básicos de Fonética e Fonologia. Ênfase na fonética articulatória: articulação de vogais, articulação de consoantes, aparelho fonador, modos e pontos de articulação, articulações secundárias; a sílaba; a prosódia do ritmo e da entoação; prática de produção, reconhecimento e transcrição dos sons da linguagem. Sistema fonológico e organização dos sons da fala; fonema, alofone, arquifonema: as noções de oposição, contraste, distribuição complementar, neutralização; traços distintivos; processos e representações fonológicas; prática de análise fonológica com ênfase nas variantes regionais.	
Referências:	
Básica	
BISOL, L. (org.). <i>Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro</i> . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.	
MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). <i>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</i> . São Paulo: Cortez, 2012. v.1	
SILVA, T. <i>Fonética e Fonologia do Português</i> . São Paulo: Contexto, 2007.	
Complementar	
ABAURRE, M. B. M. <i>Fonologia e Fonética</i> . Guimarães, E. e M. Zoppi-Fontana (orgs.), <i>Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase</i> . Campinas: Pontes, 2006.	
ABAURRE, M. B. M. & F. SANDALO. Os róticos revisitados. Em: D. da Hora & G. Collischor (orgs.), <i>Teoria Linguística: fonologia e outros temas</i> . João Pessoa: Editora da UFB, 2003	

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
 COLLISCHON, G. *Fonologia do Português Brasileiro, da sílaba à frase*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
 FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

Componente Curricular: Literaturas de Língua Portuguesa: Lírica e Drama	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 16h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa	
Objetivo geral do componente curricular Discutir a produção literária portuguesa e brasileira lírica e dramática, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Estudo, análise e crítica do texto poético e dramático, português e brasileiro, em diferentes contextos históricos e culturais; reflexões críticas sobre as ressonâncias artísticas e literárias em textos contemporâneos; ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas (círculos de leitura).	
Referências: Básica GOLDSTEIN, Norma. <i>Versos, sons e ritmos</i> . 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. PROENÇA Filho, Domingos. <i>A linguagem literária</i> . 7 ed. São Paulo: Ática, 2003. ROUBINE, Jean-Jacques. <i>Introdução às grandes teorias do teatro</i> . Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Antigo, 2003. Complementar COSSON, Rildo. <i>Círculos de leitura e letramento literário</i> . São Paulo : Contexto, 2014. GONZAGA, Sergius. <i>Curso de literatura brasileira</i> . Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2004. MOISES, Massaud. <i>A literatura portuguesa através dos textos</i> . 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2019. SARAIVA, Antonio José; LOPES, Óscar. <i>História da literatura portuguesa</i> . 17. ed. Porto: Editora Porto, 2005. VERÍSSIMO, José. <i>História da literatura brasileira</i> . [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional.	

Componente Curricular: Teoria da Literatura	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	

Objetivo geral do componente curricular

Oportunizar um conhecimento panorâmico das principais correntes teóricas da literatura e seus conceitos básicos, problematizando as diversas formas de analisar textos literários.

Ementa:

Noções fundamentais: a teorização em literatura. Percursos da reflexão teórica sobre a atividade literária: surgimento e concepções. A teoria da literatura e as demais componentes curriculares literárias: historiografia, crítica e literatura comparada. Principais contribuições das vertentes teóricas do século XX: Formalismo Russo, Estruturalismo, Pós-estruturalismo, Estética da Recepção, Estudos Culturais, Teorias de gênero e Pós-coloniais. Inter-relação entre as teorias literárias e conceitos teóricos básicos para a análise do literário: literariedade, dialogismo, polifonia, intertextualidade, identidade e alteridade, memória.

Referências:**Básica**

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAMUEL, Rogel. *Novo Manual de Teoria Literária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOUZA, Roberto Acízelo. *Iniciação aos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Complementar

SOUZA, Roberto Acízelo. *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. São Paulo: É Realizações Editora, 2018.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

CULLER, Jonathan. *Introdução à Teoria Literária*. São Paulo: Beca Edições, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Componente Curricular: Didática: Teorias e Práticas	Carga Horária (hora-relógio) 100h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Desenvolvimento e Aprendizagem	
Objetivo geral do componente curricular	
<p>Conhecer e estudar as especificidades da prática docente em sua dimensão teórica e prática, indissociáveis, compreendendo o conceito de práxis, como elemento fundamental para desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem vinculando saberes científicos e pedagógicos capazes de promoverem uma educação democrática, inclusiva e emancipadora, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.</p>	

Ementa:

Didática: abordagem histórica das tendências pedagógicas na prática docente. O processo de ensino e de aprendizagem. Planejamento: plano de ensino e plano de aula. Projeto Político Pedagógico na perspectiva da concretização da Gestão Democrática. A produção do currículo escolar. Procedimentos, estratégias e recursos de ensino. A avaliação da aprendizagem escolar. O relacionamento docente-estudante e o processo pedagógico.

Referências:**Básica**

HOFFMAN, Jussara. Avaliação Mediadora; *Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade*. 33.^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2014

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. 1.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

Complementar

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2005

CALDEIRA, Anna M; Z Aidan, Samira. *Práxis pedagógica: um desafio cotidiano*. Revista Paidéia: Univ. Fumec Belo Horizonte. Ano 10 n. 14 p. 15-32 jan./jun. 2013, Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/2374>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Edição 53. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2016.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente*. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

Componente Curricular: História e Cultura Afro-Indígena no Continente Americano	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Compreender de forma crítica a atualidade social e educacional a partir do estudo de elementos da constituição da história e cultura afro-americana e indígena do continente americano.	
Ementa: Povoamento do continente americano e história dos povos originários; Aspectos da história da América e Brasil pré-colonial; Elementos da história do continente africano; Processo de	

colonização europeia do continente americano e as lutas de resistência dos povos originários e africanos; A atualidade dos povos indígenas e dos Estados Plurinacionais nas Américas; A atualidade do racismo e do antirracismo no continente americano e na educação; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008; Racismo estrutural; Racismo Ambiental; Feminismo Negro; Educação antirracista.

Referências:

Básica

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representações*. São Paulo: Elefante, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Complementar

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOPES, Reinaldo José. *1499: o Brasil antes de Cabral*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

Componente Curricular: Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa	Carga Horária (hora-relógio) 10h
	Cadastro SIGAA: 10h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 10h	Carga horária à distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Multiletramentos; Desenvolvimento e aprendizagem	
Objetivo geral do componente curricular Refletir a respeito da articulação entre teoria e prática através de observação de aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio.	
Ementa: Análise prática do contexto e público-alvo de escolas de Ensino Fundamental II e/ou de Ensino Médio. Análise de procedimentos metodológicos de ensino de Língua Portuguesa. Produção de relatório narrativo-reflexivo da prática.	
Referências:	
Básica	
BRASIL. Ministério da Educação. <i>Base Nacional Comum Curricular</i> . Brasília, 2018.	
GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CARNIN, Anderson; KERSCH, Dorotea Frank. <i>Reflexões sobre projetos didáticos de gênero</i> . Campinas: Mercado de Letras, 2015.	
SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquin. <i>Gêneros orais e escritos na escola</i> . Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.	
Complementar	
ALMEIDA Patrícia Albieri; TARTUCE Gisela Lobo; GATTI Bernardete A.; SOUZA, Liliane	

Bordignon. *Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação*. Brasília: Unesco, 2021.

GUEDES, P. C. *Formação do professor de português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SIGNONIRI, I.(Org.). *Gêneros catalisadores, letramento e formação do professor*. São Paulo:Parábola Editorial, 2010.

SIMÕES, Luciene J.; RAMOS, Joice W.; MARCHI, Diana; FILIPOUSKI, Ana M. *Leitura e Autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Erechim: Edelbra, 2012.

SEMESTRE IV

Componente Curricular: Literaturas de Língua Portuguesa: Estudo da Narrativa	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Panorama Historiográfico das Literaturas de Língua Portuguesa	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar aos estudantes a análise e interpretação de obras narrativas representativas das literaturas de língua portuguesa, além de oportunizar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Estudo de narrativas (contos, novelas e romances) representativas dos sistemas literários português e brasileiro, em diferentes contextos históricos e culturais; ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas.	
Referências: Básica BAKHTIN, Mikhail. <i>Teoria do Romance I – A estilística</i> . São Paulo. Editora 34, 2017. DIMAS, Antonio. <i>Espaço e romance</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. REUTER, Yves. <i>Introdução à análise do romance</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1996. Complementar MOISÉS, Massaud. <i>A literatura portuguesa</i> . 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008. CANDIDO, Antonio et al. <i>A personagem de ficção</i> . 13 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. SCHWARZ, Roberto. <i>Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro</i> . 6. ed. São Paulo, SP: Duas Cidades, 2012. MACHADO, Thaisa. <i>Análise de texto literário: prosa</i> . Contentus, 2020. SCHOLLHAMMER, Karl Erik. <i>Ficção brasileira contemporânea</i> . Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009.	

Componente Curricular: Fundamentos e Práticas Pedagógicas em LIBRAS	Carga Horária (hora-relógio) 100
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 34h	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular: Proporcionar ao estudante condições para o estabelecimento de comunicação em Libras a partir do conhecimento dos fundamentos teóricos e práticos da língua. Instrumentalizar o estudante acerca da especificidade de aprendizagem dos estudantes surdos, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa:	

Aspectos históricos e conceituais da cultura surda; Parâmetros linguísticos da Libras; Alfabeto manual- treino datilológico. Numeral. Expressão facial/corporal; Vocabulário básico de Libras; Pronomes Advérbios de tempo; Tipos de frase em Libras; Pequenos diálogos em Libras; Educação bilíngue para surdos; orientações pedagógicas para ensino de pessoas surdas.

Referências:

Básica:

GESSER, Audrei. *Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HONORA, Marcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro Ilustrado de língua de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Complementar:

FERNANDES, Eulália (Org.). *Surdez e Bilingüismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras*. São Paulo: Parábola, 2012.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997 2011.

SANTANA, A. P. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus / Summus, 2007.

Componente Curricular: Língua Espanhola IV	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola III	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Possibilitar a compreensão e produção de textos orais e escritos sobre assuntos cotidianos ou familiares com certa complexidade e com informação sobre necessidades básicas, reconhecendo marcas de informalidade ou formalidade, aprofundando conhecimentos linguísticos, gramaticais, discursivos e culturais. Desenvolver a compreensão e produção de textos complexos sobre temas variados.</p>	
<p>Ementa:</p> <p><i>Módulo I: Compreensão e Produção de Textos Orais e Escritos</i></p> <p>Gênero escrito: Textos descritivos e narrativos sobre situações cotidianas e familiares, incluindo cartas e e-mails.</p>	

Gênero oral: Diálogos e apresentações orais sobre temas cotidianos, com ênfase na fluência e precisão linguística.

Elementos linguísticos: Estruturas gramaticais avançadas, uso de conectores, concordância verbal e nominal, pronomes relativos.

Módulo II: Marcas de Formalidade e Informalidade

Gênero escrito: Textos que diferenciam registros formais e informais, como cartas formais, relatórios e mensagens informais.

Gênero oral: Discussões e simulações de situações que exigem o uso de diferentes registros linguísticos.

Elementos linguísticos: Vocabulário formal e informal, expressões idiomáticas, níveis de polidez, pronomes de tratamento

Módulo III: Aprofundamento de Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais

Gênero escrito: Análises gramaticais de textos autênticos, exercícios de aplicação de regras gramaticais complexas.

Gênero oral: Debates e apresentações sobre tópicos linguísticos, explorando variações e particularidades do espanhol.

Elementos linguísticos: Tempos verbais compostos, voz passiva, modos verbais (subjuntivo, condicional), concordância complexa.

Referências:

Básica:

LANG; MERVIN. *Formación de palabras en español*. Barcelona: Catedra, 1992.

LAPESA, R. *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Gredos, 1981.

RIVAS, M. Z. *Problemas de morfología española*. New York: Peter Lang Publishing, 2003.

Complementar

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamientos en el español actual*. Madrid: Arco libros, 1997.

CHAMORRO GUERRERO, M. D et al. *Abanico*: nueva edición: libro del alumno. Barcelona, ES: Difusion, 2010.

DI TULLIO, A.; MALCUORI, M. *Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay*. Montevideo: ANEP. ProLEE. 2012.

FANJUL, A. P. (org.). *Gramática y práctica de español para brasileños*. São Paulo: Santillana/Ed. Moderna. 2005.

FANJUL, A.; GONZÁLEZ, N. (orgs.). *Espanhol e português brasileiro: estudos comparados*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Componente Curricular: Discurso, Enunciação e Ensino	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos de Linguística	
Objetivo geral do componente curricular	

Proporcionar ao estudante condições para compreensão e reflexão acerca das teorias discursivas e enunciativas. Oportunizar análise e prática da transposição didática dos conceitos estudados.

Ementa:

Perspectiva dialógica da linguagem. Teoria da enunciação. Diferentes abordagens sobre os conceitos de discurso e enunciado. Linguagem e ideologia. Gêneros do discurso. Signo ideológico. Refração do signo. Linguagem e subjetividade. Relações entre enunciado e enunciação. Aparelho formal da enunciação. Análise do discurso de linha francesa. Reflexões sobre ensino de língua sob um enfoque dialógico e discursivo.

Referências:

Básica

BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. *Introdução à linguística*. Vol. 01. 5ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ed. São Paulo: Pontes, 2008.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Grillo, Sheila; Américo, Ekaterina Vólkova. Ensaio introdutório de Grillo, Sheila. São Paulo: Editora 34, 2017.

Complementar

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Bezerra, Paulo. Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRAIT, B; SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FLORES, V. N; TEIXEIRA, M. T. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004

Componente Curricular: Metodologia e Práticas de Ensino em Língua Portuguesa	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Didática: Teorias e Práticas	
Objetivo geral do componente curricular Analisar e implementar intervenções didáticas de Língua Portuguesa a partir das pedagogias dos letramentos e de acordo com a Base Nacional Curricular Comum, elaborando estratégias de ensino, de avaliação e de gestão inclusiva da aprendizagem, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa:	

Objetivos de aprendizagem e objetos de ensino de Língua Portuguesa na educação básica. Práticas de linguagem, eixos de integração e campos de atuação da Base Nacional Curricular Comum. Análise crítica de livros do Plano Nacional do Livro Didático e de modelos de planejamento na perspectiva da promoção dos letramentos e dos multiletramentos. Produção de sequências didáticas, projetos de aprendizagem e planos de ensino. Análise de contexto, elaboração e aplicação de intervenção didática em contexto educacional. Estudos de caso voltados para a gestão inclusiva da aprendizagem e da classe.

Referências:

Básica

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
 GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CARNIN, Anderson; KERSCH, Dorotea Frank. *Reflexões sobre projetos didáticos de gênero*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.
 KLEIMAN, Angela, *Preciso “ensinar” o letramento?*. Campinas: Cefiel / IEL/ Unicamp, 2005.

Complementar

ALMEIDA Patrícia Albieri; TARTUCE Gisela Lobo; GATTI Bernardete A.; SOUZA, Liliane Bordignon. *Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação*. Brasília: Unesco, 2021.
 BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Bezerra, Paulo. Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
 IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
 ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
 SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquin. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

Componente Curricular: Introdução ao Estágio em Língua Espanhola	Carga Horária (hora-relógio) 10h
	Cadastro SIGAA: 10h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 10h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Multiletramentos; Desenvolvimento e aprendizagem	
Objetivo geral do componente curricular Refletir a respeito da articulação entre teoria e prática através de observação de aulas de Língua Espanhola nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio.	
Ementa: Análise prática do contexto e público-alvo de escolas de Ensino Fundamental II e/ou de Ensino Médio. Análise de procedimentos metodológicos de ensino de Língua Espanhola.	

Produção de relatório narrativo-reflexivo da prática.

Referências:

Básica

BRASIL. 1998. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília, MEC/SEF.

SCHLATTER M. (2021). *O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento*. Calidoscópico, 7(1), 11–23.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). *In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Porto Alegre: SE/DP, 2009.p. 127-172. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

Complementar

BOÉSSIO, Cristina Pureza Duarte. *Uma proposta para o Ensino de Línguas Próximas*. In: LEFFA, V. J. (Org.). *Produção de Materiais de Ensino: Teoria e Prática*. Pelotas: Educat, 2003.

BORTOLINI, L. S. 2006. *Os conceitos de uso de língua, identidade e aprendizagem subjacentes ao material didático para o ensino de português em Letícia (Colômbia)*. Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 72 p.

SCARAMUCCI, M.V.R. 2000. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, 36:11-22.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.) 2004. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, Mercado de Letras.

GARCEZ, Pedro. de M. (2019). *Conceito de Letramento e a Formação de Professores de Línguas*. *Revista Da Anpoll*, 1(49), 12–25. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i49.1299>.

SEMESTRE V

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	Carga Horária (hora-relógio) 95h
	Cadastro SIGAA: 33h (componente) 62h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 95h	Carga horária à distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa; Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Desenvolver a articulação entre teoria e prática através de atuação no contexto escolar no Ensino Fundamental II. Realizar atividades de observação, planejamento, docência e avaliação da aprendizagem. Elaborar projeto de docência e planos de aula e realizar transposições didáticas levando em consideração o contexto de ensino, o público-alvo e a Base Nacional Curricular Comum. Identificar problemas no processo de ensino e aprendizagem e elaborar estratégias de intervenção.</p>	
<p>Ementa:</p> <p>Estudo teórico-prático de contexto e público-alvo de escola de Ensino Fundamental II (regular ou Ensino de Jovens e Adultos). Análise de procedimentos metodológicos de ensino de Língua Portuguesa. Elaboração de materiais didáticos e de instrumentos de avaliação em consonância com a Base Nacional Curricular Comum. Prática docente. Produção de relatório narrativo-reflexivo da prática.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Base Nacional Comum Curricular</i>. Brasília, 2018.</p> <p>GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CARNIN, Anderson; KERSCH, Dorotea Frank. <i>Reflexões sobre projetos didáticos de gênero</i>. Campinas: Mercado de Letras, 2015.</p> <p>SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquin. <i>Gêneros orais e escritos na escola</i>. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.</p> <p>Complementar</p> <p>ALMEIDA Patrícia Albieri; TARTUCE Gisela Lobo; GATTI Bernardete A.; SOUZA, Liliane Bordignon. <i>Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação</i>. Brasília: Unesco, 2021.</p> <p>GUEDES, P. C. <i>Formação do professor de português: que língua vamos ensinar?</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). <i>Multiletramentos na escola</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>SIGNONIRI, I.(Org.). <i>Gêneros catalisadores, letramento e formação do professor</i>. São Paulo:Parábola Editorial, 2010.</p> <p>SIMÕES, Luciene J.; RAMOS, Joice W.; MARCHI, Diana; FILIPOUSKI, Ana M. <i>Leitura e Autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura</i>. Erechim: Edelbra, 2012.</p>	

Componente Curricular: Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Espanhola	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Didática: Teorias e Práticas e Língua Espanhola IV	
<p>Objetivo geral do componente curricular Proporcionar aos(às) estudantes o instrumental teórico e prático sobre Metodologia do Ensino-aprendizagem do Espanhol como Língua Adicional e os conceitos de Linguística Aplicada, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.</p>	
<p>Ementa: Fundamentos teóricos da Linguística Aplicada no que diz respeito ao processo de ensino/aprendizagem de Línguas Adicionais. Teorias, métodos e abordagens no ensino e aprendizagem de Língua Adicional. Conceitos básicos de aquisição de língua adicional em relação aos diferentes enfoques. Objetivos do ensino de Língua Espanhola levando em consideração os documentos oficiais orientadores (PCN, PCNEM, OCEM, BNCC, MCER, PCIC). Análise teórico-metodológica para a produção de materiais didáticos, planos e projetos pedagógicos que contemplem as diferentes manifestações da linguagem a partir dos conceitos de gêneros do discurso e multiletramentos. Elaboração e implementação de intervenções didáticas em consonância com modelos didáticos contemporâneos Apresentação e discussão de diferentes recursos tecnológicos e repositórios didáticos para o ensino de Língua Espanhola (horas de extensão). Elaboração e implementação de intervenções didáticas em consonância com modelos didáticos contemporâneos.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica ALONSO, Encina. <i>Soy profesor/a: aprender a enseñar</i> 1. Madrid: Edelsa, 2012. GARGALLO, I. <i>Lingüística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera</i>. Madrid: Arco Libros, 2004. LOBATO, J; GARGALLO, I. <i>Vademécum para la formación de profesores: enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)</i>. Madrid: SGEL, 2004.</p> <p>Complementar ABRAHÃO, M (org.). <i>Prática de Ensino de Língua Estrangeira: experiências e reflexões</i>. Campinas: Pontes, 2004. KLEIMAN, A. <i>A Formação do Professor: perspectivas da Linguística Aplicada</i>. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2001. IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. <i>Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais</i>. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. LEFFA, V (org.). <i>O Professor de Línguas: construindo a profissão</i>. Pelotas: EDUCAT, 2001.</p>	

PASCHOAL, M; CELANI, M. (orgs.). *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: Educ, 1992.

Componente Curricular: Língua Espanhola V: Morfologia	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola IV	
Objetivo geral do componente curricular Compreender o sistema gramatical da língua espanhola e analisar científica e didaticamente a estrutura morfológica dessa língua, incluindo como ensinar gramática de forma eficaz.	
<p>Ementa:</p> <p><i>Módulo I: Fundamentos da Morfologia</i> Gênero escrito: Análises detalhadas de textos que demonstram diferentes aspectos da morfologia. Gênero oral: Apresentações sobre conceitos fundamentais da morfologia espanhola. Elementos linguísticos: Estruturas morfológicas básicas, tipos de palavras, flexões de gênero e número.</p> <p><i>Módulo II: Formação de Palavras</i> Gênero escrito: Exercícios e redações que demonstram o uso de processos de formação de palavras. Gênero oral: Discussões e debates sobre a criação de neologismos e a evolução do léxico espanhol. Elementos linguísticos: Prefixos, sufixos, compostos e outras formas de derivação.</p> <p><i>Módulo III: Análise Morfológica de Textos</i> Gênero escrito: Análise de textos autênticos, identificando e explicando estruturas morfológicas. Gênero oral: Apresentações de análises morfológicas de textos literários e não-literários. Elementos linguísticos: Morfemas, alomorfes, categorias gramaticais.</p> <p><i>Módulo IV: Ensino de Morfologia</i> Gênero escrito: Planos de aula e materiais didáticos focados no ensino de morfologia. Gênero oral: Simulações de aulas e apresentações de métodos de ensino. Elementos linguísticos: Estratégias pedagógicas para o ensino de morfologia, avaliação de aprendizagem.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica LANG; MERVIN. <i>Formación de palabras en español</i>. Barcelona: Catedra, 1992. LAPESA, R. <i>Estudios de morfosintaxis histórica del español</i>. Madrid: Gredos, 1999. RIVAS, M. Z. <i>Problemas de morfología española</i>. New York: Peter Lang Publishing, 2003.</p> <p>Complementar</p>	

DI TULLIO, Angela.; MALCUORI, Marisa. *Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay*. Montevideo: ANEP. ProLEE. 2012.

MORENO, J. C. C. *Curso universitario de lingüística general II: Semántica, Pragmática, Fonología y Morfología*. Madrid: Síntesis, 2002. v. 1.

RAMIREZ, M. V. *El español de América II. Morfosintaxis y Léxico*. Madrid: Arco libros, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de la Lengua Española –Tomos I y II*, Madrid: Espasa Calpe, 2011.

WEINBERG, M.B.F. *El Español de América*. Madrid: Mapfre, 1992.

Componente Curricular: Literaturas de Língua Portuguesa: Representações Identitárias	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 16h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Teoria da Literatura	
Objetivo geral do componente curricular Discutir e analisar as representações literárias lusófonas frente às transformações geopolíticas e culturais enredadas nos processos de colonização e de descolonização, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Literaturas de língua portuguesa e sua importância na (re)construção da (auto)imagem frente às transformações geopolíticas e suas posições no mundo. Literatura e colonialismo: a emergência das literaturas lusófonas (de Portugal, Brasil, países africanos e asiáticos) em seus contextos coloniais e pós-coloniais. Diálogo entre literatura e história na constituição das identidades nacionais. Estudo de obras representativas das literaturas lusófonas. Ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas (círculos de leitura).	
Referências: Básica FORLI, Cristina Arena; RÜCKERT, Gustavo Henrique. <i>Literaturas africanas em língua portuguesa</i> . Porto Alegre: SER – SAGAH, 2017. LEITE, Ana Mafalda. <i>Oralidade & escritas pós-coloniais: estudos sobre as literaturas africanas</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. Complementar CAMPANATO JÚNIOR, João Adalberto. <i>Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste</i> . São Paulo: CRV, 2016. COSSON, Rildo. <i>Círculos de leitura e letramento literário</i> . São Paulo: Contexto, 2014. CURY, Maria Zilda Ferreira; FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) <i>África: dinâmicas culturais e literárias</i> . Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.	

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. São Paulo: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos Estudos. CEBRAP*, n. 66, p. 23-52, jul. 2003.

Componente Curricular: Práticas de Ensino em Literatura	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Teoria da Literatura	
Objetivo geral do componente curricular: Refletir sobre o ensino de literatura, desenvolvendo capacidade crítico-analítica em relação à adequação de materiais didáticos e de metodologias de ensino-aprendizagem, objetivando elaborar propostas de intervenção para práticas educacionais.	
Ementa: Concepções de leitura e letramento literário: sua importância na formação cidadã e social do sujeito leitor. Legislação e diretrizes curriculares do ensino de literatura. O papel da mediação na formação do leitor. Leitura, análise e critérios de seleção de textos literários. O espaço do professor e do(a) estudante na promoção do letramento literário na escola. Produção e análise de material didático e paradidático para o desenvolvimento do letramento literário em sala de aula. O planejamento e condução de círculos de leitura.	
Referências: Básica COSSON, Rildo. <i>Círculos de leitura e letramento literário</i> . São Paulo: Editora Contexto 2014. COSSON, Rildo. <i>Letramento literário: teoria e prática</i> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. AMORIM, Marcel Alvaro de et al. <i>Literatura na escola</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2022. Complementar: BRASIL. <i>Base Nacional Comum Curricular</i> . Ministério da Educação. 2018. COSSON, Rildo. <i>Paradigmas do ensino da Literatura</i> . São Paulo: Contexto, 2020. GONÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra Santos (Org.). <i>Nas trilhas do letramento: entre teoria, prática e formação docente</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. SILVA, Paulo Ricardo Moura da. <i>Práticas escolares de letramento literário - Sugestões para leitura literária e produção textual</i> . Petrópolis. RJ: Vozes, 2022. SORRENTI, Neusa. <i>A poesia vai à escola? Reflexões, comentários e dicas de atividades</i> . São Paulo: Autêntica, 2007.	

Componente Curricular: Políticas Públicas da Educação	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h

Carga horária prática pedagógica e extensão: 0
Pré-requisitos: -
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Compreender criticamente as políticas públicas educacionais brasileiras contemporâneas em suas relações com o fazer docente no contexto das lutas políticas pelo rumos da educação e sociedade.</p>
<p>Ementa:</p> <p>Análise histórica da estruturação das políticas educacionais e das lutas pela educação pública e popular; Reflexão sobre as principais reformas educacionais brasileiras, a partir do estudo da implementação das legislações de ensino; Principais concepções teóricas estabelecidas historicamente no processo de formação da educação brasileira; Neoliberalismo, modernização conservadora e reformas empresariais da educação; Trabalho como princípio educativo e a educação profissional como alternativa; Tópicos sobre pesquisa em políticas públicas educacionais: materialismo histórico e dialético e análise de ciclos de políticas públicas.</p>
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>APPLE, Michael W. <i>Ideologia e currículo</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>DERMEVAL SAVIANI. <i>A lei da educação. LDB : trajetória, limites e perspectivas</i>. Campinas: Autores Associados, 2020</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. <i>A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista</i>. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (org.). <i>Sociologia da educação: análise internacional</i>. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta; RAMOS, Marise Nogueira (org.). <i>Ensino médio integrado: concepção e contradições</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GENTILI, Pablo A. A.; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). <i>A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho</i>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002</p> <p>PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José (Org.). <i>Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação</i>. Pelotas: UFPEL, 2011.</p> <p>SAVIANI, D. <i>O legado educacional do século XX no Brasil</i>. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.</p>

Componente Curricular: Cultura Hispano-Americana e Espanhola	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 33h	

Pré-requisitos: Língua Espanhola IV

Objetivo geral do componente curricular

Proporcionar aos(às) estudantes um conhecimento aprofundado das manifestações culturais hispano-americanas e espanholas, analisando a diversidade e a riqueza cultural dos países de língua espanhola, bem como a sua influência global. Promover a aplicação prática desse conhecimento através de atividades de extensão comunitária e projetos culturais.

Ementa:

Módulo I- Introdução à Cultura Hispano-Americana e Espanhola

Conceitos de cultura e identidade cultural

Panorama histórico e geográfico da Espanha e da América Hispânica.

Impacto das colonizações e independências.

A influência espanhola na América Latina.

Módulo II - Artes

Expressões artísticas: pintura, música, cinema e teatro.

Cultura contemporânea: festivais, música popular, cinema e televisão.

Módulo III - Tradições e Festividades

Festividades tradicionais na Espanha: La Tomatina, Las Fallas, Feria de Abril, San Fermín. (entre outras)

Festividades na América Latina: Dia de los Muertos (México), Inti Raymi (Peru), Fiesta de la Vendimia (Argentina). (entre outras)

Significados e impactos sociais dessas celebrações.

Módulo IV - Gastronomia e Costumes

Culinária típica espanhola: paella, tapas, jamón ibérico.

Culinária típica hispano-americana: tacos, ceviche, empanadas, arepas.

Influências e fusões gastronômicas.

Costumes cotidianos e tradições familiares.

Módulo V - Literatura de fronteira

Literatura fronteiriça do Uruguai

Literatura fronteiriça do Paraguai

Literatura fronteiriça - demais fronteiras latino americanas

Referências:

Básica:

GALEANO, E. *Las venas abiertas de América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

O'GORMAN, E. *La invención de América*. Investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1958. Disponível em: <https://cursosluispatinoffyl.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/01/la-invencion-de-amc3a9rica-o_gorman.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PRADA, Marisa; MOLERO, Clara María. *Español en la cocina: aprender español cocinando*. Madrid : SGEL, 2012

Complementar

DIEGUES, Douglas. *Era uma vez*. En la frontera selvagem. Edições Barbatana, 2019

SEVERO, Fabián. *Viralata*. Montevideú: Rumbo Editorial, 2015.

SEVERO, Fabián. 11. In: *Noite nu Norte*. Montevideo: Rumbo, 2010.

SGARBI, Elaine et al. *Píldoras de español: cultura en la clase de E/LE (vol 1)*. 2021.

Disponível em: <https://www.libreria.educacion.gob.es/libro/pildoras-de-espanol-cultura-en-la-clase-de-e-le_184218/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SGARBI, Elaine et al. *Píldoras de español: cultura en la clase de E/LE (vol 2)*. 2023.

Disponível em: <https://www.libreria.educacion.gob.es/libro/pildoras-de-espanol-cultura-en-la-clase-de-e-le-vol-2_184217/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SEMESTRE VI

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I	Carga Horária (hora-relógio) 95h Cadastro SIGAA: 33h (componente) 62h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 95h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Espanhola; Introdução ao Estágio em Língua Espanhola	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Articular de forma crítica teoria e prática, contribuindo assim para a formação do professor enquanto educador de língua espanhola como língua adicional no Ensino Fundamental II (regular ou Ensino de Jovens e Adultos). Observar e realizar um estudo diagnóstico do contexto social e cultural do campo de estágio; acompanhar o funcionamento e a organização da escola, compreender de maneira crítico-reflexiva as relações sociais, pedagógicas e administrativas nesses contextos. Reconhecer a importância do estágio para a construção da identidade docente. Planejar projeto de docência, planos de aula e materiais didáticos de acordo com os documentos orientadores sobre ensino de línguas adicionais. Analisar criticamente as relações de ensino/aprendizagem; avaliar criticamente a regência das aulas a partir de uma questão específica da prática.</p>	
<p>Ementa:</p> <p>Análise do público e do contexto social, cultural e pedagógico da prática docente. Estudo sobre os procedimentos em língua espanhola, relacionando de forma crítica a teoria e a prática a ser realizada. Elaboração de projeto de ensino, planos de aulas, materiais didáticos e formas de avaliação, contemplando os conceitos (estudados no componente curricular de Metodologia e práticas de ensino de Língua Espanhola) de multiletramentos, gênero do discurso, tipos textuais, interação, língua adicional e análise linguística. Produção de relatório analítico-reflexivo da experiência vivenciada.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>BRASIL. 1998. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i>: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília, MEC/SEF.</p> <p>SCHLATTER M. (2021). <i>O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento</i>. Calidoscópio, 7(1), 11–23.</p> <p>SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). <i>In</i>: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, <i>Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias</i>. Porto Alegre: SE/DP, 2009.p. 127-172. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.</p>	

Complementar

BOÉSSIO, Cristina Pureza Duarte. *Uma proposta para o Ensino de Línguas Próximas*. In: LEFFA, V. J. (Org.). *Produção de Materiais de Ensino: Teoria e Prática*. Pelotas: Educat, 2003.

BORTOLINI, L. S. 2006. *Os conceitos de uso de língua, identidade e aprendizagem subjacentes ao material didático para o ensino de português em Letícia (Colômbia)*. Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 72 p.

SCARAMUCCI, M.V.R. 2000. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, 36:11-22.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.) 2004. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, Mercado de Letras.

GARCEZ, Pedro. de M. (2019). *Conceito de Letramento e a Formação de Professores de Línguas*. *Revista Da Anpoll*, 1(49), 12–25. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i49.1299>.

Componente Curricular: Língua Espanhola VI: sintaxe	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola V: Morfologia	
Objetivo geral do componente curricular Estudo do funcionamento da linguagem tendo a oração como máxima unidade sintática. Refletir sobre a gramática da língua espanhola, com vistas ao desenvolvimento da produção oral e escrita, incluindo como ensinar gramática de forma eficaz.	
Ementa: <i>Módulo I: Fundamentos da Sintaxe</i> Gênero escrito: Análises detalhadas de textos que demonstram diferentes aspectos da sintaxe. Gênero oral: Apresentações sobre conceitos fundamentais da sintaxe espanhola. Elementos linguísticos: Estruturas sintáticas <i>Módulo II: Sintagmas e Estruturas Hierárquicas</i> Gênero escrito: Exercícios e redações que analisam a formação e a estrutura dos sintagmas. Gênero oral: Discussões e debates sobre a hierarquia sintática e as relações entre os elementos da frase. Elementos linguísticos: Sintagmas nominais, sintagmas verbais, outros tipos de sintagmas. <i>Módulo III: Transformações Sintáticas</i> Gênero escrito: Análise de transformações sintáticas em textos autênticos, como a passagem de ativa para passiva e de afirmativa para interrogativa. Gênero oral: Apresentações de transformações sintáticas em textos literários e não literários. Elementos linguísticos: Voz ativa e passiva, sentenças interrogativas, negativas, afirmativas. <i>Módulo IV: Ensino de Sintaxe</i>	

Gênero escrito: Planos de aula e materiais didáticos focados no ensino de sintaxe.
 Gênero oral: Simulações de aulas e apresentações de métodos de ensino.
 Elementos linguísticos: Estratégias pedagógicas para o ensino de sintaxe, avaliação de aprendizagem.

Referências:

Básica:

CORTÉS, L.; LÓPEZ, E. *Los procedimientos sintácticos en la construcción de textos*.

Barcelona: Distrifer, 1996.

GILI GAYA, S. *Curso Superior de Sintaxis Española*. 15. ed. Barcelona: BIBLOGRAF S/A, 1993.

GUTIÉRREZ ARAUZ, M. L. *Estructuras sintácticas del español actual*. Madrid: SGEL, 1998

Complementar:

ALONSO, Encina. *Soy profesor/a: aprender a enseñar 2*. Madrid: Edelsa, 2012.

CASCÓN MARTÍN, E. *Sintaxis: teoría y práctica del análisis oracional*. Madrid: Edinumen, 2008.

DICKEL, A. *Sistema didáctico y enseñanza de gramática en los años iniciales de la escolarización*, 2010. Disponível em:

<https://www2.udg.edu/portals/3/didactiques2010/guiacdii/ACABADES%20FINAL/361.pdf>.

Acesso em: 29 jun. 2024.

RAMIREZ, M. V. *El español de América II. Morfosintaxis y Léxico*. Madrid: Arco libros, 2011.

SÁNCHEZ MÉNDEZ, J. P. *Historia de la lengua española en América*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.

Componente Curricular: Linguística Aplicada ao Espanhol	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola IV	
Objetivo geral do componente curricular - Promover leituras acerca de temas pertinentes ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, de forma a orientar a reflexão crítica acerca da prática pedagógica do professor de Língua Espanhola no contexto educacional brasileiro. Proceder à análise de material didático para o ensino da Língua Espanhola.	
Ementa: Formação teórico-crítica do professor de Língua Espanhola. Introdução à Linguística Aplicada – conceito e historia, Interlíngua. Análise Contrastiva. Análise de Erros. Línguas em contato. Teorias de aquisição de segundas línguas: Estruturalismo, Gerativismo, Condutismo, Cognitivismo / interacionismo, Modelo do Monitor de Krashen, Bilinguismo.	
Referências:	
Básica:	

KONDO, Clara Miki; FERNÁNDEZ, Claudia; HIGUERAS, Marta. *Experto en Enseñanza del Español como Lengua Extranjera – Historia de la Metodología de Lenguas Extranjeras*. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija Editorial, 1997.

LICERAS, Juana Muñoz (org). *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid: Visor, 1991.

LOBATO, Jesús Sánchez; GARGALLO, Isabel Santos (org). *Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)*. Madrid: SGEL, 2004.

Complementar:

BARALO, Marta. *La Adquisición del español como lengua extranjera*. Madrid: Arco/Libros, 2004.

DURÃO, Adja Balbino. *Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués*. Londrina: Eduel, 2004.

GIOVANNI, A. & et alii. *Profesor en acción, colección, investigación, didáctica, vol. I, II, III*. Madrid: Ed. Edelsa, 1996.

GRIFFIN, K. *Lingüística aplicada a la enseñanza del español como 2/L*. Madrid: Ed. Arco/Libros, 2005.

MEDINA López J. *Lenguas em contacto*. Madrid: Arco/Libros 1997.

Componente Curricular: Texto, Semântica e Pragmática	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos de Linguística	
Objetivo geral do componente curricular: Explorar as noções de significado e contexto; analisar a relação entre sentido e referência, expressões referenciais e não referenciais, predicados e argumentos; explorar as noções de sentido (sinonímia e paráfrase, antonímia e contradição; hiponímia e acarretamento; polissemia e ambiguidade); apresentar a teoria dos atos de fala, papéis temáticos e os pressupostos griceanos; explorar as noções de pressuposição e dêixis.	
Ementa: Significado; sentido e referência; expressões referenciais e não-referenciais; predicados e argumentos; papéis temáticos. Relações de sentido. Teoria dos atos de fala. Teoria da Cooperação e as máximas conversacionais de Grice. Implicaturas conversacionais. Pressuposições. Dêixis.	
Referências: Básica: CANÇADO, M. <i>Manual de Semântica: noções básicas e exercícios</i> . SP: Contexto, 2012. FERRAREZI JUNIOR, C. <i>Semântica para a educação básica</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. LEVINSON, S. <i>Pragmática</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	

Complementar:

ARMENGAUD, F. *A pragmática*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

FERRAREZI JUNIOR, C. (Org.); BASSO, F. (Org.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, J.L. *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PIRES DE OLIVEIRA, R. *Semântica Formal*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Componente Curricular: Literaturas de Língua Espanhola: Contos e Novela	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Língua Espanhola V: Morfologia	
Objetivo geral do componente curricular Introduzir e desenvolver conhecimentos básicos dos contos e novelas mais significativos da literatura de língua espanhola, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Estudo de temas e autores relacionados à narrativa de língua espanhola, (conto e novela) sem limitar a época de produção; reflexões críticas sobre as ressonâncias artísticas e literárias nos textos contemporâneos; ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas (círculos de leitura).	
Referências: Básica ALVAR, Carlos; MAINER, José-Carlos; NAVARRO, Rosa. <i>Breve historia de la Literatura Española</i> . Madrid: Alianza Editorial, 2014. CÁCERES, Milagros Rodríguez; JIMÉNEZ, Felipe B. Pedraza. <i>Historia esencial de la literatura española e hispanoamericana</i> . Madrid: Edaf, 2019. HARSS, Luis. <i>Los nuestros</i> . Madrid: Alfaguara, 2012. Complementar COSSON, Rildo. <i>Círculos de leitura e letramento literário</i> . São Paulo : Contexto, 2014. OVIDO, J. M. <i>Historia de la Literatura Hispanoamericana - 3. Postmodernismo, Vanguardia, Regionalismo</i> . España: Alianza, 2012. OVIDO, J. M. <i>Historia de la Literatura Hispanoamericana - 4. De Borges al presente</i> . España: Alianza, 2012. ORTEGA, Julio. <i>La imaginación crítica - Prácticas de innovación en la narrativa contemporánea</i> . Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2010. ROJO, Grínor. <i>Clásicos latinoamericanos: Para una relectura del canon: Volumen II - El Siglo XX</i> . Santiago de Chile: LOM ediciones, 2011.	

SEMESTRE VII

Componente Curricular: Língua Espanhola VII - Produções Orais e Escritas em Espanhol no Âmbito Acadêmico	Carga Horária (hora-relógio) 66h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola VI: Sintaxe	
<p>Objetivo geral do componente curricular Rever os estudos sobre os multiletramentos estudados em outros componente curriculares do curso e refletir sobre sua relação com o ensino de língua espanhola. Identificar e analisar o processo de elaboração do conhecimento científico e de composição de textos acadêmicos. Desenvolver a habilidade de análise e produção de artigos científicos acadêmicas em nível macro e microestrutural por meio da leitura e discussão da interlocução, considerando diferentes aspectos, como gênero do discurso, tipologia textual, condições de produção, características sociolinguísticas, culturais, históricas, entre outros. Aprofundar o conhecimento sobre a organização linguística-discursiva de exposição pública oral de trabalhos acadêmicos.</p>	
<p>Ementa:</p> <p><i>Módulo I: Revisão dos estudos sobre multiletramentos e análise das características do processo de composição, produção e divulgação de estudos acadêmicos.</i></p> <p>Concepções teórico-metodológicas sobre multiletramentos e letramento acadêmico; elementos composicionais, temáticos e estilísticos dos gêneros acadêmicos; especificidades dos gêneros acadêmicos da área de Letras: artigo, ensaio e relatório.práticas de leitura e análise de textos; relações entre texto e contexto; fatores de textualidade: mecanismos de coerência e coesão; análise dos aspectos globais do texto: unidade semântica, progressão, temática e propósito comunicativo.</p> <p><i>Módulo II: Produção dos gêneros do discursivo artigo científico e exposição pública oral de trabalho acadêmico.</i></p> <p>Produção de textos da esfera acadêmica e da esfera profissional nas modalidades oral e escrita: artigo científico e exposição pública oral de trabalho acadêmico. Organização linguístico-discursiva de uma exposição pública oral de trabalho acadêmico.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>CASSANY, Daniel. <i>Prácticas letradas contemporáneas</i>. México: Ríos de Tinta, 2008. ISBN: 978-968-943-234-0.</p> <p>SÁNCHEZ UPEGUI, Alexander Arbey. <i>Manual de redacción académica e investigativa: cómo escribir, evaluar y publicar artículos</i>. Medellín: Católica del Norte Fundación Universitaria, 2011.</p> <p>STREET, B. V. <i>Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2014</p>	

Complementar

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. *In: Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CASTELLÓ, Montserrat (coord) *Escribir y comunicarse en contextos científicos y académicos* : conocimientos y estrategias. Barcelona : Graó ; 2007.

MACHADO, A. R; TARDELLI, L. S. A.; LOUSADA, E. *Planejar Gêneros Acadêmicos - Leitura e Produção de Textos Acadêmicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 10, n. 2, p. 363-386, 2010.

MONTOLIO, Estrella (Dir.). *Manual de escritura académica y profesional*. Barcelona: Ariel, 2014.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II	Carga Horária (hora-relógio) 95h
	Cadastro SIGAA: 33h (componente) 62h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 95h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	
Objetivo geral do componente curricular Desenvolver a articulação entre teoria e prática através de atuação no contexto escolar no Ensino Médio. Realizar atividades de observação, planejamento, docência e avaliação da aprendizagem. Elaborar projeto de docência e planos de aula e realizar transposições didáticas levando em consideração o contexto de ensino, o público-alvo e a Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio. Identificar problemas no processo de ensino e aprendizagem e elaborar estratégias de intervenção.	
Ementa: Estudo teórico-prático de contexto e público-alvo de escola de Ensino Médio (regular ou Ensino de Jovens e Adultos). Análise de procedimentos metodológicos de ensino de Língua Portuguesa. Elaboração de materiais didáticos e de instrumentos de avaliação em consonância com a Base Nacional Curricular Comum. Prática docente. Produção de relatório narrativo-reflexivo da prática.	
Referências: Básica BRASIL. Ministério da Educação. <i>Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio</i> . Brasília, 2018. GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CARNIN, Anderson; KERSCH, Dorotea Frank. <i>Reflexões sobre projetos didáticos de gênero</i> . Campinas: Mercado de Letras, 2015. SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquin. <i>Gêneros orais e escritos na escola</i> . Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.	
Complementar	

ALMEIDA Patrícia Albieri; TARTUCE Gisela Lobo; GATTI Bernardete A.; SOUZA, Liliane Bordignon. *Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação*. Brasília: Unesco, 2021.

DALVI, M. A.; REZENDE, N. L.; JOVER-FALEIROS, R. *Leitura de literatura na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SIGNONIRI, I. (Org.). *Gêneros catalisadores, letramento e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SIMÕES, Luciene J.; RAMOS, Joice W.; MARCHI, Diana; FILIPOUSKI, Ana M. *Leitura e Autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Erechim: Edelbra, 2012.

Componente Curricular: Sociologia da Educação	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Compreender, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas da Sociologia da Educação, as dinâmicas do cotidiano escolar, as relações de poder e a reprodução das desigualdades sociais, as instituições sociais e o papel do Estado na garantia de direitos, contribuindo com o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo do educando sobre a sociedade contemporânea, a escola e o papel dos profissionais da educação.</p>	
<p>Ementa:</p> <p>Contexto histórico do desenvolvimento da Sociologia. A Sociologia como ciência e sua relação com estudos do campo da Educação. A educação escolar, suas perspectivas e conflitualidades em diferentes abordagens sociológicas. Educação e reprodução das desigualdades sociais. Evasão, permanência e êxito. Educação, trabalho e juventude(s) no contexto do capitalismo contemporâneo. Processos de socialização, cultura de direitos e movimentos sociais.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>ARON. R. <i>As etapas do pensamento sociológico</i>. São Paulo: editora Martins Fontes, 2008.</p> <p>BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. <i>A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino</i>. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>LAHIRE, B. <i>Sucesso Escolar nos Meios Populares</i>. São Paulo: Editora Ática, 2004.</p> <p>Complementar</p> <p>BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. <i>O novo espírito do capitalismo</i>. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2009.</p>	

CAMARANO, A. A. *Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Brasília: IPEA, 2006.

FERNANDES ENGUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAHIRE, B. *Retratos Sociológicos – disposições e variações individuais.* Artmed Editora, 2004.

Componente Curricular: Metodologia de pesquisa e TCC I	Carga Horária (hora-relógio) 66h
	Cadastro SIGAA: 33h (componente) 33h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora - relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola VI: Sintaxe e Texto, Semântica e Pragmática	
Objetivo geral do componente curricular Instrumentalizar para a consecução de projetos de pesquisa científica, abordando métodos de pesquisa e tipologia textual.	
Ementa: O processo de construção do conhecimento científico. Questões/etapas relativas à elaboração de projeto de pesquisa científica. Operacionalização do emprego de normas da ABNT concernentes às citações, referências bibliográficas, tabelas, notas de rodapé, sumários e outros componentes de um trabalho científico. Construção do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. Plágio acadêmico e científico. Trabalhos científicos: artigo e monografia. Ética na pesquisa.	
Referências:	
Básica	
GIL, A.C. <i>Como elaborar projetos de pesquisa.</i> São Paulo: Atlas, 2010.	
MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. <i>Metodologia Científica.</i> 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
SEVERINO, A. J. <i>Metodologia do Trabalho Científico.</i> São Paulo: Editora Cortez, 2007.	
Complementar	
ANDRADE, M. <i>Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação.</i> São Paulo: Atlas, 2010.	
FACHIN, O. <i>Fundamentos da Metodologia.</i> 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
MACHADO, A.R. (Coord.). <i>Planejar gêneros acadêmicos.</i> São Paulo: Editora Parábola, 2005.	
MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. <i>Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.</i> 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
OLIVEIRA, J. P.; MOTTA, C. A. <i>Como escrever textos técnicos.</i> São Paulo: Thomson Learning, 2007.	

Componente Curricular: Teoria e Prática de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 50h	
Pré-requisitos: Desenvolvimento e Aprendizagem	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Conhecer e discutir as principais leis e documentos norteadores da educação inclusiva no Brasil associadas às práticas de ensino inclusivas, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.</p>	
<p>Ementa:</p> <p>Aspectos históricos e filosóficos da Educação Inclusiva; Documentos norteadores da Educação Inclusiva no Brasil; Acessibilidade curricular; Estudantes com NEE: pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista, transtornos de aprendizagem ou do neurodesenvolvimento e ou outras condições que estejam limitando a aprendizagem. Processos de escolarização dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), Recursos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa; Plano de Ensino Individualizado; Formação docente para inclusão.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>RAMOS, Rossana. <i>Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva</i>. 2. ed. São Paulo, SP: Summus, 2010.</p> <p>PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; GRETAR L. MARINOSON. <i>Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar</i>. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.</p> <p>SONZA, Andréa Poletto (org.). <i>Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais</i>. Bento Gonçalves, RS: [IFRS], 2013.</p> <p>Complementar</p> <p>IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. <i>Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais</i>. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.</p> <p>JANNUZZI, G. de M. <i>A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI</i>. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.</p> <p>MINETTO, Maria de Fátima Joaquim. <i>Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio</i>. 2. ed. Curitiba, PR: Ibpex, 2008.</p> <p>SASSAKI, R. S. <i>Inclusão: construindo uma sociedade para todos</i>. Rio de Janeiro: WVA, 1997.</p> <p>BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (org.). <i>Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países</i>. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.</p>	

Componente Curricular: Literaturas de Língua Espanhola: Romance	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Língua Espanhola V: Morfologia	
Objetivo geral do componente curricular Estudar e analisar os romances mais significativos da literatura de língua espanhola, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Estudo de temas e autores relacionados à narrativa de língua espanhola, (romance) sem limitar a época de produção; reflexões críticas sobre as ressonâncias artísticas e literárias nos textos contemporâneos; ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas (círculos de leitura).	
Referências: Básica ALVAR, Carlos; MAINER, José-Carlos; NAVARRO, Rosa. <i>Breve historia de la Literatura Española</i> . Madrid: Alianza Editorial, 2014. CÁCERES, Milagros Rodríguez; JIMÉNEZ, Felipe B. Pedraza. <i>Historia esencial de la literatura española e hispanoamericana</i> . Madrid: Edaf, 2019. RAMA, Angel. <i>La novela en América Latina - panoramas 1920 - 1980</i> . Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2008. Complementar COSSON, Rildo. <i>Círculos de leitura e letramento literário</i> . São Paulo : Contexto, 2014. HARSS, Luis. <i>Los nuestros</i> . Madrid: Alfaguara, 2012. MAINER, José-Carlos. <i>Historia de la Literatura Española - 6. Modernidad y nacionalismo 1900- 1939</i> . Madrid: Crítica, 2010. OVIEDO, J. M. <i>Historia de la Literatura Hispanoamericana - 3. Postmodernismo, Vanguardia, Regionalismo</i> . España: Alianza, 2012. ROJO, Grínor. <i>Clásicos latinoamericanos: Para una relectura del canon: Volumen II - El Siglo XX</i> . Santiago de Chile: LOM ediciones, 2011.	

SEMESTRE VIII

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II	Carga Horária (hora-relógio) 95h
	Cadastro SIGAA: 33h (componente) 62h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 95h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I	
<p>Objetivo geral do componente curricular</p> <p>Articular de forma crítica teoria e prática, contribuindo assim para a formação do professor enquanto educador de língua espanhola como língua adicional no Ensino Médio, (regular ou Ensino de Jovens e Adultos), oficinas e cursos livres. Observar e realizar um estudo diagnóstico do contexto social e cultural do campo de estágio; acompanhar o funcionamento e a organização da escola, compreender de maneira crítico-reflexiva as relações sociais, pedagógicas e administrativas nesses contextos. Reconhecer a importância do estágio para a construção da identidade docente. Planejar projeto de docência, planos de aula e materiais didáticos de acordo com os documentos orientadores sobre ensino de línguas adicionais. Analisar criticamente as relações de ensino/aprendizagem; avaliar criticamente a regência das aulas a partir de uma questão específica da prática.</p>	
<p>Ementa:</p> <p>Análise do público e do contexto social, cultural e pedagógico da prática docente. Estudo sobre os procedimentos em língua espanhola, relacionando de forma crítica a teoria e a prática a ser realizada. Elaboração de projeto de ensino, planos de aulas, materiais didáticos e formas de avaliação, contemplando os conceitos (estudados no componente curricular de Metodologia e práticas de ensino de Língua Espanhola) de multiletramentos, gênero do discurso, tipos textuais, interação, língua adicional e análise linguística. Produção de relatório analítico-reflexivo da experiência vivenciada.</p>	
<p>Referências:</p> <p>Básica</p> <p>BRASIL. 1998. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i>: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília, MEC/SEF.</p> <p>SCHLATTER, M. (2021). <i>O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento</i>. <i>Calidoscópico</i>, 7(1), p. 11–23.</p> <p>SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, <i>Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias</i>. Porto Alegre: SE/DP, 2009.p. 127-172. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.</p>	
Complementar	

ALONSO, Encina. *Soy profesor/a: aprender a enseñar 1*. Madrid: Edelsa, 2012.

BORTOLINI, L. S. 2006. *Os conceitos de uso de língua, identidade e aprendizagem subjacentes ao material didático para o ensino de português em Letícia (Colômbia)*. Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 72 p.

SCARAMUCCI, M.V.R. 2000. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, 36:11-22.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.) 2004. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, Mercado de Letras.

GARCEZ, P. de M. (2019). *Conceito de Letramento e a Formação de Professores de Línguas*. *Revista Da Anpoll*, 1(49), 12–25. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i49.129>.

Componente Curricular: Ética	Carga Horária (hora-relógio) 50h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 17h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Compreender os pressupostos éticos da moral, entender a dimensão ética da educação e conhecer as implicações éticas no cotidiano.	
Ementa: Conceituação e legitimação da ética e da moral. Sistemas éticos. A crise da razão sistemática na contemporaneidade e os diferentes vieses desse debate (fenomenologia, existencialismo, marxismo, estruturalismo e pós-estruturalismo). Ética aplicada: história e cultura afro-brasileira e indígena, educação ambiental, de gênero e diversidade. Direitos humanos.	
Referências: Básica CORTINA ORTS, A; MARTÍNEZ NAVARRO, E. <i>Ética</i> . 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. <i>Ética</i> . 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. SINGER, P. <i>Ética prática</i> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Complementar FREITAG, B. <i>Itinerários de Antígona: a questão da moralidade</i> . 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. HÖFFE, O. <i>Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado</i> . 3. ed. Trad. Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2006. PEREIRA, A. A. <i>Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula</i> . Brasília: Fundação Vale, 2014. SENNET, R. <i>A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo</i> . Tradução de Marcos Santarrita. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. TUGENDHAT, E. <i>Lições sobre ética</i> . 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.	

Componente Curricular: Metodologia de pesquisa e TCC II	Carga Horária (hora-relógio) 33h Cadastro SIGAA: 33h (atividade)
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Metodologia de pesquisa e TCC I	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar ao(à) estudante condições para iniciação à pesquisa científica, possibilitando suporte no planejamento e execução das etapas da pesquisa para construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	
Ementa: Planejamento, organização e construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Adequação do texto científico (monografia ou artigo) às normas ABNT. Orientações individuais. Entrega e defesa do TCC.	
Referências: Básica LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <i>Fundamentos de metodologia científica</i> . 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. MINAYO, M. (Org.). <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i> . 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. <i>Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados</i> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Complementar DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i> . 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i> . 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. LEMÕNS, Alessandra Isnardi et al. <i>Manual de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: Câmpus Bento Gonçalves</i> . Bento Gonçalves: IFRS Câmpus Bento Gonçalves, 2012. OLIVEIRA, J. P.; MOTTA, C. A. <i>Como escrever textos técnicos</i> . São Paulo: Thomson Learning, 2007. MACHADO, A.R. (Coord.). <i>Planejar gêneros acadêmicos</i> . São Paulo: Editora Parábola, 2005.	

Componente Curricular: Língua Espanhola VIII: Conversação	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	

Pré-requisitos: Língua Espanhola VII - Produções Orais e Escritas em Espanhol no Âmbito Acadêmico
Objetivo geral do componente curricular Interagir, em distintas situações comunicativas, com capacidade argumentativa e contra argumentativa, privilegiando tanto a forma quanto o sentido.
Ementa: Revisão e aplicação de aspectos linguísticos complexos do espanhol, por meio de prática comunicativa, na perspectiva da interação em situações reais de uso, com foco na forma; tendo em vista distintas situações comunicativas. Aperfeiçoamento da competência comunicativa do espanhol. Desenvolvimento da capacidade argumentativa e contra argumentativa.
Referências: Básica ABIO, G.; SÁNCHEZ, J.; YAGÜE, A. <i>La adquisición de segundas lenguas en un contexto de enseñanza. Análisis de las investigaciones existentes</i> , 2006. (trad. de ELLIS, Rod. "Instructed Second Language Acquisition. A literature review", 2005). MATTE B. F. <i>Gramática Comunicativa del Español Tomos I</i> . Edelsa Grupo Didasca, Madrid, 1995. MOLERO, A. <i>El español de España y el español de América: vocabulário comparado</i> . Madrid: SM, 2005. Complementar CASTRO. F. <i>Uso de la gramática española (intermedio)</i> . Madrid: Edelsa, 2002. CASTRO. F. <i>Uso de la gramática española (avanzado)</i> . Madrid: Edelsa, 2002. GONZÁLEZ. A.; ROMERO. C. <i>Fonética, entonación y ortografía</i> . Madrid: Edelsa, 2005. MATTE B. F. <i>Gramática Comunicativa del Español Tomos II</i> . Edelsa Grupo Didasca, Madrid, 1995. PALOMINO. M. Á. <i>Dual: pretextos para hablar</i> . Madrid: Edelsa, 1998.

Componente Curricular: Literaturas de Língua espanhola: Lírica e Drama	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 66h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 17h	
Pré-requisitos: Língua Espanhola VI: Sintaxe	
Objetivo geral do componente curricular Introduzir e desenvolver conhecimentos relativos à produção da poesia e do teatro de língua espanhola, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: Estudo de temas e autores relacionados à poesia e ao teatro de língua espanhola, sem limitar a época de produção; reflexões críticas sobre as ressonâncias artísticas e literárias	

nos textos contemporâneos; ações práticas de compartilhamento com a comunidade externa acerca dessas literaturas (círculos de leitura).

Referências:

Básica

ALVAR, Carlos; MAINER, José-Carlos; NAVARRO, Rosa. *Breve historia de la Literatura Española*. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

BLECUA, Juan Manuel Cacho; LACARRA, María Jesús. *Historia de la Literatura Española - 1. Entre oralidad y escritura: la Edad Media*. Madrid: Crítica, 2015.

CÁCERES, Milagros Rodríguez; JIMÉNEZ, Felipe B. Pedraza. *Historia esencial de la literatura española e hispanoamericana*. Madrid: Edaf, 2019.

Complementar

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo : Contexto, 2014.

ÍÑIGO MADRIGAL, Luis. *Historia de la literatura hispanoamericana - Tomo I: Época Colonial*. Madrid: Cátedra, 2017.

OVIDO, J. M. *Historia de la Literatura Hispanoamericana – De los Orígenes a la emancipación*. España: Alianza, 2012.

SOLORZANO, Carlos. *Teatro hispanoamericano contemporáneo - Tomo I*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SOLORZANO, Carlos. *Teatro hispanoamericano contemporáneo - Tomo II*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

Componente Curricular: Revisão Textual: Teoria e Prática	Carga Horária (hora-relógio) 83h
Carga horária presencial (hora-relógio): 33h	Carga horária a distância (hora-relógio): 0
Carga horária prática pedagógica e extensão: 50h	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender criticamente o processo de revisão textual, considerando suas especificidades, o contexto e o público da escrita, além de proporcionar momentos de reflexão teórico-práticas envolvendo ações de extensão.	
Ementa: O original, definição e aspectos formais. Estrutura do original: : elementos pré textuais, textuais e pós-textuais. Copidesque, preparação e revisão. Elementos formais, funcionais e semânticos de um texto. Público-alvo. Adequação linguística e gêneros do discurso. Paragrafação e paráfrase. Coesão, coerência e progressão textual. Ritmo e estilo. Padrão frasal. Ortografia e Novo Acordo Ortográfico. Elementos morfossintáticos e semântico-pragmáticos de um texto. Processadores de texto: recursos e possibilidades. Exercícios práticos de revisão. Autoria na revisão.	
Referências:	
Básica: CAMARGO, T. N. <i>Redação linha a linha</i> . São Paulo: Publifolha, 2004.	

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NETO, A. C. *Além da revisão textual – critérios para a revisão textual*. São Paulo: SESC, 2008.

Complementar:

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASCAO, L. A. F. *Como montar um serviço de revisão de textos*. Brasília: SEBRAE, [2012].

COELHO, S. M.; ANTUNES, L. B. *Revisão textual: para além da revisão linguística*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 205-224, 1º sem. 2010.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Componente Curricular: Estudos de Tradução	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola VI: Sintaxe	
Objetivo geral do componente curricular Fornecer embasamento teórico para a prática tradutória a partir do estudo de diferentes abordagens provenientes da literatura comparada, da linguística, da filosofia, da semiótica e da terminologia; proporcionar atividades de prática tradutória.	
Ementa: Abordar a questão do texto original e o conceito de fidelidade; aspectos linguísticos e literários da tradução; a tradução como transformação de significados em oposição à noção de tradução como transferência; as relações entre tradução e original, tradutor e autor; determinantes extralinguísticos e suas aplicações à tradução; relações entre língua e cultura; adequação do processo de tradução à língua de destino; a tradução literária; problemas de tradução computacional	
Referências: Básica ARROJO, R. <i>Oficina de tradução</i> . São Paulo: Ática., 1992. BASSNETT, S. <i>Estudos de Tradução</i> . Porto Alegre: UFRGS, 2005. YEBRA, V. G., <i>Teoría y práctica de la traducción</i> . Madri: Gredos, 1982. Complementar HURTADO A, A. “ <i>Los errores de traducción</i> ”. In: Traducción y traductología. Madrid: Cátedra, 2001. CATFORD, J. C. <i>Teoria lingüística da tradução: um ensaio de Lingüística Aplicada</i> . São Paulo: Cultrix, 1980. CARBONELL CORTÉS, O. <i>Traducir al outro: traducción, exotismo, poscolonialismo</i> . Cuenca: Ediciones de La Universidad de Castilla-La Mancha, 1997. . Ética y política de la traducción literária. Málaga: Miguel Gómez Ediciones, 2004. CASANOVA, P. <i>A República Mundial das Letras</i> . São Paulo: Estação Liberdade, 2002. ECO, Umberto. <i>Quase a mesma coisa</i> . Rio de Janeiro: Record, 2007.	

Componente Curricular: Ensino de Espanhol para Fins Específicos	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Língua Espanhola VI: Sintaxe	

<p>Objetivo geral do componente curricular Compreender os conceitos teóricos relacionados ao ensino de línguas para fins específicos. Identificar as necessidades linguísticas de diferentes contextos profissionais e acadêmicos. Desenvolver materiais didáticos e estratégias de ensino adaptadas a esses contextos. Aplicar práticas pedagógicas eficazes no ensino de espanhol para fins específicos.</p>
<p>Ementa: Abordar os princípios e métodos para o ensino de espanhol voltado para fins específicos, considerando as necessidades e contextos específicos dos aprendizes, como o espanhol para negócios, turismo, saúde, e áreas acadêmicas. Propõe estratégias didáticas e práticas pedagógicas para o desenvolvimento das competências linguísticas específicas.</p>
<p>Referências: Básica ALONSO, Encina. <i>Soy profesor/a: aprender a enseñar 1</i>. Madrid: Edelsa, 2012. ALONSO, Encina. <i>Soy profesor/a: aprender a enseñar 2</i>. Madrid: Edelsa, 2012. LOBATO, J; GARGALLO, I. <i>Vademécum para la formación de profesores: enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)</i>. Madrid: SGEL, 2004. Complementar AGUIRRE BELTRÁN, Blanca. <i>Aprendizaje y enseñanza de español con fines específicos. Comunicación en ámbitos académicos y profesionales</i>. Madrid: SGEL, 2012. BLASCO, Elies Furió; PÉREZ, Matilde Alonso, MARTI, Laurent; CALLEJO Miguel Blanco. <i>El español en entornos profesionales</i>. Madrid: Edinumen, 2016. CASSANY, Daniel y Óscar MORALES (2009): «Leer y escribir en la universidad: los géneros científicos», en D. Cassany (comp.), <i>Para ser letrados. Voces y miradas sobre la lectura</i>, Barcelona: Paidós, pp.109-128. CHOZAS, D. y DORNELES, F. <i>Dificultades del español para brasileños</i>. Madrid: SM, 2003. SILVA JÚNIOR, Antonio Ferreira. <i>Linguas Para Fins Especificos. Revisitando Conceitos e Praticas</i>. Campinas: Pontes, 2019.</p>

Componente Curricular: Políticas Linguísticas e Educacionais	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos da Linguística	
Objetivo geral do componente curricular Fomentar a discussão sobre políticas linguísticas e educacionais no Brasil e no exterior.	
<p>Ementa: Discussões sobre políticas linguísticas e educacionais nacionais e internacionais e seus impactos nas práticas de diferentes comunidades. A origem da Política linguística. As tipologias das situações plurilíngues. Panorama histórico das Políticas Linguísticas no</p>	

Brasil: línguas indígenas, língua geral, línguas de imigração, o português e sua gestão escolar, a política de línguas estrangeiras. Línguas de fronteiras : o portunhol.

Referências:

Básica

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no século XXI*. Cenário Geopolítico e Sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

MORELLO, R. (Org.). *Leis e línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: Nova Letra/IPOL, 2015

OLIVEIRA, G. M. (Org.). *Declaração Universal dos direitos linguísticos: Novas Perspectivas em Políticas Linguísticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

Complementar

CALVET, L-J. *As Políticas Lingüísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola. 2007.

CORREA, D. A. (Org.). *Política Linguística e ensino de língua*. São Paulo: Pontes, 2014.

GONÇALVES, Dania Pinto; ALMEIDA, Maria Liz Benitez. Yo no sé de dónde soy, mi casa está en la frontera y las fronteras se mueven, como las banderas. *In: IX Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas ¿diversidad lingüística*.

Diversidad cultural?. Rosario-Argentina. AUMG 2019. P. 131-141.

HAUGEN, E. "Dialeto, língua, nação". *In: BAGNO, Marcos. Norma Lingüística*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001. (Texto original – 1966)

ROCHA, C. H.; BRAGA, D. B.; CALDAS, R. R.(Orgs.) *Políticas Linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização*. São Paulo: Pontes, 2015.

Componente Curricular: Literatura Negro-Brasileira	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	
Objetivo geral do componente curricular Ler e conhecer a produção literária negro-brasileira para compreender as diferentes propostas estéticas e ideológicas desses autores, ampliando os limites do cânone literário.	
Ementa: Estudo crítico sobre a constituição da literatura negro-brasileira e problematizações conceituais. Análise e discussão do alcance e dos limites da categoria "literatura afrodescendente", considerando as noções de autoria e sua inserção no cânone literário. Discussão e análise de obras produzidas por escritores negros que problematizam a representação e o lugar social do negro no Brasil.	
Referências:	
Básica	
CUTI. <i>Literatura negro-brasileira</i> . São Paulo: Selo Negro, 2010.	

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura Afro-Brasileira: 100 Autores do século XVIII ao XXI*. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

KABENGELE, Munanga. *Negritude - usos e sentidos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Complementar

BONZATTO, Eduardo Antonio. *Aspectos da História da África, da Diáspora Africana e da Escravidão sob a Perspectiva do Poder Eurocêntrico*. São Paulo: Ícone, 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Revista terceira margem*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FONSECA, Nazareth Soares. *Brasil afro-brasileiro*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PROENÇA FILHO, Domício. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. Estudos Avançados, São Paulo, nº 18, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/mJqCRgkgYfJzbnmfBJVHR9x/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Componente Curricular: Clássicos da Literatura	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	
Objetivo geral do componente curricular Ler e analisar obras canônicas da literatura ocidental, abarcando desde a antiguidade clássica até a contemporaneidade, e promover a reflexão acerca das características e vertentes do cânone literário.	
Ementa: Leitura e análise de textos clássicos da literatura mundial de diferentes épocas e contextos, com foco na discussão crítica e histórica acerca da definição de um cânone literário em contraste com a produção contemporânea, observando as influências dos textos clássicos nos demais sistemas literários estudados ao longo do curso.	
Referências: Básica ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. <i>A poética clássica</i> . Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990. BLOOM, H. <i>O Cânone Ocidental</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. CALVINO, Í. <i>Por que ler os clássicos?</i> São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Complementar ARISTÓTELES. <i>A arte poética</i> . São Paulo: Editora Blucher, 2020. AUERBACH, Erich. <i>Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental</i> . São Paulo: Perspectiva, 2015.	

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 4 v.
 CANDIDO, Antonio et. al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2018.
 POUND, E. *O ABC da Literatura*. Tradução A. Campos e J. Paulo. São Paulo: Cultrix, 1989.

Componente Curricular: Literatura Comparada	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	
Objetivo geral do componente curricular Conhecer a História e os fundamentos da literatura comparada, bem como o comparativismo no Brasil. Estudar as relações interliterárias, a Intertextualidade, a Interdisciplinariedade e a recepção na literatura comparada. Trabalhar com casos concretos de comparação.	
Ementa: História e fundamentos da literatura comparada. As relações intertextuais e interliterárias. Intercomponente curricularridade. O comparativismo no Brasil.	
Referências: Básica BORGES, Francieli. <i>Literatura comparada</i> . Porto Alegre SER - SAGAH, 2017. BRUNEL, Pierre; PICHOS, Claude; ROUSSEAU, André M. <i>Que é literatura comparada?</i> São Paulo, SP: Perspectiva, 2012. CARVALHAL, Tania Franco. <i>Literatura comparada</i> . São Paulo, SP: Ática, 1986. Complementar ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>Estudos Comparados: Teoria, Crítica e Metodologia</i> . Ateliê Editorial, 2014. ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>Literatura Comparada e Relações Comunitárias, Hoje</i> . Ateliê Editorial, 2012. BONIATTI, Ilva Maria Bertola. <i>Literatura comparada: memória e região</i> . Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000. NITRINI, Sandra. <i>Literatura Comparada. História, Teoria e Crítica</i> . EDUSP, 2010. SILVA, Agnaldo Rodrigues da (Org.). <i>Diálogos literários: literatura, comparativismo e ensino</i> . Cotia, SP: Ateliê, 2008.	

Componente Curricular: Ensino de Literaturas Infantil e Juvenil	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	

Objetivo geral do componente curricular

Compreender o processo de formação da literatura infantil e juvenil, reconhecendo sua importância na constituição do sujeito leitor, assim como, analisar e produzir propostas de mediação de leitura literária com ênfase no público juvenil.

Ementa:

Literatura infantil e juvenil: linguagem, conteúdo e forma. A produção literária juvenil com ênfase na contemporaneidade. Mediação literária e estratégias de leitura. Abordagens didático-pedagógicas para promover o letramento literário.

Referências:**Básica**

COLOMER, Teresa. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*. São Paulo: Global, 2007.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2017.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: uma nova outra história*. Curitiba: PUCPRes, 2017.

Complementar

BAJOUR, Cecilia. *Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura*. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura Afro-Brasileira: abordagens na sala de aula*. Vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

QUADROS, Deisily de. *Metodologia do ensino da literatura juvenil*. Curitiba: Editora Intersaberes 2019.

SOARES, Magda; PAIVA, Aparecida. *Literatura infantil: políticas e concepções*. São Paulo: Autêntica, 2008.

Componente Curricular: Estudos Dirigidos em Letras I	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Introdução aos Estudos Literários	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar aos estudantes a possibilidade de conhecer os projetos de pesquisa desenvolvidos na área de estudos literários do campus e familiarizá-lo com temas contemporâneos dessa área.	
Ementa: Temas relativos aos estudos literários desenvolvidos a partir de projetos de pesquisa. Abordagem de temas contemporâneos da área a depender das necessidades do curso.	
Referências:	

Básica

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 4 v.

KIRCHOF, Edgar Roberto et. al. *Fundamentos do texto literário*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

POUND, E. *O ABC da Literatura*. Tradução de A. Campos e J. Paulo. São Paulo: Cultrix, 1989.

Complementar

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CANDIDO, Antonio et. al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons e ritmos*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2004.

ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Componente Curricular: Estudos Dirigidos em Letras II	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: Fundamentos de Linguística	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar aos estudantes a possibilidade de conhecer os projetos de pesquisa desenvolvidos na área de estudos linguísticos do campus e familiarizá-los(las) com temas contemporâneos dessa área.	
Ementa: Temas relativos aos estudos linguísticos desenvolvidos a partir de projetos de pesquisa. Abordagem de temas contemporâneos da área a depender das necessidades do curso.	
Referências: Básica BAGNO, M.; RANGEL, E. O. <i>Tarefas da educação linguística no Brasil</i> . <i>Revista Brasileira de Lingüística Aplicada</i> , v. 5, n. 1, 2005. RODRIGUES, A. <i>Tarefas da Linguística no Brasil</i> . <i>Estudos Lingüísticos</i> . <i>Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada</i> , vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1966. SAUSSURE, F. <i>Curso de linguística geral</i> . São Paulo: Cultrix, 2006. Complementar BARTHES, R. <i>Elementos de semiologia I</i> . São Paulo : Cultrix, 2006. FARACO, C. A. <i>Norma culta brasileira: desatando alguns nós</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. LYONS, J. <i>Linguagem e linguística: uma introdução</i> . Rio de Janeiro: LTC, 2011.	

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
 NORMAND, C. *Convite à linguística*. In: FLORES, V. N.; BARBISAN, L. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

Componente Curricular: Estudos Pedagógicos Dirigidos	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Proporcionar aos estudantes a possibilidade de conhecer os projetos de pesquisa desenvolvidos que abordam temas relevantes e atuais dentro do campo da educação, sobretudo da prática pedagógica.	
Ementa: Temas relativos aos estudos da prática pedagógica desenvolvidos a partir de projetos de pesquisa. Abordagem de temas contemporâneos da Educação a depender das necessidades do curso.	
Referências: Básica HOFFMAN, Jussara. <i>Avaliação Mediadora; Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade</i> . 33. ^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2014 LIBÂNEO, J. C. <i>Didática</i> . 2 ^a ed. São Paulo: Cortez, 2013. LUCKESI, C. C. <i>Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico</i> . 1.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. Complementar VASCONCELLOS, Celso dos S. <i>Construção do conhecimento em sala de aula</i> . 18. ed. São Paulo: Libertad, 2005 CALDEIRA, Anna M; Z Aidan, Samira. <i>Práxis pedagógica: um desafio cotidiano</i> . Revista Paidéia: Univ. Fumec Belo Horizonte. Ano 10 n. 14 p. 15-32 jan./jun. 2013, Disponível em: < http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/2374 >. Acesso em: 24 jul. 2024. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . Edição 53. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2016. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente</i> . 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. <i>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível</i> . 28. ed. São Paulo, SP: Papyrus, 1995.	
Componente Curricular: Tecnologia e Sociedade	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h

Carga horária prática pedagógica e extensão: 0
Pré-requisitos: -
Objetivo geral do componente curricular Problematizar, os usos da tecnologia e o desenvolvimento das ciências em diferentes sociedades e culturas humanas.
Ementa: A utilização das tecnologias na/pela sociedade. Políticas Públicas relacionadas às tecnologias e sistemas de informação. Ciência, tecnologia e Educação em Direitos Humanos. Aspectos éticos, sociais, legais, políticos e econômicos referentes à utilização das tecnologias. Cultura e Diversidade Cultural. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Compreensão e ação frente aos processos de transformações socioeconômicas de base tecnológica. Perspectivas da sociedade informatizada. Inovações tecnológicas para a sociedade e na área de atuação profissional. Impactos sociais e ambientais de novas tecnologias. Educação Ambiental. Relação desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento social.
Referências: Básica BATISTA, Sueli Soares dos Santos. <i>Sociedade e tecnologia na era digital</i> . São Paulo, SP: Erica, 2014. BAZZO, Walter Antonio. <i>Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica</i> . 5. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2017. CASTELLS, Manuel. <i>A sociedade em rede</i> . 19. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2018. Complementar BATISTA, Sueli Soares dos Santos. <i>Educação, sociedade e trabalho</i> . São Paulo, SP: Erica, 2014. DE MASI, Domenico. <i>A sociedade pós-industrial</i> . 4. ed. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2003. PINTO, Álvaro Vieira. <i>O conceito de tecnologia</i> . Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005. REIS, Dácio Roberto dos. <i>Gestão da inovação tecnológica</i> . 2. Barueri, SP: Manole, 2008. RIBEIRO, Lourença Santiago. <i>Tecnologia social: conceito e fundamentos</i> . Curitiba, PR: Contentus, 2020. WARSCHAUER, Mark. <i>Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate</i> . São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2006.

Componente Curricular: Manifestações da Cultura Popular	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Analisar conceitos relacionados à cultura popular e manifestações culturais no Brasil,	

refletindo sobre a importância histórica de manifestações da cultura popular brasileira para a constituição de fortalecimento de identidades.

Ementa:

Conceitos de cultura popular e erudita; tradição e modernidade; manifestações da cultura popular no Brasil e no Rio Grande do Sul; preservação e visibilidade da cultura regional; espaços culturais e museológicos; instituições de desenvolvimento e de preservação da cultura popular; a cultura popular brasileira e regional e sua valorização através do turismo. Cultura afro-brasileira e indígena.

Referências:

Básica

ANDREATO, Elifas; RODRIGUES, João Rocha (Org.). *Brasil: almanaque de cultura popular: todo dia é dia*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2009.

ARAUJO, Alceu Maynard. *Cultura Popular Brasileira*. Martins Fontes, 2007.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 4 ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2012.

Complementar

CARNEIRO, E.. *Dinâmica do folclore*. Martins Fontes, 2008.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas, SP: Alínea, 2007

SILVA, Cláudia Patrícia Schutz; MEIRELLES, Aída Luz Bortheiry. *Os Museus: espaços de ensino, pesquisa, arte, cultura e lazer*. Rio Grande, RS: FURG, 2004

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Cia das Letras, 2002.

Componente Curricular: Educação popular	Carga Horária (hora-relógio) 33h
Carga horária presencial (hora-relógio): 0	Carga horária a distância (hora-relógio): 33h
Carga horária prática pedagógica e extensão: 0	
Pré-requisitos: -	
Objetivo geral do componente curricular Reconhecer a educação popular como movimento pedagógico e político, cuja prática favorece o processo de democratização e transformação social, em seus diferentes contextos, formas e espaços a partir da compreensão de seus pressupostos teórico-filosóficos.	
Ementa: Fundamentos da Educação Popular: aspectos epistemológicos; sócio-políticos e pedagógicos; Trajetórias Educação Popular e movimentos sociais no Brasil; Pensamento de Paulo Freire e suas contribuições para a educação; Educação Popular nos espaços escolares e não escolares; Educação Popular como movimento de transformação social a partir de uma educação para a libertação.	
Referências: Básica	

- FREIRE, Paulo. *A pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- Complementar**
- ARROYO, Miguel. *Paulo Freire e o Projeto popular para o Brasil*. In: revista do MST Paulo Freire um educador do povo, 2001.
- BRANDÃO, Carlos R.; ASSUMPÇÃO. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo : Cortez, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. In: *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 4, n.7, p.10-32, jul./dez. 2017.

6.10 Curricularização da Extensão

A Política Nacional de Extensão Universitária, de forma ampla, objetiva tornar as Universidades instrumentos de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. Para atingir essas metas educacionais, a extensão, na Educação Superior Brasileira, pretende promover a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

No contexto do IFRS, as ações extensionistas são compreendidas como práticas acadêmicas que interligam as atividades de ensino e pesquisa da Instituição com as demandas da comunidade externa. Tais ações objetivam contribuir com a formação de profissionais preparados para o exercício da cidadania, e qualificados para contribuir qualitativamente com a sociedade e com a humanização no mundo do trabalho.

Conforme a Regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS (2022), a extensão é entendida como

[...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com ensino e pesquisa (IFRS, 2022, p. 1).

Diante disso, as atividades de extensão no Curso em Letras: português e espanhol – licenciatura integram a formação do estudante às vivências em ações de interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Essa imersão e intervenção dos estudantes em diferentes realidades, constitui-se como um espaço de construção e difusão do conhecimento, que, além de priorizar o compromisso social e a busca pela superação das desigualdades sociais, oportuniza o contato com questões diversas e contemporâneas do contexto educacional.

Assim, considerando as transformações que vem se apresentando no mundo globalizado e na sociedade do conhecimento, cada vez mais informatizados e mediados pela conectividade, a proposta de curricularização da extensão neste Curso foi pensada com o intuito de contribuir para a formação de docentes comprometidos com a diversidade, uma educação humanizadora, democrática, diversa e inclusiva, atenta aos vários arranjos, contextos sócio-históricos e métodos de ensino-aprendizagem.

Para promover essa formação preocupada com a interação dialógica entre discente-docente-sociedade, as atividades de extensão no Curso em Letras português e espanhol - licenciatura estão presentes em todos os eixos de formação, distribuídas em vários componentes curriculares ao longo do curso. A articulação entre práticas pedagógicas e atividades de extensão asseguram uma perspectiva interdisciplinar e indissociável entre atividades de ensino e de pesquisa.

De acordo com a normativa da Resolução CONSUP nº 053/2022, que regulamenta a Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), a integração das atividades extensionistas à matriz curricular do Curso de Letras, será desenvolvida em componentes curriculares não específicos de extensão. Os componentes curriculares não específicos de extensão são aqueles que contam com uma parcela da carga horária destinada às atividades extensionistas. Ao longo do semestre, serão realizadas atividades que

relacionam os estudos teóricos desenvolvidos no componente curricular com a prática pedagógica e a realidade escolar, interligados a ações extensionistas que buscam contribuir com as demandas regionais.

As atividades curriculares de extensão serão vinculadas a programas e/ou projetos de extensão, devidamente registrados no sistema acadêmico vigente pelo professor do componente curricular que prevê Práticas Pedagógicas e Extensão, cujos protagonistas serão os(as) estudantes. Entende-se como atividades extensionistas, cursos, eventos e prestações de serviços, visando ao reconhecimento de espaços formais e não formais de educação e a inserção/intervenção dos(as) estudantes na comunidade, de forma a compartilhar e produzir saberes. Sendo essas atividades parte importante de um curso de licenciatura, o curso incentiva sua realização em instituições de educação básica, campo onde os(as) egressos(as) atuarão majoritariamente após a graduação.

Para a concretização disso, estão previstas, ao longo do itinerário formativo, 337 (trezentas e trinta e sete) horas de práticas pedagógicas e extensionistas, aproximadamente 10,4% da carga horária total do curso, de acordo com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018) para a formação inicial em nível superior, dispostas da seguinte forma:

Práticas Pedagógicas e Extensão			
Semestre	Núcleo	Componente Curricular	Carga-horária (hora-relógio)
III	1	Didática: Teorias e Práticas	17
	2	Língua Espanhola III	17
	2	Literaturas de Língua Portuguesa: Lírica e Drama	17
IV	1	Fundamentos e Práticas Pedagógicas em LIBRAS	34
	1	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa	17
	1	Práticas de Ensino em Literatura	17

V	1	Metodologia e Práticas de Ensino de Língua Espanhola	17
	2	Cultura Hispano-Americana e Espanhola	33
	2	Literaturas de Língua Portuguesa: Representações Identitárias	17
VI	2	Literaturas de Língua Espanhola: Contos e Novela	17
VII	1	Teoria e Prática de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva	50
	2	Literaturas de Língua Espanhola: Romance	17
VIII	2	Literaturas de Língua Espanhola: Lírica e Drama	17
	2	Revisão Textual: Teoria e Prática	50
Total Núcleo 1			152 (4,669%)
Total Núcleo 2			185 (5,709%)
Carga Horária Total			337 (10,4%)

6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O trabalho de conclusão de curso é componente curricular obrigatório, com carga horária definida na matriz curricular, devendo ser orientado por um docente do curso. O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol está estruturado em duas etapas: Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II, e será normatizado por regulamento interno próprio. O Regulamento Interno dos componentes curriculares de Metodologia de

pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II está disponível no Anexo A do PPC do curso.

Para realização do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Letras Português/Espanhol, o estudante deverá matricular-se nos componente curriculares Metodologia de pesquisa e TCC I, e Metodologia de pesquisa e TCC II, de acordo com a matriz curricular do curso. Seu objetivo é oportunizar ao acadêmico a escolha de um tema vinculado às áreas de formação do curso, sobre o qual aprofundará estudos.

O Trabalho de Conclusão de Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, será dividido em dois componentes curriculares:

I. Metodologia de pesquisa e TCC I (66h), onde será realizada a elaboração de um projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e respectivo plano de trabalho;

II. Metodologia de pesquisa e TCC II (33h), onde será realizado o desenvolvimento do Plano de Trabalho, a elaboração de uma monografia ou artigo e a sua apresentação escrita e oral em sessão pública de defesa.

Esse trabalho final poderá ser elaborado a partir do momento em que o(a) estudante matricular-se no componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I no sétimo semestre. Para que o(a) estudante esteja apto(a) a solicitar a matrícula em Metodologia de pesquisa e TCC I, é preciso que já tenha concluído seus pré-requisitos na matriz curricular. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido e finalizado no oitavo semestre a partir da matrícula em Metodologia de pesquisa e TCC II, que consistirá de orientações. Para que o(a) estudante esteja apto(a) a solicitar a matrícula em Metodologia de pesquisa e TCC II, é preciso que já tenha concluído Metodologia de pesquisa e TCC I com aprovação.

Quando da matrícula no componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I e de Metodologia de pesquisa e TCC II, o(a) estudante deverá encontrar-se periodicamente, com seu(sua) professor(a) orientador(a) em horário a combinar a fim de desenvolver as atividades de pesquisa e a redação do trabalho. O TCC consistirá em uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades

desenvolvidas ao longo do curso, bem como os conhecimentos adquiridos pelos estudantes, de modo que todos os procedimentos referentes ao trabalho de conclusão estão definidos pelo NDE do curso em Regulamento próprio, no Anexo A.

O trabalho será realizado individualmente, contando, cada estudante, com um(a) professor(a) orientador(a) atuante em área relacionada ao conteúdo dos componentes curriculares cursadas ou ao assunto de interesse do estudante desde a construção do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A avaliação final do trabalho será realizada por uma banca de docentes da área, podendo haver docentes convidados(as) de outras IES. A avaliação do TCC respeitará os critérios e a atribuição da pontuação especificados abaixo, como consta no anexo III do regulamento.

- Na avaliação da escrita:
 - Adequação e relevância do tema e referencial teórico-metodológico;
 - Articulação entre objetivos, problematização e resultados;
 - Clareza e correção linguística do texto;
 - Pertinência e uso adequado da bibliografia;
 - Adequação do texto às normas de formatação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Na apresentação do TCC na Sessão Pública de Defesa:
 - Clareza, organização e objetividade na apresentação da Banca de Defesa;
 - Uso adequado do tempo;
 - Adequação linguística na apresentação.

O TCC pode ser constituído por uma produção acadêmica de revisão bibliográfica ou por um projeto de pesquisa com ensaio de obtenção e análise de dados, desenvolvida pelo(a) estudante do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura. O mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação do TCC bem como da Banca de Avaliação de TCC, as atribuições do(a) estudante e do(a) professor(a) orientador(a), estão definidos no Regulamento de TCC.

6.12 Estágio Curricular

6.12.1 Obrigatório:

O curso em Letras: português e espanhol - licenciatura está em conformidade com as diretrizes para a Formação de Professores estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essas diretrizes regulamentam os aspectos relativos ao Estágio Curricular Obrigatório, que deve totalizar 400 horas.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, o estágio tem como objetivo

[...] atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado de forma a estabelecer uma conexão entre o currículo acadêmico e o ambiente profissional do futuro professor. O estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que o licenciando possa, de maneira progressiva, conectar os aspectos teóricos de sua formação com suas aplicações práticas, começando pela observação e avançando gradualmente para a atuação direta em sala de aula. (BRASIL, 2024, p. 26-29)

Assim, o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre o(a) docente orientador(a), o(a) supervisor(a) e o(a) aluno(a) estagiário(a). O estágio curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Letras, conforme as diretrizes anteriormente mencionadas, é um componente essencial e estruturante na formação dos(as) futuros(as) profissionais da educação. Este estágio visa proporcionar aos(às) licenciandos(as) uma vivência prática e integrada com a realidade do ambiente escolar, permitindo a articulação entre prática e conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

O estágio deve ser realizado em instituições de ensino de educação básica, promovendo uma imersão dos(as) estudantes em contextos reais de ensino. Durante tal período, os(as) licenciandos(as) têm a oportunidade de observar, planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas sob a supervisão de professores(as) experientes.

Entende-se que a prática docente prescinde de diferentes etapas para se efetivar qualitativamente, etapas estas que envolvem a construção de arcabouço teórico previamente a observação, proposição de intervenção e aplicação da prática didática. Neste caso, as atividades de estágio do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do IFRS Campus Restinga se efetivam a partir do 1º semestre, a partir da abordagem de tópicos relevantes para orientar a observação e prática efetivamente reflexiva pelos(as) discentes. Esses tópicos, por sua vez, serão abordados desde o início do curso, através dos componentes curriculares Multiletramentos (1º semestre) e Desenvolvimento e Aprendizagem (2º semestre), como forma de preparar as ações práticas que serão iniciadas do 3º semestre em diante. A carga horária destinada ao estágio curricular obrigatório, por sua vez, está distribuída a partir do 3º semestre do curso, conforme apresentado na matriz curricular. Os(As) licenciandos(as) devem cumprir etapas que incluem a observação de aulas, o planejamento e a execução de projetos de ensino, bem como a elaboração de relatórios reflexivos que demonstrem a integração entre teoria e prática. A supervisão é realizada por professores(as) orientadores(as) do curso e por docentes das instituições de ensino onde o estágio é desenvolvido, assegurando uma orientação contínua e qualificada.

A carga horária de Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa e de Introdução ao Estágio em Língua Espanhola compreende, cada uma, 10 horas. Por sua vez, a carga horária de Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I e de Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II compreende, cada uma, 95 horas. A carga horária de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I e de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II compreende, cada uma, 95 horas. Para o cumprimento das 400 horas que totalizam os estágios curriculares obrigatórios, os(as) licenciandos(as) devem realizar observações de aula, planejamento de projeto de ensino a ser aprovado pelo(a) Docente-Orientador(a) e pelo(a) Docente-Supervisor(a), docência em turma que realizou as observações e escrita de relatório do estágio.

6.12.2 Não obrigatório

O estágio curricular não obrigatório é uma atividade acadêmica desenvolvida, opcionalmente, pelo(a) estudante. Busca complementar a formação através do aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788 de 2008.

6.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem como princípio a reflexão das práticas realizadas e o compromisso com a aprendizagem dos futuros professores e professoras. Assim, ao se avaliar os (as) estudantes precisa-se considerar o caráter processual, no qual o desempenho de cada um(uma) seja acompanhado de forma contínua. A abordagem pedagógica da avaliação deve se preocupar com a aprendizagem em desenvolvimento, não se configura em mera etapa final para classificação dos(as) estudantes a fim de encaixá-los num padrão.

A avaliação, pela sua essência, é própria de todo o processo de ensino-aprendizagem, por isso não pode ser sinônimo de provas ou exames para mera aferição de conhecimento. Ademais, cada estudante precisa ser percebido(a) como sujeito único, que aprende a partir de formas distintas, que precisam ser respeitadas. Para isso, faz-se necessário que sejam adotados diferentes instrumentos avaliativos no decorrer de todo conteúdo contemplado. Isso contribui para que as especificidades de cada estudante sejam consideradas e, conseqüentemente, para que os objetivos de aprendizagem possam ser atingidos.

Os instrumentos de avaliação utilizados devem colaborar para identificar o desenvolvimento do(a) estudante de forma diagnóstica. Isso possibilita que o(a) docente possa rever os conteúdos abordados para nova elaboração dos saberes pelo(a) estudante no decorrer de um semestre. Esse tipo de prática pedagógica visa à qualidade de todo o processo de ensino-aprendizagem e tornam a avaliação um elemento indissociável da didática docente.

Segundo o Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFRS a avaliação também configura-se como parte integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação se constitui como um ato intencional

Além disso, a Organização Didática (OD) do IFRS estabelece que a avaliação dos cursos dessa instituição deve seguir a prerrogativa supracitada, que deve ser: contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, processual, formativa, somativa, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. (IFRS, 2024). Além disso, esse mesmo documento prevê que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando o aprofundamento de saberes e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes. (IFRS, 2024)

Ainda conforme a OD do IFRS, a avaliação deve contemplar os seguintes aspectos:

- o desempenho acadêmico dos(as) estudantes será expresso em cada componente curricular, por meio de nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), a partir dos processos de avaliação.
- os(as) estudantes devem, permanentemente, ser informados(as) acerca de seu desempenho acadêmico e os resultados de cada atividade avaliativa deverão ser analisados de forma participativa.
- aos(às) estudantes com dificuldades de aprendizagem devem ser desenvolvidas estratégias para superá-las.
- para as pessoas com necessidades educacionais específicas, deverão ser asseguradas estratégias diferenciadas de avaliação de aprendizagem aos estudantes caracterizados, considerando particularidades e mantendo sua finalidade.

O resultado da avaliação do desempenho do (a) estudante para cada componente curricular deverá, conforme a OD do IFRS, ser expresso semestralmente através de notas, registradas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula, com obrigatoriedade de ser utilizado, no mínimo 2 (dois) instrumentos avaliativos.

A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. Fica garantido aos (as) estudantes, que não atingirem média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular terão direito a realização de exame final (EF), desde que obtenha média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete).

O exame final corresponderá a uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo. O (a) estudante poderá solicitar revisão do resultado do exame final, até 2 (dois) dias úteis após a publicação deste, através de requerimento fundamentado, protocolado na Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino ou à Coordenação de Curso.

A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame final (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (EF * 0,4) + (MS * 0,6) \geq 5,0$$

Por fim, a aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame

6.13.1 Da Recuperação Paralela

A todos os (as) estudantes será garantido o direito de recuperação paralela, dentro do mesmo semestre. Conforme Art. 186 da Organização Didática do IFRS, os estudos de recuperação, como um processo educativo, terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos estudantes, oportunizando recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas.

A realização dos estudos de recuperação deve respeitar: a readequação das estratégias de ensino-aprendizagem; construção individualizada de um plano de estudos; esclarecimento de dúvidas; a avaliação.

Conforme definição já elucidada, compreende-se avaliação como o conjunto de procedimentos no qual se utiliza métodos e instrumentos diversificados, com o objetivo de realizar um diagnóstico de aprendizagem que será utilizado como ferramenta de planejamento.

Nos casos em que as notas das avaliações regulares sejam superiores às das recuperações, prevalecerão as primeiras. A recuperação paralela será realizada, preferencialmente, em horário de estudos orientados, podendo ser realizada também em horário de aula ou outros, a critério do docente.

As Avaliações de Segunda Chamada

Aos(Às) estudantes que faltarem a qualquer uma das avaliações ou deixar de executar trabalho escolar/acadêmico, será facultado o direito a uma nova oportunidade, se requerida, mediante protocolo junto à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino e/ou Coordenação de Curso, através de preenchimento de documento próprio, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a vigência do atestado, desde que comprove através de documentos, conforme os casos previstos na Organização Didática do IFRS.

Avaliação de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE)

A expressão “Necessidades Educacionais Específicas (NEE)” pode ser utilizada para referir-se a estudantes cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a diferenças de

aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência(s). A expressão necessidades educacionais específicas contempla: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e, também, estudantes com outras condições tais como: estudantes oriundos de populações distantes ou nômades de comunidades de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, oriundos de grupos desfavorecidos ou marginalizados, estudantes com transtornos e ou limitações transitórias ou permanentes, entre outros que sem a devida acessibilidade curricular no processo pedagógico são prejudicados nos seus processos de desenvolvimento e aprendizagem.

O processo avaliativo, nesse caso, se constitui em importante recurso pedagógico de identificação das necessidades educacionais específicas da diversidade da comunidade escolar e dos interesses e motivações dos estudantes bem como, de planejamento pedagógico, com ênfase na acessibilidade dos componentes curriculares e dos instrumentos de verificação da aprendizagem.

Nesse sentido, a avaliação de estudantes com NEE's precisa voltar-se para revisão contínua do que o estudante deve aprender, como, quando, que formas de organização do ensino são mais eficientes para um processo de aprendizagem e, paralelamente a isso, como e quando avaliar a aprendizagem do estudante. Logo, a avaliação dos estudantes com NEE deve ter o estudante como parâmetro de si mesmo buscando observar o desenvolvimento do mesmo ao longo do componente curricular e, a construção de práticas pedagógicas que subsidiem a aprendizagem destes estudantes. A ênfase no progresso individual dos estudantes com NEE terá por base a construção de um Plano Educacional Individualizado (PEI) regulamentado pela IN 07/2020 (IFRS). Os estudantes indígenas têm assegurado o direito ao Plano de Ensino Individualizado específico regulamentado pela IN 08/2020.

O processo avaliativo dos estudantes com NEE objetiva a construção de práticas pedagógicas que removam as barreiras relacionadas à aprendizagem e ou à participação dos estudantes no ambiente escolar e deve ser ancorada por práticas contínuas de observação, análise e registro do desenvolvimento do estudante com NEE. Em razão disso, a avaliação dos estudantes com NEE contemplará atividades e instrumentos diversificados em momentos diversos, podendo conter menor número de

informações e ajuste de temporalidade para integralizar os conteúdos e ou realizar processos formais de avaliação. Conforme a especificidade, o estudante com NEE, poderá ter o suporte de monitores, cuidadores, profissionais com formação em psicopedagogia, tradutores-intérpretes de Libras; guia-intérprete e ou outros profissionais que se façam necessários e estejam disponíveis na instituição que assegurem a acessibilidade demandada pelos estudantes com NEE's.

Além disso, a avaliação dos estudantes com deficiência, além da mensuração do processo avaliativo por meio da nota, deve ser realizada por pareceres, e recomenda-se, com esta finalidade, que sejam efetuados registros no PEI do estudante com NEE a respeito do desempenho do mesmo em sua relação com as atividades e com os temas propostos, como forma de captar a aprendizagem de modo processual. E, ao final do período letivo, recomenda-se a confecção do parecer global do período, em que seja possível apontar os progressos percebidos nos aspectos que considerem mais significativos: físicos, cognitivos, sensoriais, comunicacionais, de atenção/concentração, de memória, de sociabilidades, de autonomia, entre outros, além dos aspectos a serem observados no período seguinte.

6.14 Metodologias de Ensino:

A metodologia de ensino consiste em um dos elementos fundamentais para a formação do(a) profissional da área de letras, sobretudo em um contexto pedagógico. Dessa forma, as escolhas metodológicas consistem em percepções político-pedagógicas sobre língua, cultura, educação e sociedade em um viés pedagógico e profissionalizante. O curso de letras, portanto, procura desenvolver uma percepção ampla e crítica sobre tais temas, compreendendo a metodologia de ensino como uma interação inexoravelmente dialógica de saberes, práticas, valores e percepções dos(as) agentes envolvidos nas relações de ensino e aprendizagem. O espaço da sala de aula, então, configura-se por meio das múltiplas interações de diversos atores sociais; as aulas, nesse cenário, partem do pressuposto de que o conhecimento é socialmente construído e, portanto, não é um processo de transmissão de conhecimento e de

reprodução de modelos previamente autorizados pela tradição acadêmica. Compreende-se que o saber não é passivo, assim como as relações entre estudantes e docentes não é linear. Aulas expositivo-dialogadas, interativas e reflexivas, articuladas duplamente sobre teoria e prática, docência e pesquisa, contribuem para o diálogo entre os diferentes agentes do processo educativo.

A abordagem de desenvolvimento das atividades do curso, por sua vez, concentra-se na conjunção das atividades diversas que compõem a matriz curricular, em especial a diversificação de atividades teóricas e práticas da área de linguagens. Espera-se que o(a) estudante tenha contato com práticas de ensino de línguas desde o primeiro semestre de curso, visando à ampliação de suas experiências e à sua preparação para os momentos de estágio supervisionado e, posteriormente, para sua prática docente em sala de aula. Além disso, são preconizadas perspectivas de interação e atividades interdisciplinares entre os componentes curriculares do curso, sempre levando em consideração a integração entre ensino, pesquisa e extensão – conforme já previsto pelas diretrizes da própria instituição. Nesse sentido, a organização sequencial dos componentes curriculares foi pensada para que os(as) graduandos(as) possam cursá-los a partir dos agrupamentos semestrais, podendo também participar de atividades de pesquisa e extensão ofertadas em outros turnos. Em relação à prática extensionista, a mesma é incentivada no próprio percurso formativo proposto neste PPC, com a integração, dentro dos componentes curriculares regulares do curso, de atividades acadêmicas de extensão que visam, desde o início do curso, a inserção do(a) discente nos diferentes espaços da sociedade, a fim de experimentar, analisar criticamente, interagir e propor alternativas para as situações referentes a sua área de formação. Ao propor atividades extensionistas vinculadas aos componentes curriculares, o curso avança no sentido de quebrar algumas barreiras históricas que segregam o conhecimento produzido dentro dos ambientes formais de ensino, a chamada academia, levando essa produção especializada e crítica para o centro da comunidade onde ela se torna realmente relevante. A interação extensionista, por sua vez, exerce papel importante para retroalimentar as práticas de ensino e pesquisa desenvolvidas dentro da instituição, a fim de que elas possam responder, de maneira mais dinâmica e prática, às demandas reais da educação dentro da sociedade.

Busca-se, também, a constante atualização das práticas metodológicas a partir do uso de novas tecnologias e dos benefícios que as mesmas possam assegurar em relação a espaços e tempos distintos de produção e reflexão sobre o conhecimento. O uso de recursos tecnológicos na prática de formação de docentes, por sua vez, leva em conta a necessidade de interlocução entre o fazer pedagógico, a realidade social e seus(suas) protagonistas, em um contexto dinâmico a situações limite.

Procura-se, portanto, construir uma metodologia de ensino — isto é, percorrer um caminho pedagógico — que possa intermediar diferentes saberes, conectando aspectos diversos da pesquisa, do conhecimento, da formação pedagógica e da atuação profissional. Assim, faz-se necessária uma abordagem holística e multifacetada dos fenômenos linguísticos situados nos contextos educacionais, o que implica a) uma metodologia de ensino plural, democrática e reflexiva, b) uma reflexão linguística crítica, ampla e intercomponente curricularr, c) o desenvolvimento de uma percepção epistemológica sobre os fenômenos da linguagem por meio de uma consciência metalinguística e metateórica, d) uma articulação constante entre teoria e prática, reflexão e ação, e e) a formação qualificada para o mundo do trabalho, com vistas ao desenvolvimento regional e, principalmente, a defesa da cidadania.

6.15 Acompanhamento pedagógico

O IFRS tem o compromisso de prever estratégias que garantam, a todos(as) e a cada um, a efetivação do direito à aprendizagem, à permanência, ao êxito e à conclusão do curso, sendo esse processo de atenção ao(a) estudante o resultado da interação entre ensino, pesquisa e extensão. Os(As) estudantes do Curso Superior em Letras: português e espanhol serão acompanhados(as) por todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação — docentes e técnicos-administrativos. Cada profissional, quando em relação com o(a) estudante, será corresponsável pelo processo educativo, de maneira que esse seja efetivado como tarefa coletiva e de cada um no espaço acadêmico.

O Setor de Ensino conta com 17 (dezesete) profissionais – assistente de alunos, assistente social, bibliotecário, intérprete de libras, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, entre outros – distribuídos em cinco microssetores de referência (orientação estudantil, assistência estudantil, registros escolares, gestão escolar e biblioteca). Através de uma organização integrada, realiza o atendimento pedagógico especializado aos(às) docentes e discentes, com troca de informações permanentes entre os(as) profissionais sobre as situações escolares cotidianas e sobre as especificidades de aprendizagem individuais e coletivas. Além do acolhimento a todas as demandas e do direcionamento ao seu atendimento de referência (horário de atendimento específico com o(a) docente, estudos domiciliares, acompanhamento pedagógico, psicológico e social, adaptações curriculares [quando necessário], monitoramento mensal da frequência e ações de busca ativa aos(às) infrequentes), o Setor de Ensino participa ativamente das reuniões pedagógicas de curso, das reuniões por área, reuniões do colegiado, comissões e grupos de trabalho institucionais, como forma de acompanhar pedagogicamente não somente os(as) docentes e discentes, mas os processos escolares como um todo.

O Setor de Extensão responsabiliza-se pela orientação dos(as) estudantes no que diz respeito às questões relativas às atividades dos(as) mesmos(as) enquanto extensionistas e tem a seu encargo as atividades e projetos de consecução do curso, bem como os estágios curriculares e não curriculares. O Setor de Pesquisa tem como atribuição a orientação dos(as) estudantes no que se refere às atividades de iniciação científica e de bolsas direcionadas a projetos específicos.

O IFRS possui as Políticas de Assistência Estudantil, de Ações Afirmativas e de Inclusão que assumem um papel fundamental no cotidiano da instituição. A Assistência Estudantil contribui para a promoção da inclusão social e da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação profissional e tecnológica. Por meio de programas, projetos e ações, oferece condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes através de apoio pedagógico, psicológico e social às questões escolares dos(as) estudantes.

A equipe age preventivamente nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde Ações de Caráter Universal, até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Os Programas de Benefícios

– ações que envolvam iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas – têm, como seu público específico, os(as) estudantes que preencham os critérios de vulnerabilidade. A Assistência Estudantil promove, também, ações que garantam o êxito dos estudantes, além de auxiliar na elaboração de propostas com vistas à ampliação do acesso e permanência e da diplomação qualificada dos(as) estudantes do Instituto.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades (NAPNE) articula pessoas e setores para promover na instituição a cultura da “educação para a convivência”, que é a aceitação da diversidade e, principalmente, a busca pela quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais. O NAPNE é responsável por adaptar materiais didáticos para estudantes com necessidades educacionais específicas; subsidiar servidores(as) no que se refere a assuntos relacionados à educação inclusiva; promover acessibilidade física e virtual no *Campus Restinga*; pesquisar assuntos relacionados à acessibilidade; entre outras ações.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) é um espaço em que são discutidas as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Busca fomentar estudos, pesquisas e extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento. O NEABI se constitui em um espaço acadêmico e de interface com a comunidade, no qual são realizadas atividades programadas – estudos e pesquisas, documentação e produção de textos. Além disso, a confecção de materiais, cursos, seminários, conferências e divulgação de ações afirmativas, diretas ou por meio de assessoria e apoio dentro da temática da educação das relações étnico-raciais.

6.15.1 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas

Considerando o artigo 59 da LDB nº 9.394/96, a Lei nº 13.146/2015 - que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência, o PPI do IFRS e a IN Proen nº 07 de 04 de setembro de 2020, que regulamenta os fluxos e procedimentos de

identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos(as) estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS, a organização dos componentes curriculares irá compreender a abordagem inclusiva que considere a acessibilidade tanto nas dimensões pedagógicas quanto atitudinais, alinhada a legislação e aos documentos institucionais vigentes. Nessa perspectiva, a abordagem pedagógica inclusiva terá como ênfase promover a participação e o protagonismo dos(as) estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no processo de ensino e aprendizagem por meio da valorização das potencialidades dos(as) estudantes com NEE. Essa perspectiva inclusiva de ensino engloba a construção de adequações pedagógicas com o objetivo de atender às especificidades de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como o uso de recursos de tecnologia assistiva que forem necessários para favorecer a permanência e êxito dos(as) estudantes com NEE.

Para garantir a acessibilidade curricular e a consequente promoção da aprendizagem discente, os(as) docentes, em conjunto com o NAPNE e o Setor de Ensino, poderão construir o Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com NEE em decorrência de diferenças de aprendizagem, deficiências, transtornos funcionais específicos, limitações transitórias ou permanentes, ou altas habilidades/superdotação. Os(As) estudantes com NEE do Curso Superior em Letras: português e espanhol serão acompanhados(as) por todos os(as) trabalhadores(as) em educação – docentes e técnicos-administrativos envolvidos(as) na construção do PE, através de reuniões previstas no calendário acadêmico, com o objetivo de colaborar e assegurar que os componentes curriculares previstos no projeto pedagógico do curso, quando atenderem estudantes com necessidades educacionais específicas, sigam as adequações/flexibilizações descritas no PEI.

6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Buscaremos articular ensino, pesquisa e extensão nos vários componentes curriculares de formação inicial de professores(as) de português como língua materna,

espanhol como língua estrangeira e literatura no curso de Letras do IFRS *Campus* Restinga.

Cabe ressaltar que o grupo de docentes da área de Letras do *Campus* que atuará no curso em Letras: português e espanhol - licenciatura já está inserido no Núcleo de Pesquisa em Ensino de Língua e Literatura, liderados pelas professoras Denise Mallmann Vallerius e Cristina Rorig Goulart, atuando em quatro diferentes linhas de pesquisas: Discurso, Enunciação e Ensino, Literatura e novas tecnologias, Línguas em contato e Questões cognitivas e socioculturais de ensino/aprendizagem de língua.

A linha de Discurso, Enunciação e Ensino tem como objetivo estudar o discurso, considerando as teorias textuais e enunciativas, pois essas levam em conta a construção do texto com base na construção de sentido na e pela linguagem, fatores que podem criar condições aos(às) estudantes para desenvolverem seu crescimento intelectual.

A linha, Literatura e novas tecnologias, adota teorias que embasam a aprendizagem significativa e o letramento aliadas ao design de jogos, investiga-se metodologias que aprimorem o letramento e o ensino/aprendizagem da literatura no ensino médio, por meio do emprego de novas tecnologias, principalmente por meio da adaptação de textos para jogos digitais educacionais.

Dentro da teoria da linha de Línguas em Contato, pretende-se estudar as situações em que duas ou mais línguas encontram-se presentes em um indivíduo e/ou em um grupo social. No caso da perspectiva individual, trabalhos que analisem as crenças sobre o que seja o bilinguismo, sobre o desempenho oral ou escrito do bilíngue, sobre a conversação bilíngue com suas características específicas (alternância de código ou *code-switching*), sobre as relações desenvolvidas nas interações entre bilíngues e monolíngues, conformam o objeto de estudo. No referente ao campo social, a perspectiva de regiões de fronteira ou de contato linguístico, os fenômenos de diglossia, de hierarquização de línguas, a análise de estrangeirismos presentes na escrita, na oralidade, no comércio, em variados campos, bem como seu valor social, integra o campo de estudo. Além disso, faz parte do escopo das línguas em contato o estudo das línguas artificiais.

A linha Questões cognitivas e socioculturais de ensino/aprendizagem de língua Compartilhamento de pesquisas e estudos sobre o processo de ensino/aprendizagem da língua materna e de línguas estrangeiras como prática social marcada pela relação

intrínseca entre linguagem e convencionalidade de uso do recurso linguístico, nas diferentes perspectivas metodológicas contemporâneas.

Vinculados a essas linhas de pesquisas, foram e estão sendo realizados diferentes projetos, coordenados pelo grupo docente que comporá o curso de Licenciatura em Letras Português – Espanhol, atividades estas que serão estendidas e ampliadas na licenciatura.

Na área da extensão, o grupo de Letras criou o Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas (NELEM), que promove ações de extensão que divulguem cultura, língua e literatura estrangeira. Também oferta cursos de extensão em inglês e espanhol completamente gratuitos para a comunidade interna e externa ao campus, proporcionando aos discentes o acesso a laboratório de línguas e material didático qualificado.

A área conta com eventos já consolidados no *Campus Restinga* como a Jornada Literária e o concurso literário. A Jornada Literária é um evento que tem o objetivo de constituir-se em um importante espaço de letramento literário para a comunidade interna e externa do *campus*. Esta terá contato com escritores suas obras, bem como com outros relevantes pensadores da cultura e da literatura de modo a serem realizadas conversas com escritores(as) cujas obras foram trabalhadas com os(as) estudantes em sala de aula e palestras que aproximem a literatura da realidade da comunidade envolvida.

O Concurso Literário do IFRS *Campus Restinga* insere-se na programação da Jornada Literária, tendo por objetivo estimular a escrita criativa e literária entre servidores(as) e alunos(as) de todos os *campi* do IFRS nas categorias poema e conto. Cabe ressaltar que os melhores trabalhos têm seus textos publicados em livro digital.

O Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura no *campus* é importante para a consolidação dos eventos culturais que já vem sendo realizados, como a Jornada Literária, para criação de eventos científicos e atividades de extensão que poderão ser ministradas pelos(as) alunos(as) da graduação, como projetos de extensão de português para a comunidade externa, focados na preparação de candidatos(as) para a prova de ingresso no IFRS.

A área de Letras possui um campo muito vasto para aplicação de pesquisa, ensino e extensão, basta ver as ações elucidadas acima que já são realizadas e que poderão ser ampliadas com a licenciatura.

6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem

O curso de Letras: português e espanhol - licenciatura oferecido pelo IFRS *Campus* Restinga busca atender às necessidades atuais do ensino de línguas e de suas literaturas, introduzindo os(as) discentes, futuros docentes, no conhecimento do mundo virtual, com fins de atender às demandas da informatização da sociedade. A educação também passa a exigir esses conhecimentos já que a tecnologia tem sido mais um elemento colocado nas mãos da escola para que essa, por sua competência e capacidade de alcance, cumpra o que está proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, revogada pela Lei 11.274/2006, segundo a qual a tecnologia é também demanda da escola a partir do Ensino Fundamental.

Quando a LDB de 2006 ratifica a inserção da tecnologia na escola e amplia isso para o ensino superior, o que se quer é letrar docentes, e tantos outros(as) profissionais, digitalmente. Esse seria o caminho mais curto para alcançar o que pretendiam os debates e acordos saídos das discussões sobre inclusão digital para os países da América Latina e do Caribe. Dito de outro jeito, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o atraso digital como uma das quatro grandes mazelas da atualidade, ao lado da fome, do desemprego e do analfabetismo.

Assim, para a mediação em ensino de língua e literatura, compreendemos, então, a necessidade do entendimento da concepção de língua e de literatura como interação, como dialogia e como aproximação das leituras plurissignificativas do mundo, de construção de sentido para além do texto fixo no tempo. Nesse sentido, as novas tecnologias aproximam mundos e sujeitos e permitem criação e recriação de linguagem. O uso de ferramentas para instrumentalização no letramento do(a) estudante ingressante no curso de Letras compreenderá objetos virtuais de aprendizagem (OVA) a serem aplicados em atividades de literatura, leitura, escrita, gramática, oralidade, letramento, uso de redes sociais.

Contando com um laboratório de Línguas e com quatro laboratórios de Informática, o *Campus Restinga* dispõe de recursos para possibilitar o acesso dos(as) discentes às tecnologias de informação. A Plataforma Moodle já vem sendo usada amplamente no *campus* e também se constitui em importante ferramenta de ensino-aprendizagem na perspectiva das Tecnologias de Informação.

Além disso, tais tecnologias são imprescindíveis para a consecução de projetos que serão desenvolvidos por discentes do curso em componente curricular voltadas à educação de estudantes com necessidades educacionais específicas, tais como Teoria e Prática de Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva e Fundamentos e Práticas Pedagógicas em LIBRAS. Considere-se, também, que o *Campus Restinga* dispõe de ferramentas e projetos desenvolvidos pelo NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas –, órgão que foi institucionalizado no *Campus Restinga* por intermédio do programa TECNEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – em outubro de 2010, por portaria do Diretor Geral do IFRS *Campus Restinga*. Esse programa vem sendo desenvolvido pela SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– Ministério da Educação), visando à instrumentalização das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs, CEFETs e escolas vinculadas às Universidades) para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas em cursos de formação inicial, técnicos, graduação e pós-graduação. Sendo assim, ocorre a adaptação de material didático, transcrevendo, escaneando, construindo material em relevo, descrevendo imagens, promovendo, por meio da Tecnologia, a inclusão e a acessibilidade. Nesse sentido, o *Campus Restinga* já conta com projetos que visam à interação entre TICs e educação, tais como o projeto Tecnologia Assistiva e autismo, do NAPNE, o projeto de pesquisa de *Inclusão Digital e Acessibilidade na Escola Municipal de Educação Especial Tristão Sucupira*, bem como o projeto de pesquisa *A adaptação de obras literárias aplicada a jogos com narrativa história* (desenvolvido entre 2012 e 2014).

6.18 Educação a Distância

Entende-se por Educação a Distância (EaD), para fins institucionais, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos cursos presenciais, de acordo com a Portaria nº 2.117/2019, as IES podem prever a oferta de até 40% (quarenta por cento) da carga horária do curso a distância, e isso apresenta novas possibilidades educacionais, que se originam da aplicação de recursos para gerenciamento de conteúdos e processos de ensino-aprendizagem em educação a distância, e do uso de TICs na perspectiva de agregar valor a processos de educação presencial. No caso do Curso Superior em Letras: português e espanhol - licenciatura do IFRS *Campus* Restinga, 15,4% (quinze vírgula quatro por cento) da carga horária prevista na matriz curricular refere-se a atividades desenvolvidas na modalidade de educação a distância.

A utilização da carga horária a distância foi motivada pela flexibilização de horários e local de estudo, pela possibilidade de adoção de abordagens pedagógicas modernas de ensino, dar autonomia para os(as) discentes no processo de ensino e aprendizagem e, a possibilidade de reunir o melhor da aprendizagem on-line baseado em tecnologia e o melhor do ensino presencial para que efetivamente proporcione resultados na aprendizagem.

Para preparar os(as) estudantes para educação a distância será oferecido o componente curricular “Multiletramentos”. Esse componente tem por objetivo ambientar o(a) estudante a utilizar o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, bem como, apresentar abordagens pedagógicas a fim de estimular a autonomia na aprendizagem, ainda abordar a legislação e questões éticas que tangenciam a EaD.

O detalhamento das atividades a distância desenvolvidas no âmbito do curso será explicitado nos planos de ensino dos componentes curriculares em cada período letivo. Nesse documento, além da explicitação da carga horária presencial e/ou a distância, também serão apresentadas informações referentes à metodologia adotada, critérios de avaliação, cronogramas de atividades a distância e os mecanismos de atendimento aos(às) estudantes.

6.18.1 Atividades de Tutoria

Os(As) tutores(as) têm um papel importante ao realizar o contato direto com os(as) estudantes na realização de atividades EaD, como principais atribuições, destacam-se: esclarecer as dúvidas dos(as) estudantes através do Moodle; verificar e avaliar as atividades realizadas pelos(as) estudantes e fornecer feedback; estimular a participação colaborativa, incentivando os(as) estudantes a responder dúvidas dos(as) colegas, quando houverem; e enviar mensagens individuais aos(às) estudantes que não se mostrarem ativos no curso. No curso de Letras: português e espanhol - licenciatura, as atividades de tutoria serão realizadas pelo(a) próprio(a) docente do componente curricular. A inclusão da carga horária a distância nos componentes curriculares permite a adoção de diferentes abordagens pedagógicas. É possível utilizar a sala de aula invertida, onde o(a) estudante se apropria dos conceitos nos momentos a distância e depois, nos momentos presenciais, são realizadas atividades de compartilhamento, reflexão e discussão. Também, é possível utilizar uma abordagem mais aproximada da sala de aula tradicional, onde o(a) professor(a) apresenta os conceitos norteadores do conteúdo em momentos presenciais e realiza atividades a distância para expandir as discussões realizadas em sala de aula através de atividades assíncronas como fóruns e atividades síncronas como bate-papo.

O acompanhamento dos(as) discentes no processo formativo, a avaliação periódica pelos(as) estudantes e equipe pedagógica se dá a partir de avaliações internas realizadas pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), a partir dos resultados destas avaliações, ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras serão realizadas pelo Colegiado de Curso e, no caso de necessidade de atualização curricular, pelo Núcleo Docente Estruturante. A coordenação do curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) promoverão capacitações contínuas dos(as) docentes que realizarão atividades de tutoria. Estas capacitações têm como objetivo estimular a adoção de práticas criativas e inovadoras para maximizar o aproveitamento de estudos para a permanência e êxito dos(as) discentes. As demandas comunicacionais e tecnologias adotadas no curso devem ser descritas pelo NDE. Ocasionalmente, a coordenação do curso deverá verificar junto aos(às)

docentes/tutores(as) a necessidade de capacitação em alguma área para viabilizar o bom andamento dos trabalhos. O curso deve contar com o apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras que visem a permanência e êxito dos(as) discentes.

6.18.2 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

O *Campus Restinga* conta com AVEA Moodle para disponibilização de material de aula e para suporte em componentes curriculares semipresenciais. Ainda sobre aulas, é importante destacar que uma das principais características do Moodle é o estímulo a conteúdos multimídia, já que disponibiliza diversos recursos como fóruns, enquetes, chats, glossários, diários, áudios, vídeos, questionários, editores de HTML, blogs, calendários, entre outros. É importante salientar que as TICs representam ainda um avanço na educação a distância, com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, os(as) estudantes têm a possibilidade de se relacionar, trocando informações e experiências. O AVA Moodle também permite desenvolver a cooperação entre tutores(as), discentes e docentes e a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares.

Nesta perspectiva, os(as) professores(as) têm a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. A tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e é de suma importância no curso, quando incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender, em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos.

O AVEA Moodle também considera a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e cabe aos(às) docentes, a realização de avaliações periódicas devidamente documentadas para ações de melhoria contínua.

6.18.3 Material Didático

Os materiais didáticos são recursos e atividades, físicos ou digitais, utilizados para apoio ao ensino relacionado ao desenvolvimento do curso. O material didático pode ser produzido pelo(a) próprio(a) docente do componente curricular, estes materiais podem ser por exemplo, vídeos, apostilas, exercícios, etc. Outra opção é utilizar materiais já consolidados pelos(as) especialistas e, neste caso, caberá aos(às) docentes o papel de curadoria. Para esta atividade será priorizado o uso de repositórios da rede federal.

A distribuição dos materiais didáticos é de responsabilidade do próprio docente do componente curricular, e deve ser disponibilizado via Moodle no início do semestre letivo. Além disso, o docente deve orientar o(a) estudante para a realização das atividades a distância, definindo claramente seus objetivos, metodologias, prazos e formas de entrega. Esta orientação pode ser realizada oralmente em momento presencial, ou via AVEA Moodle.

A formação proposta no PPC do curso é desenvolvida seguindo os conteúdos previstos na ementa de cada componente curricular. Nesse sentido, os materiais didáticos visam atender a coerência teórica e o aprofundamento necessários para a construção do conhecimento contemplando os objetivos previstos no plano de ensino.

O material didático, bem como as metodologias de ensino e a linguagem serão desenvolvidos de modo a atender as necessidades específicas de cada estudante, considerando-se, inclusive, os possíveis casos de inclusão. A produção de material didático deve levar em conta as necessidades específicas dos(as) estudantes matriculados(as) no componente curricular, de forma a garantir a acessibilidade metodológica, instrumental utilizando linguagem inclusiva e acessível. Por exemplo, no caso de algum(a) estudante cego(a) ou com deficiência visual, o conteúdo e as atividades deverão ser acessíveis via software de leitura de tela, seguindo os critérios de acessibilidade que trata este caput, os quais estão de acordo com o documento internacional *Web Content Accessibility Guidelines* (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web), que inclui que a descrição das imagens e os vídeos deverão ter

transcrição. No caso da turma ser composta por estudante surdo ou com deficiência auditiva, por sua vez, os materiais de áudio e vídeo deverão contar com legenda e tradução para LIBRAS. Com relação aos recursos didáticos, serão utilizados aqueles disponíveis no Moodle, bem como os professores tutores buscarão criar outros próprios, a partir de capacitações realizadas, de modo a incluir o uso de recursos inovadores para o acompanhamento.

6.18.4 Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

Nos componentes curriculares oferecidos na modalidade de educação a distância, a avaliação dos(as) estudantes será auferida a partir do acompanhamento docente da efetividade na realização das atividades pedagógicas propostas.

A oferta de carga horária na modalidade EaD em cursos presenciais deve ser amplamente informada aos(às) estudantes matriculados(as) no curso no período letivo anterior à sua oferta e divulgada nos processos seletivos, sendo identificados, de maneira objetiva, os conteúdos, os componentes curriculares, as metodologias e as formas de avaliação.

6.18.5 Equipe Multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância (NEaD)

O NEaD é uma unidade vinculada à Direção de Ensino do Campus, com competência para implementar políticas e diretrizes para a EaD, estabelecidas no âmbito da instituição. O NEaD tem como objetivos: congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento contínuo num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar; produzir conhecimento sobre Educação a Distância e o uso das TICs nos processos educativos; levantar e mapear demandas de Educação a Distância por áreas de conhecimento no âmbito de atuação do Instituto; Planejar, desenvolver e

avaliar cursos de educação a distância a partir de demandas localizadas; Promover a democratização do acesso à Educação via Educação a Distância e uso de TICs; capacitar os professores, os tutores e os(as) alunos(as) do *Campus* no manuseio das ferramentas mais usadas na Educação a Distância.

O NEaD, desta forma, articula ações que capacitam os professores do *Campus* a ministrarem componentes curriculares a distância no curso. O NEaD também oferece suporte e apoio aos discentes desse curso no uso do AVEA Moodle. O NEaD produz o plano de ação de forma documentada que é implementado anualmente, a fim de garantir que os processos de trabalhos sejam formalizados e executados.

Os atuais membros do NEaD do *Campus* Restinga, conforme Portaria *Campus* Restinga nº 191, de 03 de outubro de 2024, são:

Servidor(a)	Papel na Equipe Multidisciplinar / NEaD	Habilitação na EaD
Andreza Lima Marimon da Cunha	Membro permanente	220h
Daniela Duarte da Silva Bagatini	Coordenação pedagógica	182h
Denise Elisabete da Silva Gorski	Membro permanente	180h
Jezer Machado de Oliveira	Membro permanente	155h
Luciano Gomes Furlan	Membro permanente	173,5h
Nilson Varella Rübenich	Coordenação do Núcleo	998h
Rafael Frois da Silva	Membro permanente	1040h

Considerando a experiência dos servidores, os mesmos se habilitam para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da

aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

6.18.6 Experiência docente e de tutoria na EaD

O IFRS promove a Educação a Distância baseada na política vigente nessa modalidade. Suas ações de capacitação e apoio a docentes tutores e discentes dos cursos, são regidos pelos documentos citados.

Os(As) servidores(as) que exercerão a docência e tutoria neste curso são:

Servidor	Papel	Habilitação na EaD
Alexandre Adriano dos Santos Lima	Docente	160h
Anderson Hakenhoar de Matos	Docente	226h
Daniela Nicoletti Fávero	Docente	239h
Eliana Beatriz Pereira	Docente	235h
Felipe de Sousa Gonçalves	Docente	150h
Gilberto João Pavani	Docente	260h
Iuri Albandes Cunha Gomes	Docente	360h
Jessie Ortiz Marimon	Docente	530h

Jovani Zalamena	Docente	452h
Marcelo Machado Barbosa Pinto	Docente	150h
Mário Augusto Correia San Segundo	Docente	527h
Nilson Varella Rübenich	Docente	998h
Rafael Pereira Esteves	Docente	195h
Susana Beatriz Oliveira Szewczyk	Docente	260h
Wagner Guimarães da Silva	Docente	165h

Cabe ressaltar que os(as) docentes atuarão no curso como docente e tutor(a).

Para atuar na Educação a Distância, os(as) servidores(as) devem atender as legislações e normativas vigentes, incluindo o Programa de Capacitação para atuação na Educação a Distância. Além disso, o IFRS oferece periodicamente diversos cursos através do CEaD e NEaD. Além disso, os(as) docentes participam de formação pedagógica no próprio *campus*. Estes cursos e formações visam habilitar o(a) docente para identificar as dificuldades dos(as) discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliação diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

6.18.7 Interação entre coordenação de curso, docentes e tutores (presenciais e a distância)

No início de cada semestre, ocorre uma reunião com os(as) docentes que atuam no curso no período letivo vigente. Dentre os assuntos tratados nesta reunião, quando houver componentes curriculares com carga-horária a distância, haverá uma articulação com relação a metodologias, linguagens e adaptações a serem utilizadas no ensino a distância. Os problemas identificados pela CPA com relação a interação entre docentes, tutores(as), coordenação e discentes serão tratados pelo Colegiado de Curso.

Desta forma, ocorre a interação entre tutores(as), docentes e coordenação de curso. Como resultado, há o planejamento documentado da interação para encaminhamento das questões do curso e realização de avaliações periódicas para identificação de problemas ou aprimoramento da interação entre os sujeitos.

6.18.8 Infraestrutura

O *campus* dispõe de Laboratórios de Informática abertos à comunidade acadêmica nos três turnos, das 07h30 às 22h30, durante os dias úteis, onde podem ser realizadas as atividades EaD. Nos laboratórios, os(as) estudantes têm acesso a diversos computadores com Internet. Dentro do *campus*, há também disponibilidade de Internet sem fio para os(as) estudantes, possibilitando que eles tenham acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e aos sistemas acadêmicos.

6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)

Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e de Estudos e Pesquisas em Gênero

e Sexualidade (NEPGS) foram criados no intuito de constituírem-se enquanto instrumentos de consulta e de proposição no âmbito das referidas temáticas e de seus respectivos regimentos, vinculados à Pró-Reitoria de Extensão do IFRS (2015). As resoluções que regulamentam tais núcleos são:

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - Resolução Consup nº 021 de 25 de fevereiro de 2014;
- Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) - Resolução Consup nº 020 de 25 de fevereiro de 2014;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGS) - Resolução Consup nº 037 de 20 de junho de 2017.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do curso, quando do escopo temático dos referidos núcleos, devem ser executados em parceria, de modo a estabelecer um diálogo contínuo com as temáticas étnico raciais e de inclusão. Nesta perspectiva, as ações propostas e executadas pelos referidos núcleos, bem como aquelas oriundas das atividades em sala de aula, devem possuir diálogo permanente, propiciando o fortalecimento das ações inclusivas do *Campus Restinga*, em especial na compreensão de educação que se apresenta, com respeito à diversidade nas suas mais diversas formas.

Convém ressaltar que a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, obrigatória nos cursos superiores a partir da Resolução nº 1 do CNE, de 17 de junho de 2004, é diretamente contemplada pelo componente curricular *História e cultura afro-indígena no continente americano*, além de também estar inserida gradualmente em outros componentes presentes na matriz curricular.

A integração do ensino com as atividades dos núcleos possibilita a realização de ações educativas em consonância com os dispositivos legais. Assim, são temas a serem abordados, de forma transversal e em parceria com os referidos núcleos, na forma de atividades curriculares ou atividades curriculares complementares:

- condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- deficiências ou superdotação;
- trabalhadores(as) ou população de ruas;

- estudantes oriundos(as) de populações distantes ou nômades de comunidades de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, oriundos(as) de grupos desfavorecidos ou marginalizados, entre outros;
- acessibilidade e tecnologias assistivas;
- família e comunidade;
- formação dos sujeitos na perspectiva da diversidade étnico-racial e de gênero;
- outros relacionados, desde que vinculados às temáticas apresentadas na Política Nacional de Extensão.

6.20 Núcleo de Educação a Distância (NEaD)

O IFRS possui uma Coordenadoria de Educação a Distância – na Reitoria, e um site específico (<http://ead.ifrs.edu.br>), no qual todos os(as) servidores e estudantes podem buscar maiores informações sobre educação a distância no âmbito do Instituto.

Em relação ao *Campus* Restinga, o Núcleo de Educação a distância (NEaD) é uma unidade vinculada à Direção de Ensino, com competência para implementar políticas e diretrizes para a Educação a Distância (EaD), estabelecidas no âmbito da instituição.

Entende-se por EaD, para fins institucionais, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

O NEAD tem como objetivos:

- I. Congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento contínuo num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar; produzir conhecimento sobre Educação a Distância e o uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) nos processos educativos;

- II. Levantar e mapear demandas de educação a distância por áreas de conhecimento no âmbito de atuação do Instituto;
- III. Planejar, desenvolver e avaliar cursos de educação a distância a partir de demandas localizadas;
- IV. Promover a democratização do acesso à educação via educação a distância e uso de TICs;
- V. Capacitar docentes e tutores(as) do *Campus* no manuseio das ferramentas mais usadas no Ensino a Distância.

O NEAD, desta forma, articula ações que capacitam docentes do *Campus* Restinga para ministrarem componentes curriculares a distância em todos os Cursos que possuem a previsão dessa oferta em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Além disso, o Projeto Pedagógico do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, com objetivo de tornar mais orgânica e gradual a experiência discente com a educação a distância, oferta, no 1º semestre do curso, o componente curricular Multiletramentos, que prevê, em sua ementa, o letramento digital, a fim de garantir a inclusão digital, a instrumentalização ao uso das funcionalidades do Moodle, bem como, a auto-gestão de aprendizagem em EaD.

6.21 Integração/parcerias com as redes públicas de ensino

O *Campus* Restinga conta atualmente com a integração, via convênio, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, possibilitando o diálogo institucional direto com as escolas do município. O projeto de extensão e ensino "Este *Campus* é Seu!" também busca integrar o *campus* com as redes públicas de ensino da região. A proposta do curso em Letras: português e espanhol - licenciatura é estar intimamente ligado à comunidade (escola no território). Dessa forma, a articulação do curso com as redes

públicas de ensino, em especial do bairro Restinga, é mister para o pleno funcionamento da sua concepção pedagógica. Isso implica em um esforço coletivo dos(as) servidores(as) públicos(as) e estudantes envolvidos(as) na execução de projetos de extensão e de pesquisas vinculados às atividades em sala de aula, que possibilitem a integração contínua com as redes públicas de ensino.

Além disso, as práticas curriculares e os estágios supervisionados obrigatórios colocam o *Campus Restinga* em constante diálogo com as escolas públicas, principalmente com as escolas do entorno, possibilitando que, além de atividades de pesquisa e de extensão, também as atividades de ensino, com suas reflexões em sala de aula e com a necessidade de transposição das mesmas para a prática docente, consigam intervir na realidade da educação básica da rede pública. Dessa forma, os(as) discentes do curso de licenciatura em Letras do *Campus Restinga* não verão as escolas como mero objeto a ser utilizado para suas observações e para o cumprimento de sua carga horária de estágio, mas sim como sistemas complexos nos quais deverá intervir na medida em que as instituições que o acolhem estejam abertas às suas contribuições.

O estabelecimento de parcerias entre *campus* e escolas públicas permitirá um crescimento teórico-prático para ambos os envolvidos no processo, uma vez que os(as) discentes encontrarão essas instituições de portas abertas para os receberem para a realização de seus estágios e demais atividades de práticas pedagógicas, e as escolas poderão receber um retorno disso em forma de atividades que promovam a qualificação de seus(suas) servidores(as), por meio de projetos de extensão e pesquisa em que os(as) alunos(as) da licenciatura em Letras estiverem envolvidos(as).

6.22 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

O projeto de Avaliação Institucional do Curso será decorrente de um programa maior, intitulado Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, regulado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, formado por três componentes principais: avaliação institucional, avaliação externa e ENADE.

6.22.1 Autoavaliação

Conforme o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS, a avaliação institucional trata-se de um processo contínuo que busca gerar informações para reafirmar ou redirecionar as ações da Instituição, norteadas pela gestão democrática e autônoma. Realizado pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), no âmbito do IFRS, e a SPA (Subcomissão Própria de Avaliação), no âmbito do *campus*, o processo de avaliação visa à garantia da qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. A CPA (Comissão Própria de Avaliação), no âmbito do IFRS, e a SPA (Subcomissão Própria de Avaliação), no âmbito do *campus*, são responsáveis pela realização do processo de avaliação.

A avaliação do(a) docente pelo(a) discente é realizada semestralmente e tem como instrumento de coleta de dados um questionário on-line para cada componente curricular e turma. Para a aplicação, estão previstas as etapas de preparação, planejamento, sensibilização e divulgação. Após a consolidação, é apresentado um relatório geral. Este instrumento visa avaliar o desempenho docente e o conteúdo do componente curricular. Nesse processo, o objetivo maior é oferecer subsídios para que o Curso re programe e aperfeiçoe seu projeto pedagógico.

6.22.2 Avaliação externa

A avaliação externa é um importante instrumento crítico e organizador das ações da instituição e do Ministério da Educação. Ela será composta por dois mecanismos de avaliação do MEC, que são: o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e a avaliação efetuada pelos especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais– INEP, que servirão para verificar a coerência dos objetivos e do perfil dos egressos do curso para com as demandas da sociedade. Ao inserir-se no SINAES,

o IFRS reafirma a avaliação como diagnóstico do processo e se propõe a dar continuidade à consolidação de uma cultura de avaliação junto à comunidade.

6.22.3 ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), avalia, junto a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação, a relação entre os conteúdos programáticos, suas habilidades e competências e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Esse exame, aplicado desde 2004, atende à legislação vigente e a participação nele constará no histórico escolar do(a) estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. O INEP/MEC constitui a amostra dos(as) participantes a partir da inscrição, na própria instituição de ensino superior, dos(as) estudantes habilitados(as) a fazer a prova.

6.23 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos

6.23.1 Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos, de acordo com a Organização Didática do IFRS, destina-se aos(às) estudantes que já concluíram componentes curriculares no mesmo nível de ensino ou em outro mais elevado. A equivalência mínima para o aproveitamento é de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária, sendo vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez, no mesmo curso.

Conforme o § 1º do Art. 193 da OD, o aproveitamento de estudos não deve ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do currículo do curso do IFRS no qual o estudante está matriculado.

6.23.2 Certificação de Conhecimentos

Os(As) estudantes regularmente matriculados(as) poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante regramento específico disposto na Organização Didática

6.24 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O colegiado do curso é um órgão deliberativo e consultivo que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado de Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura é composto pelos(as) docentes em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso. Além disso, conta com a participação de um(a) servidor(a) técnico-administrativo em educação e dois(duas) representantes do corpo docente eleitos(as) por seus pares, podendo ser composto, também, de tutores(as) e equipe multidisciplinar.

De acordo com a Resolução CONAES nº 1/2010, O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. No âmbito do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do *Campus* Restinga, de acordo com o disposto na Organização Didática do IFRS, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão deliberativo e de assessoramento, responsável pela concepção do Projeto

Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura e tem, por finalidade, a implantação e acompanhamento do mesmo. O NDE é composto pela coordenação do curso mais quatro docentes, pertencentes ao Colegiado.

Tanto o Núcleo Docente Estruturante quanto o Colegiado de Curso são regidos por normativa própria do *Campus*, conforme anexos C e D respectivamente.

7 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos períodos letivos organizados por componentes curriculares e a realização dos estágios que compõem o Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, será conferido ao(à) concluinte do curso o Diploma de Licenciado(a) em Letras, habilitação em Português, Espanhol e suas respectivas literaturas. O processo de emissão do diploma obedecerá às normas e às resoluções vigentes no IFRS. O diploma é entregue ao(à) diplomado(a) ou à pessoa com autorização concedida por procuração que fica arquivada na Seção de Registros Escolares. O registro no respectivo órgão de classe, quando cabível, é feito pelo(a) próprio(a) interessado(a).

8 QUADRO DE PESSOAL

Servidor	Formação	Vínculo	Atuação
Alexandre Wasem Pinto	Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	40h	Técnico de Laboratório – Tecnologia da Informação
Anderson Hakenhoar de Matos	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente

André Amaral Mendes	Ensino Médio.	40h	Auxiliar de biblioteca
Camila Camargo Estrazulas	Graduação em Psicologia. Especialização em Psicoterapia.	40h	Assistente em administração
Camila Ramalho Modena	Graduação em História. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.	40h	Assistente de alunos
Caren Rejane de Freitas Fontella	Licenciatura em Física. Doutorado em Educação.	40h	Técnica em Assuntos Educacionais
Caroline da Costa Laureano	Graduação em Ciências Atuariais.	40h	Assistente de alunos
Cassiana Grigoletto	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Charlies Uilian de Campos Silva	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Dania Pinto Gonçalves	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Daniela Nicoletti Fávero	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Diego Monte Blanco	Licenciatura em Ciências Sociais. Doutorado em Sociologia.	Dedicação exclusiva	Docente
Diogo Silveira Terra	Graduação em Biblioteconomia.	40h	Bibliotecário
Elizete Cristina Dos Santos	Graduação em Turismo. Especialização em Práticas Assertivas em Didática da Educação Profissional	40h	Assistente de alunos
Gabriela Pinheiro Anhaia	Graduação em Biblioteconomia. Especialização em LIBRAS.	40h	Auxiliar de Biblioteca
Gabriella Fraga da Ré	Graduação em Direito. Especialização em Gestão de Políticas Sociais.	40h	Assistente de alunos
Geovana Prante Gasparotto	Graduação em Serviços Sociais.	40h	Assistente social

	Doutorado em Serviços Sociais.		
Gisele Oliveira Fraga do Nascimento	Técnica em LIBRAS.	40h	Tradutora/Intérprete de LIBRAS
Janice Ribeiro de Souza	Licenciatura em Letras. Especialização em Letras.	40h	Assistente em administração
Jessie Ortiz Marimon	Licenciatura em História. Mestrado em Educação.	Dedicação exclusiva	Docente
Juliana Battisti	Licenciatura em Letras. Mestrado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Lucas Maciaseki da Silva	Licenciatura em Teatro.	40h	Técnico em Assuntos Educacionais
Maíra da Silva Gomes	Licenciatura em Letras. Doutorado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Mário Augusto Correia San Segundo	Licenciatura em História. Doutorado em Educação.	Dedicação exclusiva	Docente
Márcia Pereira Pedroso	Graduação em Psicologia. Doutorado em Psicologia.	40h	Psicóloga
Melissa Osterlund Ferreira	Licenciatura em Letras. Mestrado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Natália Dias	Graduação em Pedagogia. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.	40h	Pedagoga
Nathália Luisa Giraud Gasparini	Licenciatura em Letras. Mestrado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente
Paula Porto Pedone	Graduação em Biblioteconomia. Especialização em Gestão administrativa em educação	40h	Bibliotecária
Priscila Vieira Bastos	Graduação em Pedagogia. Mestrado Profissional em ensino na saúde.	40h	Técnica em Assuntos Educacionais
Renie Robim	Licenciatura em Letras. Mestrado em Letras.	Dedicação exclusiva	Docente

Robson Bierhals da Silva	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	40h	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Sergio Gambarra da Silva	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Especialização em tecnologias da informação e comunicação na educação.	40h	Técnico de Tecnologia da Informação
Sérgio Guilherme dos Santos Portella	Licenciatura em Filosofia. Mestrado em Filosofia.	Dedicação exclusiva	Docente
Thaiana Machado dos Anjos	Graduação em Pedagogia. Mestrado em Educação.	40h	Pedagoga
Thaís Teixeira da Silva	Graduação em Comunicação Social. Mestrado em Educação.	40h	Produtora cultural
Tiane Pacheco Lovatel	Graduação em História. Especialização em Educação Infantil.	40h	Técnica em Assuntos Educacionais

9 INFRAESTRUTURA

9.1 Estrutura Geral

Compõe o quadro de instalações necessárias para a realização de atividades do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do *Campus Restinga* os seguintes espaços: salas de aula; biblioteca com acervo específico e atualizado; laboratório de idiomas; laboratório de informática com programas específicos, sala para bolsistas.

9.2 Biblioteca

O IFRS *Campus* Restinga conta com uma Biblioteca, desde 08 de outubro de 2010, que atende os cursos superiores, os cursos técnicos e os cursos técnicos integrados ao ensino médio. Seus principais objetivos são dar subsídios informacionais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, proporcionando o acesso aos(às) estudantes e aos(às) servidores(as) a fontes de informação atualizadas, além de oferecer espaço qualificado para estudo, com infraestrutura, recursos humanos, informacionais e tecnológicos adequados.

A Biblioteca é aberta à comunidade em geral para a consulta local ao acervo, estando, contudo, o empréstimo restrito aos(às) docentes, discentes e técnicos(as) administrativos do *campus*. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h30 (sete horas e trinta minutos) às 22h30 (vinte duas horas e trinta minutos), e conta com um(a) bibliotecário(a), um(a) auxiliar de administração e dois(duas) auxiliares de Biblioteca.

Em relação à infraestrutura, a Biblioteca está dividida em duas salas, uma reservada para o acervo, com espaço de aproximadamente 313m² (trezentos e treze metros quadrados), e outra para a sala de estudos, que tem aproximadamente 43m² (quarenta e três metros quadrados). A Biblioteca dispõe de 17 (dezesete) baias de estudo individual, 2 (duas) mesas de estudo em grupo e 2 (dois) terminais de consulta ao acervo e de pesquisa em bases de dados. A sala de estudos dispõe de 3 (três) mesas com 6 (seis) cadeiras.

9.2.1 Acervo

O acervo é composto por mais de 1760 (mil setecentos e sessenta) títulos e 5300 (cinco mil e trezentos) exemplares de livros. A atualização do acervo é anual, conforme disponibilidade orçamentária e atendendo às solicitações dos(as) servidores(as) e estudantes. Os recursos informacionais disponibilizados abrangem as áreas dos cursos, bem como a área de formação do(a) docente, literatura, dicionários etc.

Também é oferecido acesso remoto a todas as normas ABNT através da rede do *Campus*. A composição do acervo se dá por meio de compras e doações. Em relação à metodologia de compra, utilizam-se os instrumentos do INEP para avaliação de cursos superiores, como base para o investimento em acervo para os cursos de todas as modalidades de ensino regular ofertados. Também são consideradas as avaliações institucionais realizadas pela comunidade escolar, que apontam a demanda por acervo. Além dos livros, também contamos com doações dos seguintes periódicos:

- IEEE Spectrum;
- Gestão Escolar (Fundação Victor Civita);
- Nova Escola (Fundação Victor Civita);
- Cálculo: matemática para todos (editora Segmento);
- Carta na Escola (editora Confiança);
- Presença Pedagógica (editora Dimensão);
- Filosofia: ciência e vida (editora Escala);
- Língua Portuguesa (editora Segmento);
- Revista de História da Biblioteca Nacional.

9.2.2 Relação de livros por área do conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra: 1809 exemplares, 438 títulos;
- Ciências Biológicas: 89 exemplares, 27 títulos;
- Engenharias: 459 exemplares, 96 títulos;
- Ciências da Saúde: 176 exemplares, 60 títulos;
- Ciências Agrárias: 12 exemplares, 3 títulos;
- Ciências Sociais Aplicadas: 779 exemplares, 260 títulos;
- Ciências Humanas: 639 exemplares, 249 títulos;
- Linguística, Letras e Artes: 1141 exemplares, 602 títulos.

9.2.3 Serviços oferecidos

- Empréstimo domiciliar, renovação e reservas online de materiais do acervo;
- Orientação no uso do acervo;
- Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, de acordo com as normas da ABNT.

9.2.4 Portal de Periódicos da CAPES

O IFRS *Campus* Restinga conta com acesso ao portal de periódicos da CAPES, que disponibiliza diversas publicações científicas de alta relevância para atividades de ensino e pesquisa.

9.3 Equipamentos e Laboratórios

O *Campus* possui 13 (treze) laboratórios estruturados e distribuídos entre os blocos 4 e 5. A Tabela 2 a seguir mostra a infraestrutura dos blocos concluídos e estruturados. Estes blocos atendem, diretamente ou indiretamente, o Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura.

Para a educação a distância, será priorizada a utilização dos laboratórios de informática e biblioteca, entre outros.

Tabela 2: Infraestrutura atualizada do *Campus* Restinga, destacadas as que serão utilizadas pelo curso:

Infraestrutura	Bloco (s)	Infraestrutura que será utilizada pelo Curso
14 (quatorze) Salas de aulas	3 e 5	X
1 (uma) Sala dos Bolsistas	3	X
1 (uma) sala do Diretório Acadêmico	2	
Laboratório de Arquitetura de Computadores e Redes	4	
Laboratório de Eletrônica de Potência	4	
Laboratório de Eletricidade Básica	4	
Laboratório de Controle e Instrumentação	4	
Laboratório de Tecnologia Assistiva e Oficina	4	X
Laboratório de Eletrônica Digital e Microprocessadores	4	
Laboratório de Informática 1	4	X
Laboratório de Informática 2	4	X
Laboratório de Informática 3	4	X
Laboratório de Informática 4	4	X
Sala de Desenho Técnico/Artes	5	
Sala de Artes	5	
Laboratório de Idiomas	5	X

Laboratório de Ciências	5	
Laboratório de Ciências Humanas	5	
Laboratório de Empreendedorismo	5	
Laboratório de Jogos e de Dinâmica em Grupos	5	
Biblioteca	2	X
Sala de Estudos	2	X
16 (dezesesseis) Salas Administrativas	4 e 5	X
Quadra Poliesportiva	Externa	

10 CASOS OMISSOS

Os casos não previstos pelas Normas Regimentais são resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária do Colegiado do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, juntamente com a Direção de Ensino e a Coordenação do Curso. Possíveis alterações neste plano devem ser propostas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura e aprovadas nas instâncias definidas pelo IFRS.

11 REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 1980.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. *Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 327833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abril 2004.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 1999. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 17 jan. 2002.
- BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Diário Oficial da União*: seção 1e, Brasília, DF, p. 50, 04 set. 2001.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 2/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 9, 4 mar. 2002.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 002/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 2 jul. 2015.
- BRASIL. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível

em:https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. *Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais*. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 004/2024. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, pp. 26-29, 12 mar. 2024.

BRITTO, L. P. L. *A Redação: essa cadela*. Leitura: teoria e prática, v. 9, n. 15, jun. 1990, p.17-21.

CAMUS, Albert. *O mito de sísifo: ensaio sobre o absurdo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1965. Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 03 de abril de 2001a.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CRUZ, Edilson da Silva; SOUZA, Denise Trento Rebello. Formação de Professores de Espanhol e a Descapitalização Simbólica da Universidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/187162> Acesso em: 12 fev. 2024.

CUSTÓDIO, Aline. #Ficaespanhol: movimento ganha força no RS após lei alterar ensino de idiomas nas escolas. *GZH*, Porto Alegre, 19 jul. 2018. *Educação e Trabalho*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/07/ficaespanhol-movimento-ganha-forca-no-rs-apos-lei-alterar-ensino-de-idiommas-nas-escolas-cjirupy1r00wo01o4m019hmsd.html>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DIEESE. *Censo Escolar Rede Estadual do Rio Grande do Sul Ano Base 2023*. Porto Alegre: DIEESE, 2024. Disponível em: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Release-Censo-Escolar-2023-RS_CPERs.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

EVANGELISTA, A. A. M. et al. *Professor-leitor, aluno-autor: reflexões sobre a avaliação do texto escolar*. Cadernos CEALE, v. 3, n. 2, Belo Horizonte, out.1998.

FARACO, C.A.; TEZZA, C. *Oficina de Texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FÁVERO, Leonor L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 23a edição. São Paulo: Cortez, 1989. Literaturas de Língua Portuguesa I

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, G. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 636–652, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44442>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44442>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 100, p. 33–46, 2014. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GONZÁLEZ, Maria Vicenta. *El portafolio del profesor de español: una herramienta del formación*. Universitat de Barcelona, 2007

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Resolução CONSUP/IFRS nº 01, de 23 de janeiro de 2024*. Organização Didática do IFRS. Bento Gonçalves, RS, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Resolução CONSUP/IFRS nº 109, de 20 de dezembro de 2011*. Projeto Pedagógico do IFRS. Bento Gonçalves, RS, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *RESOLUÇÃO CONSUP Nº 053/2022*. Regulamenta as diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/RESOLUCAO_CONSUP_53_2022_Anexo.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. *Instrução Normativa nº 07, de 04 de Setembro de 2020*. Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/IN-PEI-21.12_Publicada_em_271218.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. *Instrução Normativa nº 08, de 05 de Novembro de 2020*. Regulamenta

os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/IN-PEI-Indígena.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Cortez, 2022.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: contexto, 2006.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUCKESI, Ciipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. do S. L. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

PIO, Camila Aparecida; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A educação integral no mais educação: uma análise do programa Educação. *Revista do Centro de Educação*, vol. 40, n. 1, 2015, pp. 241-253. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117132892018.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, [online]. 2000, n.13, pp.05-24. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fonte, 1982.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. *Educação e Sociedade*, Campinas, Brasil, vol. 29 n.103, p. 535-554, 2008. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade/103-v29-maioago-2008-dossie-experiencias-educativas-e-construcao-de>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ANEXOS

Anexo A - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso;

Anexo B - Regulamento do Estágio Curricular;

Anexo C - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante;

Anexo D - Regulamento do Colegiado de Curso;

Anexo E - Regulamento do Laboratório de idiomas;

Anexo F - Regulamento do Laboratório de Informática.

ANEXO A - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DO CURSO EM LETRAS: PORTUGUÊS E ESPANHOL - LICENCIATURA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento componente curricular o processo de elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus Restinga*.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se componente curricular obrigatório e está estruturado em duas etapas - Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II -, desenvolvido, respectivamente, nos sétimo e oitavo semestres para a obtenção do título de Licenciado(a) em Letras: português e espanhol.

Art. 3º Poderá se matricular no componente curricular de Metodologia de pesquisa e TCC I o(a) estudante que tiver integralizado, com aprovação, os pré-requisitos previstos na matriz curricular do curso.

Art. 4º Poderá se matricular no componente curricular de Metodologia de pesquisa e TCC II o(a) estudante que tiver integralizado, com aprovação, o componente curricular de Metodologia de pesquisa e TCC I.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo propiciar aos(às) estudantes o aprofundamento teórico acerca do tema pesquisado, bem como o estímulo à

produção científica, à consulta de bibliografia especializada e ao aprimoramento da capacidade de interpretação crítica de sua área de atuação.

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso será constituído na forma de um trabalho monográfico, tendo entre 26 e 50 laudas, ou na forma de um artigo científico, tendo entre 10 e 25 laudas, excetuando-se, em ambos os casos, os anexos, cabendo ao(à) estudante e a seu(sua) orientador(a) optar por um dos formatos.

Art. 7º O Trabalho de Conclusão de Curso deve ter as seguintes características:

- I. Ser de autoria do(a) acadêmico(a) que o apresenta;
- II. Versar sobre tema da área de conhecimento a que pertence o curso;
- III. Ser original, ou seja, não ter sido apresentado ou publicado em sua integralidade, ou parcialmente, em nenhuma outra oportunidade;
- IV. Ser produzido dentro das normas da ABNT vigentes, ou outras que venham lhe substituir.
- V. Ser produzido em língua portuguesa ou língua espanhola.

Parágrafo único: O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser adequado às especificidades de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas de acordo com o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Art. 8º O(A) estudante somente será orientado(a) por um(a) docente se estiver devidamente matriculado(a) nos componentes curriculares de Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II.

Art. 9º O(A) estudante deverá encaminhar ao(à) docente do componente curricular de Metodologia de pesquisa e TCC I a solicitação de designação de orientação até a 5ª (quinta) semana de aula do componente curricular via formulário (Anexo I), em que será informado o resumo do projeto contendo tema, questão norteadora e justificativa, área de conhecimento e uma sugestão de orientador(a).

§ 1º A definição do(a) orientador(a) será determinada pelo Colegiado do Curso até a 7ª (sétima) semana de aula do componente curricular, em reunião própria na qual serão analisadas a disponibilidade do(a) orientador(a) sugerido(a), a adequação da formação docente para atender às demandas da pesquisa e outros critérios relevantes.

§ 2º O(A) estudante, juntamente com o(a) orientador(a), poderá sugerir, caso julgue necessário, um(a) docente para atuar como coorientador(a);

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10 O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido nos componentes curriculares Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II, ofertados nos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) semestres.

Art. 11 Os componentes curriculares Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II objetivam auxiliar o(a) estudante nas questões formais da elaboração de seu trabalho, apoiá-lo(a) com a infraestrutura necessária para desenvolvimento de seu projeto e da apresentação de defesa pública.

Art. 12 Os componentes curriculares Metodologia de pesquisa e TCC I e Metodologia de pesquisa e TCC II tem carga horária de 66 e 33 horas relógio respectivamente, organizadas da seguinte forma:

- I. Aulas com docente do componente curricular em horário definido;
- II. Encontros com o (a) orientador(a) do trabalho de conclusão de curso em horário a combinar.

Parágrafo único: A frequência do(a) estudante no componente curricular de Metodologia de pesquisa e TCC I será comprovada a partir da aferição da presença nas aulas, com carga horária de 33 (trinta e três) horas relógio, via sistema acadêmico, e das orientações individuais, com carga horária de 33 (trinta e três) horas relógio com o(a) professor(a) orientador(a), por meio dos registros do Anexo II, que deverá ser entregue pelo(a) professor(a) orientador(a), ao final de cada mês, ao(à) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I para inclusão no sistema acadêmico de frequência;

Art. 13 O(A) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I será responsável por:

- I. Ministras as aulas para instrumentalizar o estudante para a consecução de projetos de pesquisa científica, abordando métodos de pesquisa e tipologia textual.
- II. Auxiliar na elaboração do resumo do projeto de pesquisa, da questão norteadora e justificativa.
- III. Encaminhar os formulários de solicitação de docente orientador(a) ao Colegiado do Curso;

IV. Aferir a frequência semanal do(a) estudante no componente curricular;

V. Realizar o registro de notas e frequência no sistema acadêmico vigente.

Art. 14 O(A) orientador(a) do TCC durante o desenvolvimento do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I será responsável por:

I. Auxiliar na delimitação do objeto de pesquisa, indicação de referencial teórico-metodológico, organização do cronograma de atividades para elaboração do projeto de pesquisa do TCC;

II. Supervisionar a escrita do projeto de pesquisa e sugerir adequações quando necessário;

III. Acompanhar a frequência do(a) estudante aos encontros de orientação e comunicá-la ao(à) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I para registro no sistema acadêmico.

Art. 15 Os(As) docentes do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC II serão responsáveis por:

I. Estabelecer um cronograma seus(suas) orientandos(as), prevendo datas para a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso, a Sessão Pública de Defesa de TCC e a realização das alterações sugeridas pela banca examinadora, em consonância com o calendário acadêmico;

II. Auxiliar o(a) estudante na organização do cronograma de execução de seu projeto;

III. Orientar sobre a estrutura formal do artigo ou da monografia;

IV. Instruir sobre as normas de formatação do texto;

V. Auxiliar na preparação da apresentação para a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso;

VI. Participar na Sessão Pública de Defesa de TCC;

VII. Supervisionar a escrita da versão final do TCC a partir das sugestões de adequações apresentadas pela banca examinadora;

VIII. Encaminhar a nota final dos(as) estudantes para o(a) docente responsável pela inclusão dos dados no sistema acadêmico;

IX. Realizar a coleta da assinatura do Termo de Autorização para disponibilização do TCC na Biblioteca do IFRS (Anexo V) após entrega da versão final;

X. Encaminhar à coordenação do curso o Termo de Autorização assinado e a versão final para publicação.

§ 1º No início do semestre letivo, os(as) docentes orientadores(as) definirão um(a) professor(a) responsável pela inclusão dos dados de frequência, conteúdos trabalhados e nota no sistema acadêmico.

§ 2º Cabe à coordenação do curso o encaminhamento do(s) Termo(s) de Autorização assinado(s) e da(s) versão(ões) final(is) do(s) TCC(s) para publicação pela Biblioteca.

Art. 16 O(A) estudante que não entregar a versão final do TCC e não realizar a apresentação em Sessão Pública de Defesa será considerado(a) REPROVADO(A) no componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC II.

Art. 17 Caso o(a) estudante não alcance nota mínima de aprovação no TCC, o(a) mesmo(a) será reorientado(a) com fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeterá novamente o trabalho à aprovação da banca examinadora, em nova sessão de defesa pública.

CAPÍTULO III DA ORIENTAÇÃO

Art. 18 O(A) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser um(a) docente do IFRS *Campus* Restinga, atuante no Curso Superior em Letras: português e espanhol - licenciatura.

Art. 19 Para coorientação poderão ser convidados(as) docentes de diferentes áreas do saber que atuam no IFRS ou em outras instituições de ensino.

Art. 20 Cada docente poderá orientar até 5 (cinco) estudantes concomitantemente.

Art. 21 Para cada orientando(a), o(a) orientador(a) contará uma hora relógio em seu Plano Individual de Trabalho, conforme Regulamentações do IFRS.

Parágrafo único: Quando o(a) coorientador(a) for docente do IFRS *Campus* Restinga, este poderá computar meia hora para cada orientando(a), em seu Plano Individual de Trabalho. No caso de docentes de outras instituições, o comprovante de coorientação será a Ata de Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo IV).

Art. 22 O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso transcorre sob a supervisão do(a) orientador(a), tendo o(a) estudante a responsabilidade da consecução do trabalho proposto.

§ 1º O(A) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I não será responsável pelo desenvolvimento do projeto, sendo este de responsabilidade do(a) estudante em conjunto com seu(sua) orientador(a).

§ 2º Caso o(a) orientador(a) entenda que o Trabalho de Conclusão de Curso não esteja adequadamente organizado para a Sessão Pública de Defesa, cabe ao(à) mesmo(a) decidir sobre sua apresentação ou não.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 23 O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma produção acadêmica que expresse as capacidades, as competências e as habilidades desenvolvidas ao longo do curso e os conhecimentos adquiridos pelo(a) estudante.

Art. 24 O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser realizado individualmente, sob a orientação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do(a) orientador(a).

Art. 25 As etapas de planejamento, acompanhamento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso constituem-se pelos seguintes itens:

- I. Elaboração de um Plano de Atividades, aprovado(a) pelo(a) orientador(a);
- II. Reuniões periódicas do(a) estudante com o(a) orientador(a), que deverão ser registradas no Anexo II;
- III. Elaboração de uma monografia ou artigo;
- IV. Avaliação e Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso perante uma Banca Examinadora.

Art. 26 O(A) orientador(a) e o(a) estudante são responsáveis por fazer o encaminhamento do trabalho diretamente aos membros da Banca Examinadora.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ESTUDANTE

Art. 27 O(A) estudante em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem as seguintes atribuições:

- I. Produzir um trabalho autoral;

- II. Apresentar, na forma oral e escrita, o Trabalho de Conclusão de Curso em Sessão Pública de Defesa;
- III. Frequentar, assiduamente, as orientações, respeitando prazos e tarefas estipuladas pelo(a) orientador(a);
- IV. Elaborar a versão final relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com o presente Regulamento, seguindo as indicações do(a) orientador(a) e da Banca Examinadora;
- V. Realizar a revisão gramatical e ortográfica do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Cumprir as datas de entrega dos trabalhos, conforme o cronograma previamente definido pelo(a) docente dos componentes curriculares;
- VII. Comparecer no dia, hora e local determinados, para a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso perante a Banca Examinadora;
- VIII. Realizar as correções sugeridas pela Banca Examinadora no Trabalho de Conclusão de Curso, sob anuência do(a) orientador(a);
- IX. Validar a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso junto ao(à) orientador(a);
- X. Entregar a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;
- XI. Arcar com quaisquer despesas geradas durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ORIENTADOR(A)

Art. 28 O(A) orientador(a) deverá:

- I. Reunir-se periodicamente com os(as) seus orientandos e manter em dia os registros desses encontros, conforme Anexo II;
- II. Elaborar plano de atividades com o(a) estudante;
- III. Orientar os(as) estudantes em todas as etapas relativas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV. Sugerir referencial teórico para a realização dos estudos investigativos de seus orientandos;
- V. Avaliar todas as etapas do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, propondo intervenções sobre o conteúdo, normas técnicas de apresentação e redação do texto;

- VI. Autorizar a Sessão Pública de Defesa da monografia ou artigo;
- VII. Orientar o(a) estudante, após apresentação pública, sobre as possíveis alterações no texto final sugeridas pela banca examinadora;
- VIII. Validar a versão final corrigida, autorizando sua entrega;
- IX. Entregar ao(à) docente do componente curricular a Ficha de Acompanhamento de Orientação (Anexo II);
- X. Encaminhar à coordenação do curso o Termo de Autorização assinado e a versão final para publicação.
- XI. Cumprir e fazer cumprir-se este Regulamento.

Art. 29 Cabe ao(à) orientador(a) convidar os(as) docentes para formar a Banca Examinadora e agendar a data e horário para a Sessão Pública de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 30 O(A) orientador(a) é responsável pelo agendamento da sala e equipamentos necessários para a defesa.

CAPÍTULO VI DA BANCA EXAMINADORA

Art. 31 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será composta por uma Banca de Avaliação em Sessão Pública de Defesa, que será organizada sob a responsabilidade do(a) orientador(a) do(a) estudante.

Art. 32 A Banca Examinadora da Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso será composta por três integrantes, sendo um deles o(a) orientador(a) e os demais membros indicados pelo(a) orientador(a).

Parágrafo único: Além dos(as) professores(as) do *Campus* Restinga, poderão compor a banca profissionais externos, com nível superior e experiência comprovada na área do Curso, contanto que não acarrete despesas para a instituição.

CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 33 A Sessão Pública de Defesa será composta: pela apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) estudante em até 20 minutos, seguida pela análise e

arguição dos examinadores em até 20 minutos para cada um e pela resposta do(a) estudante a cada examinador em até 10 minutos.

Art. 34 Após a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, cada integrante da Banca Examinadora emitirá sua nota na Ficha Individual de Avaliação do TCC, com pontuação entre 0 (zero) e 10 (dez), conforme Anexo III.

Parágrafo Primeiro: A nota final do(a) estudante será a média aritmética simples das notas dos membros da Banca Examinadora.

Art. 35 Será considerado APROVADO(A) o(a) estudante que obtiver nota final igual ou superior a 7 (sete), observando o estipulado no Art. 31.

Art. 36 A Banca Examinadora poderá requerer alterações a serem efetivadas no Trabalho de Conclusão de Curso, condicionando a aprovação do(a) estudante.

Parágrafo Único: A divulgação da nota final será condicionada à realização destas alterações.

Art. 37 O(A) estudante deverá entregar ao(à) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC II a versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso, em formato digital, padrão PDF, via email institucional ou *pen drive*, no prazo estipulado.

§ 1º No caso de a Banca Examinadora ter requerido alterações, a nova versão deverá ser encaminhada pelo(a) professor(a) orientador(a), atestando a realização satisfatória das alterações.

§ 2º Caso a versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso não seja entregue no prazo estipulado, o(a) estudante será considerado REPROVADO no componente curricular.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 As solicitações por parte do(a) estudante para troca de projeto serão avaliadas pelo(a) orientador(a), pelo(a) docente titular do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I e pela Coordenação do Curso.

Art. 39 As solicitações de troca de orientação devem ser solicitadas e justificadas ao(à) docente do componente curricular Metodologia de pesquisa e TCC I e à Coordenação do Curso, que avaliarão cada caso.

Art. 40 O Colegiado do Curso resolverá os casos omissos nestas normas.

ANEXOS

- I. Ficha de proposta de Trabalho de Conclusão de Curso e sugestão de orientação
- II. Ficha de acompanhamento de orientação
- III. Ficha de avaliação do TCC
- IV. Ata de Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso
- V. Termo de Autorização para publicação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

ANEXO I
Ficha de proposta de Trabalho de Conclusão de Curso
e sugestão de orientação

Nome do(a) estudante:

Matrícula:

E-mail:

Sugestões de orientador(a):

Sugestão de coorientador(a) (opcional):

Tema de pesquisa:
Questão norteadora:
Justificativa:

Porto Alegre, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) estudante



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO II
Ficha de acompanhamento de orientação

Nome do(a) estudante:

Matrícula:

Orientador:

Coorientador (opcional):

Data	Atividade	Rubrica estudante	Rubrica orientador(a)

Assinatura do(a) estudante

Assinatura do(a) orientador(a)



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO III
Ficha de avaliação do TCC

Nome do(a) Estudante:

Orientador(a):

Coorientador(a) (opcional):

Título do trabalho:

Atributos de pontuação	Nota do TCC (de 0 a 7)	Atributos de pontuação	Nota da defesa (de 0 a 3)
A) Relevância do trabalho (0-2)		A) Organização lógica da defesa (0-1)	
B) Metodologia de pesquisa (0-2)		B) Uso adequado do tempo (0-1)	
C) Adequação textual (0-2)		C) Adequação linguística (0-1)	
D) Respeito às normas técnicas (0-1)			
Soma das notas A a D		Soma das notas A a C	

Nota Final: _____

Comentários adicionais: _____

A Monografia ou Artigo Científico de TCC necessita de adequações para aprovação da versão final: SIM () NÃO ()

NOME DO(A) AVALIADOR(A): _____

ASSINATURA DO(A) AVALIADOR(A): _____

Porto Alegre, ____ de _____ de ____.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO IV

Ata nº ____ / 20 ____

Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras: português e espanhol

Na data de ____ / ____ / _____, às _____ horas, na sala _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS *Campus Restinga*, reuniu-se a Banca Examinadora para a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado _____, que foi apresentando em sessão pública pelo(a) estudante _____. Após arguição nos termos regimentais, a Banca Examinadora procedeu a avaliação, considerando o trabalho () Aprovado, () Aprovado com restrições () Reprovado e atribuiu nota _____. E, por ser expressão da verdade, lavra-se a presente ata, que será lida e assinada pelos membros da Banca Examinadora.

 Avaliador(a) 1 - Nome e Instituição

 Avaliador(a) 2: Nome e Instituição

 Orientador(a): Nome e Instituição

 Coorientador(a): Nome e Instituição

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

ANEXO V
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA

1. Identificação do autor e do documento Nome completo:	
RG:	CPF:
E-mail:	Telefone:
Curso:	Campus:
Tipo de trabalho: () Relatório de Estágio () TCC () Dissertação () Tese () Outros. Especifique:	
Nome do(a) orientador(a):	Data da apresentação ____/____/____.
Título do documento:	
2. Restrições (período de embargo): () sim () não Em caso afirmativo, informe a data de liberação: ____/____/____ (no máximo até dois anos após a data da apresentação) Justificativa: _____	
3. Autorização para disponibilização no Repositório Digital / Biblioteca Digital do IFRS. () Autorizo o IFRS a depositar e disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento supracitado, de minha autoria, no Repositório Digital / Biblioteca Digital para fins de leitura e/ou impressão pela Internet. () Não autorizo o IFRS a depositar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento supracitado, de minha autoria, no Repositório Digital / Biblioteca Digital.	
_____, ____/____/____	
_____ Assinatura do(a) autor(a) ou de seu(sua) representante legal	

Assinatura do(a) orientador(a)

ANEXO B - Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO EM LETRAS: PORTUGUÊS E ESPANHOL - LICENCIATURA

Normatiza a realização dos estágios supervisionados previstos na Matriz Curricular do Curso em Letras: português e espanhol - Licenciatura do Campus Restinga.

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E LEGAIS

Art. 1º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado são parte integrante e obrigatória do curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus Restinga*.

Art. 2º Essas atividades são regidas por legislação específica, compreendidos os seguintes documentos:

I – Lei nº 11.788/2008

II- Resolução CNE/CP nº 04/2024

Capítulo II DA FINALIDADE

Art. 3º Os Estágios Curriculares Supervisionados têm por objetivo possibilitar aos(às) estudantes um conhecimento real em situação e ambiente de trabalho, buscando

desenvolver, demonstrar e consolidar competências e habilidades necessárias à prática profissional relacionadas ao trabalho escolar em seus aspectos organizativos, relacionais e pedagógicos. Deve ser planejado, desenvolvido, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares das instituições em que o estágio ocorrerá.

Art. 4º Os Estágios Curriculares Supervisionados, com observação e docência, deverão ser desenvolvidos em instituições de ensino a partir do terceiro semestre letivo do(a) licenciando(a).

Parágrafo único: Exige-se, para realizar o Estágio Curricular Supervisionado, que o(a) licenciando(a) tenha cumprido os componentes curriculares que são requisitos e estão mencionados no Projeto Pedagógico do Curso – PPC vigente.

Art. 5º As atividades decorrentes dos Estágios compreendem:

I - O desenvolvimento das competências específicas da dimensão da prática profissional e suas respectivas habilidades de acordo com a BNC-Formação.

II - O planejamento, a organização e a avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem, de acordo com a realidade e com as necessidades socioculturais e pedagógicas de uma turma de Educação Básica ou de espaços educativos, bem como o desenvolvimento de projeto de docência, sob supervisão de docente regente, envolvendo todas as atividades e as atribuições específicas da função;

III - O envolvimento do(a) licenciando(a) em situação real de trabalho e aprofundamento do saber e da análise crítico-reflexiva sobre a realidade do ensino.

Parágrafo único: As atividades de estágio não constituem vínculo empregatício.

Art. 6º As atividades de Estágio devem ser desenvolvidas em instituições de ensino formais.

Capítulo III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Denomina-se orientador(a) de Estágio o(a) docente do IFRS – *Campus* Restinga que irá orientar e auxiliar o(a) estudante-estagiário quanto ao seu programa de estágio, ao seu planejamento, assessoramento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da prática no Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 8º São atribuições dos(as) orientadores(as) de Estágio:

I – Auxiliar na elaboração do plano de ensino e do cronograma de atividades a serem realizadas pelos(as) estudantes nas dependências do *Campus* e nas instituições de ensino onde o estágio se desenvolverá;

II – Detalhar, no Plano de Ensino de Estágio Curricular Supervisionado, os conteúdos do componente curricular, os critérios de avaliação, a proposta de trabalho, a dinâmica e as atividades, atendendo aos propósitos específicos, às necessidades do acadêmico e às orientações contidas neste Regulamento;

III – Realizar encontros de orientação para elaboração, organização e aplicação/execução de planos, projetos, recursos didáticos, instrumentos para coleta de dados e avaliação de atividades dos Estágios, de acordo com o cronograma das aulas no *Campus*.

IV – Proporcionar momentos de reflexão-ação-reflexão, individuais e/ou coletivos, sobre as atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado, estimulando a formação de docentes reflexivos, pesquisadores e autocríticos;

V – Indicar ao(à) estudante-estagiário as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para o aprimoramento da prática pedagógica e a busca de solução para as dificuldades encontradas;

VI – Orientar o(a) estudante-estagiário na composição do portfólio do conjunto de estágios;

VII – Realizar visitas para supervisionar a prática do(a) estudante-estagiário nas instituições de ensino concedentes, acompanhando a realização do estágio;

VIII – Avaliar o portfólio de práticas a partir dos critérios pré-estabelecidos;

IX – Avaliar o desempenho do acadêmico a partir das habilidades desenvolvidas em consonância com a BNC-Formação.

Art. 9º Denomina-se Docente Supervisor(a) os(as) docentes do componente curricular da instituição de ensino em que se efetivará o Estágio Curricular Supervisionado. Esse profissional da educação deverá ser graduado(a) na mesma área do(a) estudante-estagiário e estar habilitado(a) a atuar no mesmo campo acadêmico-científico do respectivo curso do(a) estudante.

Art. 10 Compete ao(à) Docente Supervisor(a) :

I – Apoiar e supervisionar o(a) estagiário no local de Estágio;

II – Visar os planos de aula autorizados pelo(a) orientador(a) e acompanhar sua execução;

III – Orientar o(a) estagiário em relação à sua participação nas atividades da instituição campo de Estágio;

IV – Datar e assinar a Ficha de Acompanhamento em todas as atividades desenvolvidas no campo de Estágio;

V – Realizar a avaliação do(a) estagiário(a) de acordo com os critérios definidos pelo IFRS *Campus Restinga*.

Art. 11 Denomina-se Estudante-Estagiário(a) aquele(a) que curse Letras: português e espanhol - licenciatura e esteja regularmente matriculado(a) no componente curricular Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa, Introdução ao Estágio em Língua Espanhola, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II, Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I ou Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II, consolidando sua formação e a articulação entre a teoria e a prática.

Art. 12 Compete ao(à) Estudante-Estagiário(a):

I – Escolher, com a anuência do(a) Docente-Orientador(a) e do(a) coordenador(a) do curso, a instituição concedente onde realizará o Estágio;

II - Providenciar a documentação exigida pelo *Campus Restinga* e pela escola-campo;

III – Realizar a observação da instituição de ensino e manter diário de campo analítico-reflexivo das observações;

IV – Analisar o plano de ensino do componente curricular ministrado pelo(a) Docente Supervisor(a) em que o(a) estudante-estagiário(a) desenvolverá suas atividades;

V – Elaborar projeto de docência e planos de aula;

VI – Apresentar ao(à) Docente-Orientador(a) cronograma dos horários a serem cumpridos ao longo do Estágio;

VII - Manter registro das atividades desenvolvidas na Ficha de Acompanhamento;

VIII – Apresentar ao(à) Docente-Supervisor no campo de Estágio o projeto de docência devidamente autorizado pelo(a) Docente-Orientador(a) do Estágio do IFRS – *Campus Restinga* antes de executá-lo;

IX– Informar, com antecedência, ao(à) Docente-Orientador(a) do Estágio e à instituição concedente de Estágio a eventual mudança de data de atividade prevista no cronograma apresentado;

X – Atender às solicitações de caráter acadêmico e respeitar as especificidades da instituição concedente na qual fará o estágio;

XI – Ser assíduo(a) e pontual, apresentando-se de forma adequada ao ambiente escolar;

XII – Cumprir a carga horária e as demais exigências determinadas neste Regulamento;

XIII – Relatar a experiência de docência em seminário final;

XIII – Compor o portfólio com as atividades do Estágio desenvolvido: escrita reflexiva-analítica sobre as observações, projeto de docência, planos de aula com materiais aplicados e relato de docência.

Art. 13 As atividades a serem cumpridas pelo(a) estudante-estagiário(a) deverão ser programadas de modo a compatibilizar seu horário acadêmico com o horário disponibilizado pela instituição onde ocorrer o estágio.

Art. 14 O(A) estudante-estagiário(a), para ter validadas as horas de estágio realizadas no semestre, deverá matricular-se formalmente no componente curricular Estágio Supervisionado ou validar suas horas de participação em programas institucionais de iniciação à docência.

I - A validação da participação nas atividades de programas institucionais de iniciação à docência dar-se-á por módulos e estará condicionada à equivalência entre níveis de ensino: as práticas em ensino fundamental e em ensino médio poderão substituir os estágios que correspondam a essas etapas escolares.

II - O(A) estudante-estagiário(a) poderá pedir validação das suas horas de participação nas atividades de programas institucionais de iniciação à docência somente após a finalização de sua atuação nos módulos.

Capítulo IV

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 15 O Estágio Curricular Supervisionado, desde que autorizado pela instância competente, deve ser desenvolvido em instituições formais de ensino.

Art. 16 A escolha da instituição onde o(a) acadêmico(a) irá realizar o Estágio Curricular Supervisionado cabe a si próprio(a).

Parágrafo único: Cabe ao(à) Docente-Orientador(a) do componente curricular avaliar a viabilidade de acompanhar a realização do Estágio na instituição escolhida pelo acadêmico.

Art. 17 O(A) estudante-estagiário deve entregar à escola escolhida documento de apresentação fornecido pelo(a) Docente-Orientador(a).

Capítulo V

DO DESENVOLVIMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 18 O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá concomitantemente ao cumprimento dos componentes curriculares do semestre, obedecendo aos requisitos do Parágrafo único do Art. 4º.

Art. 19 O Estágio Curricular Supervisionado terá carga horária efetiva de 400 (quatrocentas) horas, distribuídas nos seis estágios curriculares supervisionados. As atividades relativas à prática de estágio em si consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na construção de um portfólio de prática, na aprendizagem dos(as) educandos(as) e nas devolutivas dadas pelo(a) docente. Essas ações serão realizadas da seguinte forma:

§1º Introdução ao Estágio em Língua Portuguesa:

I – Observações de aula em turma do ensino fundamental II e/ou ensino médio - 10h.

§2º Introdução ao Estágio em Língua Espanhola:

I – Observações de aula em turma do ensino fundamental II e/ou ensino médio - 10h.

§3º Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I:

I – Observações de aula em turma do ensino fundamental - 15h;

II – Planejamento de projeto a ser aprovado pelo(a) Docente-Orientador(a) e pelo(a) Docente-Supervisor(a) - 30h;

III – Docência na turma em que as observações foram realizadas - 30h;

IV – Composição do portfólio de práticas - 20h.

§4º Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II:

I – Observações de aula em turma do ensino médio - 10h;

II – Planejamento de projeto a ser aprovado pelo(a) Docente-Orientador(a) e pelo(a) Docente-Supervisor(a) - 40h;

III – Docência na turma em que as observações foram realizadas - 20h;

IV – Composição do portfólio de práticas - 25h.

§5º Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I:

I – Observações de aula em turma do ensino fundamental - 10h;

II – Planejamento de projeto a ser aprovado pelo(a) Docente-Orientador(a) e pelo(a) Docente-Supervisor(a) - 40h;

III – Docência na turma em que as observações foram realizadas - 15h;

IV – Composição do portfólio de práticas - 30h.

§6º Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II:

I – Observações de aula em turma do ensino médio - 10h;

II – Planejamento de projeto a ser aprovado pelo(a) Docente-Orientador(a) e pelo(a) Docente-Supervisor(a) - 40h;

III – Docência na turma em que as observações foram realizadas - 15h;

IV - Composição do portfólio de práticas 30h.

Parágrafo único: Os estágios poderão ser realizados em no máximo duas turmas concomitantemente.

Art. 20 Estudantes com Plano de Estudos Individualizados, acompanhados pela instituição, poderão ter a distribuição da carga horária dos estágios adaptada de acordo com suas necessidades de aprendizagem, sendo devidamente registrada e justificada no seu plano individual semestral.

Art. 21 O(A) estudante-estagiário(a) deverá desempenhar suas atividades numa perspectiva de reflexão na ação e sobre a ação, de modo a formar-se como um(a) docente reflexivo que pautar sua prática em dimensões ética, política e estética, de forma crítica, contextualizada, interdisciplinar e transformadora.

Parágrafo único: Para que o conhecimento da prática profissional se dê da forma descrita, o acompanhamento do(a) estudante-estagiário(a) pelo(a) orientador(a) de Estágio acontecerá individualmente, a partir de sua orientação e do acompanhamento dos registros de sua atividade docente.

Art. 22 Constituem ações previstas para os Estágios Curriculares Supervisionados:

I – Observação crítica de diferentes tipos de escola, ou estabelecimentos não escolares, inclusive na relação com a cultura dos diferentes grupos de estudantes;

II – Avaliação das respectivas práticas pedagógicas, dos serviços e das relações internas do trabalho, bem como as formas de interação com a comunidade;

III – Identificação de desafios no processo de ensino e de aprendizagem existentes na instituição escolar e de possibilidades para tais pontos diagnosticados mediante elaboração de projetos de ensino;

IV – Reflexão sobre temas e estratégias do ensino, tais como seleção de conteúdos, procedimentos de ensino, processos de aprendizagem, formas de interação, habilidades de manejo de turma e avaliação de ensino, que permitam a produção de materiais e recursos para utilização didática;

V - Composição de portfólio que integre os conhecimentos e reflexões desenvolvidos ao longo dos Estágios.

Art. 23 A avaliação compreende, de um modo global, a frequência, o desenvolvimento de atividades no *Campus* e na escola campo.

§ 1º Para a composição da avaliação dos 6 (seis) estágios que compõem o curso, será levada em conta a evolução do(a) educando(a) durante o semestre, amparada na análise dos planejamentos, na participação dos encontros semanais de orientação, na apresentação no seminário de práticas e na composição do portfólio.

§ 2º A avaliação do desempenho do(a) estudante-estagiário(a) será realizada pelo(a) orientador(a) do IFRS *Campus* Restinga, considerando também as observações do(a) docente-supervisor(a) feita na Ficha de Acompanhamento do(a) estudante-estagiário(a). O(A) orientador(a) deverá manifestar-se em relação à aprovação ou reprovação do(a) estudante-estagiário(a).

§ 3º A frequência mínima exigida ao(à) estudante-estagiário(a) para o desenvolvimento das atividades de orientação é de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 4º A frequência exigida ao(à) estudante-estagiário(a) para o desenvolvimento das atividades na sua dimensão prática deve ser de 100% (cem por cento). Faltas justificadas ou casos excepcionais deverão ser avaliados pelo(a) docente-orientador(a) dos estágios para fins de planejamento de recuperação de carga horária e pelo Colegiado. Na impossibilidade de recuperação da carga horária, o estágio será cancelado.

§ 5º O portfólio que o(a) estudante-estagiário(a) deve entregar ao final de cada Estágio Supervisionado deve apresentar os seguintes elementos:

- I - registro e sistematização da realidade da comunidade escolar no campo de estágio;
- II - síntese do diário de campo construído ao longo das observações de aula da turma em que ocorrerá o estágio;

III - projeto de docência prevendo um módulo didático composto por planejamento, execução e avaliação do ensino e da aprendizagem;

IV - planos de aula detalhados em conformidade com a carga-horária do estágio;

V - relato de experiência segundo modelo de periódico acadêmico de práticas pedagógicas.

Parágrafo único: Será disponibilizado modelo de portfólio de práticas pelo(a) Docente-Orientador(a).

CAPÍTULO VII

DO ENCAMINHAMENTO PARA O ESTÁGIO E DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Art. 24 O(A) estudante-estagiário(a) deverá assinar um Termo de Compromisso com a instituição de ensino campo de estágio com interveniência obrigatória do IFRS *Campus* Restinga e entregar-lhes o Plano de Atividades.

Art. 25 Para que ocorra a formalização do estágio na unidade concedente, serão necessários os seguintes documentos:

I – Carta de apresentação do(a) estudante-estagiário(a), se solicitada pela Instituição concedente;

II – Termo de Compromisso e Plano de Atividades assinados pelo(a) estudante-estagiário(a), pelo(a) Docente-Orientador(a) e Supervisor(a) de estágio e pelos representantes legais das instituições envolvidas.

Art. 26 O Termo de Compromisso a ser assinado pelo(a) estudante-estagiário(a) deverá conter:

I – Dados de identificação pessoais e da unidade concedente;

II – Atividades a serem desempenhadas pelo(a) estudante-estagiário(a);

III – Turma e série/ano em que o(a) estudante-estagiário(a) atuará;

IV – Data e assinaturas.

Parágrafo único: outros documentos podem ser solicitados de acordo com as especificidades da Escola campo de estágio.

Art. 27 Os(As) estudantes que tenham a possibilidade de desenvolver, em seu trabalho, atividades com aderência ao estágio curricular obrigatório do curso, poderão ser eximidos(as) da necessidade de celebrar novo contrato de estágio, apresentando no lugar o contrato de trabalho ou equivalente.

Parágrafo único: Todos os demais requisitos do estágio, tais como a aprovação do plano de atividades e relatório final por um(a) docente orientador(a) devem ser cumpridos.

CAPÍTULO VIII DO DESLIGAMENTO

Art. 28 O(A) estudante-estagiário(a) será desligado ou desligada do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Se comprovada insuficiência na avaliação de desempenho;

II – A pedido do(a) próprio(a) ou da escola-concedente;

III – Em decorrência do descumprimento, por parte do(a) estudante-estagiário(a) ou da escola campo de estágio, do Termo de Compromisso;

IV – No caso de ele(a) deixar de comparecer às atividades de estágio sem motivo justificado ou não cumprir todas as horas estipuladas;

V - Caso não entregue o projeto de docência e os planos de aula dentro dos prazos pré-estabelecidos.

§ 1º O projeto de docência deverá ser entregue ao(à) Docente-Orientador(a) cinco dias úteis antes do início das práticas docentes.

§ 2º Os planos de aulas deverão ser enviados ao(à) Docente-Orientador(a) cinco dias úteis antes da sua data de aplicação.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 Cabe ao(à) Orientador(a) de Estágio coordenar possíveis alterações e cancelamentos na programação do Estágio Supervisionado para o curso em Letras: português e espanhol - licenciatura do IFRS *Campus* Restinga.

Art. 30 Os casos omissos a este Regulamento serão dirimidos no âmbito do Colegiado do Curso em Letras: português e espanhol - licenciatura, se dentro de sua alçada, ou pelas instâncias superiores da instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO I
CARTA DE APRESENTAÇÃO ESTÁGIOS DE LICENCIATURA

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Senhor(a) Diretor(a) de Escola:

Apresentamos o(a) estudante, nº da matrícula regularmente matriculado(a) no componente curricular Estágio Supervisionado em _____, apólice de seguro contra acidentes pessoais sob nº2022246 SUR/SA e solicitamos permissão para que realize as atividades de observação docência nesta instituição de ensino, no componente curricular de do ensino

Esclarecemos que tais atividades são de caráter obrigatório e deverão totalizar 20 horas/aula de observação e 30 horas/aula de docência, a fim de oportunizar o contato do(a) estudante com o cotidiano escolar, qualificando sua atuação na prática docente.

Atenciosamente,

 Nome do Professor(a) Orientador(a) Nome do Professor(a) Orientador(a)

Orientador(es)as de Estágio em Língua _____

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Campus Restinga

Contato: e-mail dos orientadores(as) de estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

As partes abaixo qualificadas celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e demais disposições aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DADOS DO IFRS CAMPUS RESTINGA

CNPJ: 10.637.926/0008-12	
Endereço: Rua Alberto Hoffmann, 285 Bairro Restinga - Porto Alegre - RS	
Telefone: (51) 3247-8400	E-mail: estagios@restinga.ifrs.edu.br
Representante Legal: Rudinei Müller	Cargo: Diretor-Geral
r(a):	
Telefone:	E-mail:

DADOS DA CONCEDENTE

Razão Social: CNPJ:	Ramo de Atividade:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	Cargo:
Supervisor do Estágio:	
Formação: Licenciatura em Letras Português/Espanhol	
Telefone:	E-mail:

DADOS DO ESTAGIÁRIO

Nome:	Órgão Expedidor:
Carteira de Identidade:	
Data de expedição:	
CPF:	
Data de Nascimento:	
Endereço:	

Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:
Telefone:	Tel. Celular:
E-mail:	
Curso: Letras: português e espanhol - licenciatura	

CLÁUSULA PRIMEIRA: A oportunidade de Estágio obrigatório, objeto deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, configura-se de acordo com as seguintes condições:

Período de estágio:	
Horário de estágio:	
Bolsa auxílio:	
Benefícios:	
Atividades a serem desenvolvidas:	

CLÁUSULA SEGUNDA: A jornada de atividade em estágio deverá compatibilizar-se com o horário acadêmico do(a) estagiário(a) e com o horário da CONCEDENTE.

Parágrafo Único: Nos períodos de férias escolares, a jornada será estabelecida de comum acordo entre o(a) estagiário(a) e a CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: Na vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, o estagiário estará incluído na cobertura do seguro de acidente pessoais, proporcionada pela Apólice nº 2002246, da seguradora SEGUROS SURA S/A, cujo capital segurado é de R\$ 20,000.00.

CLÁUSULA QUARTA: O IFRS *CAMPUS* RESTINGA deverá comprometer-se a:

a) encaminhar mediante solicitação da CONCEDENTE, estudantes de seus cursos que atendam aos requisitos solicitados, tais como área de formação e turno do estágio;

b) celebrar, com cada estudante, este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, zelando por seu cumprimento; reorientando o(a) estagiário(a) para outro local em caso de descumprimento destas normas;

c) gerenciar os CONVÊNIOS e os TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, organizando a documentação relacionada aos estágios, encaminhando aos(às) interessados(as) as vias respectivas e mantendo arquivada uma via no IFRS *CAMPUS* RESTINGA;

d) dispor sobre programação, orientação, supervisão e avaliação dos estágios;

e) indicar um(a) docente orientador(a) da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do(a) estagiário(a);

f) prestar informações acerca da vida acadêmica do(a) estagiário(a).

CLÁUSULA QUINTA: Cabe ao(à) ORIENTADOR(A) de estágio do IFRS *CAMPUS RESTINGA*:

- a) cumprir o papel de orientar o(a) estagiário(a) e avaliar seu aprendizado;
- b) avaliar, quando possível, as instalações da CONCEDENTE e sua adequação à formação cultural e profissional do(a) educando(a);
- c) manter contatos regulares com o(a) SUPERVISOR(A) de estágio da CONCEDENTE;
- d) visitar, quando possível, o(a) estagiário(a) na CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA: A CONCEDENTE deverá comprometer-se a:

- a) solicitar ao IFRS *CAMPUS RESTINGA* a quantidade necessária de estagiários(as) nos cursos de seu interesse;
- b) selecionar e indicar estudantes candidatos(as) à vaga de estágio, podendo adotar critérios e meios para aferir conhecimentos e aptidões;
- c) celebrar, com cada estagiário(a), este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, zelando por seu cumprimento;
- d) indicar funcionário(a) de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário(a), para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários(as) simultaneamente;
- e) oferecer condições para que os(as) estagiários(as) sejam supervisionados por servidores(as) do IFRS *CAMPUS RESTINGA*;
- f) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao(à) educando(a) atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- g) aplicar a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;
- h) efetuar o controle da assiduidade dos(as) estagiários(as);
- i) conceder ao(à) estagiário(a), enquanto perdurar o estágio, a importância mensal, a título de bolsa, conforme o valor estipulado neste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- j) contratar em favor do(a) estagiário(a) seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido neste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- k) autorizar o início do estágio somente após a assinatura, pelas partes envolvidas, deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- l) não alterar as atividades do(a) estagiário(a) sem prévia comunicação e anuência do IFRS *CAMPUS RESTINGA*;
- m) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- n) emitir documentos comprobatórios do estágio.

§ 1º No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata a alínea "j" poderá, alternativamente, ser assumida pelo IFRS *CAMPUS RESTINGA*.

§ 2º É assegurado ao(à) estagiário(a), sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. Este recesso deverá ser remunerado quando o(a) estagiário(a) receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso previstos neste parágrafo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 01 (um) ano.

CLÁUSULA SÉTIMA: Cabe ao(à) SUPERVISOR(A) de estágio da CONCEDENTE:

- a) orientar o(a) estagiário(a) acerca das atividades a serem desenvolvidas;
- b) orientar o(a) estagiário(a) sobre aspectos comportamentais e normas da CONCEDENTE, inclusive no que se refere à postura e vestuário adequados;
- c) acompanhar profissionalmente o(a) estagiário(a), de modo especial no que se refere à verificação da existência de correlação entre as atividades desenvolvidas pelo mesmo e as exigidas pelo IFRS *CAMPUS RESTINGA*;
- d) avaliar o desempenho do(a) estagiário(a);
- e) manter contatos regulares com o(a) ORIENTADOR(A) de estágio do IFRS *CAMPUS RESTINGA*;
- f) estimular a produção de novos conhecimentos, bem como a reflexão crítica quando da análise de situações, visando o aprendizado da atuação profissional do(a) estagiário(a);
- g) comunicar ao IFRS *CAMPUS RESTINGA* sobre a eventual alteração de SUPERVISOR(A) de estágio na CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA: O(A) ESTAGIÁRIO(A) deverá comprometer-se a:

- a) zelar pelo cumprimento deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- b) cumprir com empenho a programação de estágio;
- c) cumprir as normas de trabalho estabelecidas pela CONCEDENTE, com responsabilidade, empenho e atenção, especialmente aquelas que resguardam sigilo às informações a que tenha acesso em decorrência do estágio;
- d) informar quando suas atividades de estágio estiverem em desacordo com as atividades descritas neste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO ou com seu curso de formação;
- e) utilizar os equipamentos de proteção individual e coletiva fornecidos pela CONCEDENTE;
- f) responder por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas da CONCEDENTE ou das constantes do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
- g) ser pontual, assíduo e responsável;
- h) portar-se com urbanidade, respeito e cordialidade;
- i) zelar pelos equipamentos e bens em geral da CONCEDENTE;
- j) racionalizar o uso do material da CONCEDENTE, evitando desperdícios;
- k) procurar elevar sempre o nome do IFRS *CAMPUS RESTINGA*;
- l) procurar os responsáveis pelo seu estágio sempre que necessário.

CLÁUSULA NONA: Este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO poderá ser alterado, ou prorrogado, mediante TERMO ADITIVO; ou rescindido, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DEZ: Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela CONCEDENTE e pelo IFRS *CAMPUS RESTINGA*.

CLÁUSULA ONZE: Fica eleito o foro da Justiça Federal de Porto Alegre/RS como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

CONCEDENTE

DIREÇÃO-GERAL DO IFRS CAMPUS RESTINGA

ESTAGIÁRIO(A)

REPRESENTANTE OU ASSISTENTE LEGAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO III
PLANO DE ATIVIDADES

Este PLANO DE ATIVIDADES DO(A) ESTAGIÁRIO(A) é parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

DADOS DO ESTAGIÁRIO

Nome do(a) Estagiário(a):	
Matrícula:	
Curso: Letras: português e espanhol - licenciatura	
Turma:	Turno do curso: Noite
E-mail do(a) estudante:	Telefone:
Docente Orientador(a):	
E-mail:	Telefone:

DADOS DA CONCEDENTE

Razão Social:	
CNPJ/Registro/Bloco Produtor Rural	
Ramos de Atividade:	
Endereço:	
E-mail do(a) estudante:	Telefone:

Supervisor(a) do estágio:

E-mail:	Telefone:
Professor(a) Orientador(a):	

ESTÁGIO

Período de estágio:
Horário de estágio:
Área:
Estágio () Obrigatório () Não Obrigatório
Objetivo:

--

Este PLANO DE ESTÁGIO poderá ser alterado mediante TERMO ADITIVO. E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias.

Porto Alegre, ____ de _____ de ____

DOCENTE ORIENTADOR(A) SUPERVISOR(A) ESCOLA CONCEDENTE:

ESTAGIÁRIO(A) REPRESENTANTE OU ASSISTENTE LEGAL:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Campus Restinga

ANEXO IV
FICHA DE ACOMPANHAMENTO

Data	Hora inicial	Hora final	Tempo Total	Descrição da atividade desenvolvida	Carimbo da escola e assinatura do(a) responsável

Eu, _____ declaro que são verdadeiras as informações prestadas aqui.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Representante da Concedente/supervisor(a)

Estagiário(a)

ANEXO C - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

O Diretor-Geral do *Campus Restinga* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

Regulamentar o Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *Campus Restinga*.

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo, vinculado ao Colegiado do Curso que tem por finalidade acompanhar e atuar no processo de concepção, Consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art 2º O Núcleo Docente Estruturante é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Pelo menos, três (3) representantes do quadro docente permanente da área do curso e que atuem efetivamente sobre o desenvolvimento do mesmo; sendo no mínimo 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *strictu sensu*.

§ 1º Os representantes docentes serão eleitos em reunião específica, convocada pelo Coordenador do Curso, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§ 2º No mínimo, 60% dos membros de NDE devem ter regime de trabalho de dedicação exclusiva.

§ 3º O mandato será de 2 (dois) anos, permitida recondução por mais um mandato. **§**

4º A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art 3º O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelos demais membros do NDE.

Parágrafo Primeiro: Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelos membros do NDE.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art 4º Compete ao NDE:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos; II. Propor atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- III. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- VII. Coordenar a elaboração de materiais técnicos e didáticos e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;
- VIII. Indicar e acompanhar a elaboração de infra-estrutura e recomendar a aquisição de equipamentos e materiais de consumo necessários ao curso;
- IX. Propor alterações no Regulamento do NDE.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art 5º A presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo Único: Na ausência ou impedimento do Coordenador do Curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro do NDE por ele designado.

Art 6º São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões;
- II. Representar o NDE junto aos demais órgãos do IFRS;
- III. Encaminhar as decisões do NDE;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do NDE;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do NDE a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do NDE;
- VII. Designar o responsável pela Secretaria do NDE;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art 7º O NDE reunir-se-á ordinariamente 03 (três) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

§ 1º As solicitações de reunião do NDE, seja ordinárias ou extraordinárias, possuem caráter de convocação.

§ 2º O NDE somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art 8º As decisões do NDE serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art 9º De cada sessão do NDE lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

Parágrafo Único As reuniões do NDE serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 11 O presente Regulamento entra em vigor a partir desta data.

Gleison Samuel do Nascimento
Diretor de Geral
Campus Restinga – IFRS

ANEXO D - Regulamento do Colegiado de Curso



Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

INSTRUÇÃO NORMATIVA No 05, de 01 de dezembro de 2016.

Regulamenta os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do *Campus Restinga*.

O Diretor Geral do IFRS *Campus Restinga*, no uso das suas atribuições legais, resolve regulamentar os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do *Campus Restinga*.

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º O Colegiado de Curso é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Pelos Professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um representante do Setor de Ensino da Instituição;
- IV. Dois representantes do Corpo Discente do Curso;
- V. Pelos Técnico-Administrativos em Educação da Instituição vinculados ao curso.

§1º Os representantes relacionados no inciso IV serão eleitos pelos seus pares, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§2º O mandato de que trata o inciso IV será de 1 (um) ano, permitida reeleição por mais um mandato.

§3º O representante discente, regularmente matriculado, deverá ter cursado pelo menos 1 (um) semestre da carga horária obrigatória do Curso e não estar cursando o último semestre.

§4º O processo de escolha dos representantes dos discentes será coordenado pelo respectivo Diretório Acadêmico.

§5º Os técnico-administrativos que participarão do Colegiado serão os vinculados ao curso através do Projeto Pedagógico do Curso.

§6º A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 3º O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelo Colegiado.

Parágrafo Único Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelo Segmento.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 4º Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Acompanhar o cumprimento das decisões do Colegiado de Curso;
- VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 5º A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo Único Na ausência ou impedimento do Coordenador de Curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro por ele designado.

Art. 6º São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões;
- II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;
- III. Encaminhar as decisões do Colegiado;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do Colegiado;
- VII. Designar o responsável pela Secretaria do Colegiado;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente três vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 2 dias.

§1º O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§2º O calendário de reuniões ordinárias deve ser aprovado pelo Colegiado, na última reunião ordinária do período letivo anterior a sua vigência.

Art. 8º As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 9º De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

§1º As reuniões do Colegiado de Curso serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

§2º As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto. **§3º** As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Colegiado ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 11 A presente Instrução Normativa entra em vigor a partir desta data.

**Prof. Gleison Samuel do Nascimento
Diretor Geral
IFRS - *Campus* Restinga
Portaria nº 317/2016 – IFRS**

ANEXO E - Regulamento do Laboratório de Idiomas



Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE IDIOMAS NORMAS E ORIENTAÇÕES

O Laboratório de Idiomas do *Campus Restinga* é para uso exclusivo de professores, funcionários e alunos regularmente matriculados, para realização exclusiva de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. O usuário só poderá utilizar o Laboratório de Idiomas mediante identificação e posterior autorização do responsável pelo mesmo. Fica estabelecido que os responsáveis pelo Laboratório de Idiomas são os(as) professores(as), técnicos(as), monitores(as) ou estagiários(as) em serviço no laboratório.

As normas que regulamentam o uso do Laboratório de Idiomas estão listadas abaixo:

- a) Todas as instalações do Laboratório de Idiomas são de uso coletivo.
- b) O usuário só poderá utilizar o Laboratório de Idiomas mediante identificação e posterior autorização do responsável pelo mesmo.
- c) Não é permitida a permanência de pessoas não autorizadas nas dependências do laboratório.
- d) O usuário dos equipamentos deverá zelar pela conservação dos mesmos durante o seu uso, devendo manusear os equipamentos obedecendo rigorosamente às instruções de segurança e às técnicas de utilização fornecidas pelo responsável do laboratório.

- e) Em caso de extravio ou dano de bem patrimonial do laboratório, o usuário deverá repor o material, de acordo com as especificações técnicas, ou arcar com os custos de manutenção do equipamento danificado, quando cabível.
- f) Caso não seja possível identificar os responsáveis pelo extravio ou dano de bem patrimonial, poderá ser estabelecido o sistema de rateio de custos entre os usuários presentes no local e no período da ocorrência dos danos.
- g) Quaisquer defeitos encontrados em equipamentos do Laboratório de Idiomas devem ser comunicados ao responsável do laboratório imediatamente.
- h) É expressamente proibido o comportamento inadequado nas dependências do laboratório, como conversar em voz alta, sentar nas mesas ou bancadas de trabalho, beber, comer, fumar ou correr.
- i) Não é permitido o uso de materiais não necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas no laboratório, bem como sobre as bancadas de trabalho.
- j) Não é permitido fixar cartazes no quadro de avisos interno e nas paredes da sala do Laboratório de Idiomas sem prévia autorização da supervisão do laboratório.
- k) Não é permitido alterar a configuração de componentes, computadores ou instrumentos de bancada sem a autorização prévia do responsável do laboratório em uso.
- l) Não é permitido aos usuários abrir, conectar, desconectar, retirar, consertar ou mexer de forma indevida em quaisquer equipamentos, periféricos e dispositivos componentes do Laboratório de Idiomas.
- m) O transporte, a troca de equipamentos, alteração em conexões elétricas ou de dados, ou ainda qualquer tipo de alteração, somente deverão ser efetuados por pessoal autorizado.
- n) A reserva de horário para aulas práticas no Laboratório de Idiomas, para as componente curriculares regulares e atendimento aos alunos com realização periódica, deverá ser feita no início do semestre letivo pelos professores responsáveis através do sistema de reserva de salas (<http://moodle.restinga.ifrs.edu.br/reserva>).
- o) Para as atividades não programadas no início do semestre letivo, a reserva do Laboratório de Idiomas deve ser feita com até 01 (uma) semana de antecedência, através do sistema de reserva de salas.
- p) Fica o docente responsável por comunicar com antecedência os dias em que não utilize o Laboratório de Idiomas nos horários pré-agendados.

- q) Na reserva de aulas práticas será obrigatório a permanência do(a) professor(a) no laboratório durante o horário reservado, pois ele(a) é o(a) responsável pela sala.
- r) Todos os usuários do Laboratório de Idiomas devem preservar e zelar pelas condições de limpeza e apresentação do laboratório, colaborando para que as áreas estejam livres de objetos, além de proibir o acesso de qualquer alimento ou bebida às dependências.

ANEXO F - Regulamento do Laboratório de Informática

Regulamento dos Laboratórios de Informática

Os Laboratórios de Informática do *Campus* Restinga do IFRS são de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos(as) os(as) estudantes. Esses estão equipados com computadores e softwares necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, e ligados em rede com acesso à Internet, que deve ser usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica. As normas de utilização aqui apresentadas têm por finalidade definir uma estrutura organizacional e regulamentar para as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Informática (aulas, pesquisa, digitação de trabalhos e outros).

Normas gerais para utilização dos laboratórios:

1. Os equipamentos do laboratório de informática estão à disposição de todos os(as) estudantes desta instituição, exclusivamente, para fins de ensino e aprendizagem.
2. O laboratório de informática estará reservado, prioritariamente, para os(as) docentes ministrarem as aulas referentes aos cursos regulares. Havendo disponibilidade de horário, o mesmo poderá ser utilizado pelos(as) demais usuários(as), desde que esteja presente um(a) responsável (servidor(a), bolsista, docente ou coordenador(a)).
3. No intervalo entre a troca de aulas, o laboratório não estará disponível para estudantes.
4. O uso das caixas de som será restrito a casos específicos por solicitação dos(as) docentes e com antecedência.
5. A solicitação de instalação de softwares deverá ser feita com no mínimo 15 dias de antecedência.
6. A reserva dos Laboratórios com o objetivo de ministrar aulas extracurriculares deverá ser feita junto ao Setor de Apoio Acadêmico.
7. É dever de cada usuário(a) ler as informações deste documento, estando qualquer tipo de infração ausente de atenuantes sob alegação de não conhecimento das regras.

8. O não cumprimento do disposto nos deveres dos usuários e a infração às proibições aos(às) usuários(as) acarretará no bloqueio da conta do(a) usuário(a) responsável e nas punições disciplinares cabíveis.
9. As Normas podem ser alteradas de acordo com as necessidades dos Laboratórios de Informática sem prévio aviso.

Deveres dos(as) usuários(as)

- Submeter-se às normas instituídas para a utilização dos Laboratórios de Informática e ler estas informações.
- Zelar pela manutenção de um ambiente limpo e organizado nas dependências dos Laboratórios.
- Respeitar o silêncio no ambiente dos Laboratórios.
- Responsabilizar-se pelas cópias de segurança de todos os seus arquivos.
- Comunicar qualquer problema técnico nos equipamentos ao Setor de Suporte Técnico de TI, responsável pelos laboratórios ou, se em horário de aula, ao (à) docente.
- Ligar e desligar as máquinas dentro dos procedimentos indicados e nunca abandonar aberta uma sessão de acesso aos computadores.
- Manipular os equipamentos com o cuidado necessário.
- Ao término do uso, desligar o computador e colocar a cadeira utilizada em seu devido lugar.
- Em caso de utilização do ar condicionado, manter portas e janelas fechadas e desligar o aparelho ao término de seu uso.

Proibições aos(às) usuários(as)

- Utilizar ou entrar no laboratório em horários destinados às aulas de outra turma que não a do(a) usuário(a).
- Consumir bebidas e/ou alimentos, bem como fumar ou ter comportamento não compatível com o ambiente acadêmico.
- Utilizar celulares, salvo mediante expressa autorização do(a) docente.
- Utilizar aparelhos sonoros que possam perturbar o bom andamento das atividades.
- Efetuar login/logon em mais de uma máquina ao mesmo tempo.
- Alterar as configurações dos programas instalados nos computadores;
- Abrir e/ou remover qualquer tipo de equipamento dos Laboratórios.

- Sentar-se sobre as bancadas, bem como colocar os pés sobre as mesmas ou sobre as cadeiras.
- Utilizar-se de qualquer meio para apoderar-se das senhas de outros(as) usuários(as).
- Alterar a disposição dos equipamentos ou removê-los, bem como colocar as mãos nas telas dos monitores.
- Navegar em sites com conteúdo ofensivo, pornográficos, hacker, bate-papo, jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, tv, música, música online, mensagens, cartões e fazer download de qualquer tipo de software. No entanto, o uso de sites de bate-papo, jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, TV, música e música online será permitido quando estiverem atrelados à prática pedagógica e à proposta do(a) docente no devido momento de utilização do laboratório.
- Bloquear os computadores com senha na proteção de tela (programas do tipo lock screen).
- Reiniciar as máquinas.
- Instalar qualquer programa nos computadores.
- Utilizar os computadores para fins pessoais ou para qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas.
- Desenvolver, manter, utilizar ou divulgar dispositivos que possam causar danos aos sistemas e às informações armazenadas, tais como criação e/ou propagação de vírus, criação e utilização de sistemas de criptografia que causem a indisponibilidade dos serviços e/ou destruição de dados.
- Utilizar os serviços e recursos para fins comerciais ou políticos, tais como mala direta ou propaganda política.
- Utilizar os serviços e recursos para ganho pessoal.
- Utilizar os serviços e recursos para intimidar, assediar, difamar ou aborrecer qualquer pessoa.
- Desperdiçar os recursos computacionais de forma intencional.
- Usar os computadores para a prática de qualquer ato ilícito com penalidade prevista em lei.
- Alterar, criar ou remover arquivos fora da área particular do usuário que venham a comprometer o desempenho e funcionamento dos sistemas.

- Permitir que outra pessoa utilize sua conta para acesso aos computadores, bem como o acesso a sua área pessoal no servidor e seu conteúdo.
- Desenvolver qualquer outra atividade que desobedeça às normas apresentadas acima.

Deveres dos(as) docentes

- Fazer cumprir as normas descritas neste documento e zelar pela correta utilização dos equipamentos durante o período no qual estiver utilizando os Laboratórios.
- Comunicar imediatamente problemas técnicos e/ou de configuração ao Setor de Suporte Técnico de TI.
- Verificar, ao término de suas atividades, a organização geral do Laboratório, apagar o quadro branco, além de orientar os(as) estudantes para organizar o mobiliário e os equipamentos.
- Devolver, ao final da atividade, os materiais solicitados ao Setor de Apoio Acadêmico (pincéis atômicos, apagador, controles do ar condicionado, etc.).
- Nunca se ausentar do Laboratório durante o período de suas aulas, nem sair do Laboratório antes de todos os(as) estudantes.

Equipe de Informática

- Manutenção, testes e instalação de qualquer software são de responsabilidade da Equipe de Informática do Setor de Suporte Técnico de TI.
- A Diretoria de TI não se responsabiliza pela segurança de dados copiados para dispositivos pessoais (HDs externos, pen drive, cds, etc), de estudantes e/ou docentes, bem como de objetos esquecidos nas dependências dos Laboratórios.
- Digitação, preparação e impressão de materiais para alunos não são atribuições do Setor de Suporte Técnico de TI.
- O Setor de Suporte Técnico de TI poderá a qualquer momento pedir para um(a) estudante fechar um website, caso julgue impróprio ou comprovar que estão sendo ignoradas as normas pré-estabelecidas, podendo até pedir/solicitar que o(a) estudante se retire do laboratório.
- O Setor de Suporte Técnico de TI dará suporte a docentes e estudantes na execução das atividades, quando solicitado.

Punições disciplinares

Atitudes consideradas agressivas, grosseiras ou inadequadas, bem como danos físicos aos equipamentos e/ou danos lógicos aos softwares instalados serão motivos

de advertência e até mesmo da suspensão do(a) usuário(a) no caso de reincidência, que será comunicada pela equipe do Suporte Técnico de TI a Diretoria de TI ou a Direção Geral do campus, dependendo da gravidade da ação.

Quando constatado equipamento com problemas por uso incorreto ou atos de violência provocados deliberadamente por um(a) ou mais usuários(as), este(s)/a(s) será(ão) responsabilizado(s)/a(s) e será(ão) obrigado(s)/a(s) a ressarcir a Instituição pelas respectivas despesas de manutenção dos equipamentos e materiais danificados. O não cumprimento das regras estabelecidas implica, ao(à) usuário(a) infrator(a), penalidades que se diferenciam pela gravidade da ação, reincidência, dolo ou culpa podendo ir de uma simples repreensão oral, proibição da utilização do Laboratório até a suspensão das atividades escolares, conforme descrito a seguir:

- a repreensão oral é feita pelo responsável pelo Laboratório (bolsista, funcionário ou professor) e, em caso de reincidência, pelo Coordenador do Curso;
- a repreensão por escrito é decidida pela Diretoria de TI, ouvido o(a) responsável pelo laboratório no momento do fato ocorrido (bolsista, servidor(a), docente ou coordenador(a)).
- a suspensão de utilização compete a Direção-Geral, ouvido a Direção de TI, Coordenação do Curso e o Setor de Suporte Técnico;
- no que couber, são aplicadas as penalidades previstas no Regimento Geral da Instituição; e
- a Diretoria de TI não concederá exceções nas penalidades.